

**Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas  
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais**

**Departamento de História  
Programa de Pós-Graduação em História**

**Nos Limites da Escravidão Urbana:  
A vida dos pequenos senhores de escravos  
na *urbes* do Rio de Janeiro, c. 1800 – c. 1860**

**Rodrigo de Aguiar Amaral**

**Março de 2006**

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**Nos Limites da Escravidão Urbana:  
A vida dos pequenos senhores de escravos  
na *urbes* do Rio de Janeiro, c. 1800 – c. 1860**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

**Rodrigo de Aguiar Amaral**

**Orientador: Prof. Doutor João Luis R. Fragoso**

**Março de 2006**

Nos Limites da Escravidão Urbana:  
A vida dos pequenos senhores de escravos  
na *urbes* do Rio de Janeiro, c. 1800 – c. 1860

Rodrigo de Aguiar Amaral

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em  
História da Universidade Federal do Rio de Janeiro como  
requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em História.

**Banca examinadora**

---

Orientador: Prof. Dr. João Luis R. Fragoso  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. José Roberto Pinto de Góes  
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Manolo Garcia Florentino  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Sheila Siqueira Castro Faria  
Universidade Federal Fluminense - Suplente

---

Prof. Dr. Antonio Carlos Jucá de Sampaio  
Universidade Federal do Rio de Janeiro - Suplente

## **ABREVIATURAS**

**AN = Arquivo Nacional**

**AGCRJ = Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**

## RESUMO

Este trabalho aborda a escravidão urbana no Rio de Janeiro durante o século XIX, entre 1800 e 1860.

Nossa fonte fundamental são inventários *post-mortem*.

Destacamos que o universo senhorial era diversificado e, na cidade a maioria era formada por pequenos senhores. Observando cada senhor e a importância do trabalho escravo para cada proprietário, consideramos que a relação senhor-escravo tendia a ser muito particular, dependendo de cada caso.

## ABSTRACT

This work approaches the urban slavery during the 19<sup>th</sup> century, between, 1800 and 1860.

Our fundamental source are inventários *post-mortem*.

The research emphasizes that the owner universe was diversified. In the city, the majority was small masters. Observing each owner, and the importance of slave work to the masters, we consider that the relationship between slaves and owners tended to be very particular, depending of each case.

## AGRADECIMENTOS

A conclusão de um trabalho como este não se dá com méritos individuais, eles são partilhados por muitos, desde familiares, amigos, instituições, funcionários de bibliotecas e arquivos, até professores.

Primeiramente agradeço a minha mãe, a quem dedico esta dissertação. Foi ela quem me incentivou, ajudou a trilhar o caminho da faculdade de história e posteriormente a dar prosseguimento na minha formação.

Juntamente a minha mãe, minha irmã Debora, minha tia Nara e a minha avó Cica me proporcionaram um lar onde tive *meu espaço* para bagunçar centenas de livros e cópias de textos, onde organizei minha pesquisa e escrevi boa parte deste trabalho. Não sei o que seria de mim sem vocês.

Agradeço ao meu pai por me ensinar valores pessoais que colaboraram muito na minha formação profissional. Agradeço igualmente ao meu tio Samuel e a meu padrinho Jorge. Valéria, também agradeço a você pela amizade e por aceitar minha falta no trabalho quando tive que pesquisar.

Alexia, Ana, Bárbara, Benilson, Cris, Dani, Dino, Diego, Galego, Jail, Junior, Loraine, Marcão, Marcos, Max, Otávio, Rafael, Robson, Sandro, Sérgio, Sr. Ancelmo e Dona Neuza, tia Lisley e filhas, tia Nádia, tia Nazaré, tia Penha, tio Artur, tio Augusto, tio Bel, tio Beto, tio Celso e vovó Terezinha, meus sogros Elias e Maria, agradeço a todos vocês por torcerem por mim. Avô Wilson e tia Irina, incluo vocês também.

Agradeço aos meus primos Bruno e Felipe por permitir usar seu computador quando o meu teimava em não funcionar e pela amizade. Tia Iza e minhas primas Irina e Telma, vocês não sabem como colaboraram ouvindo minhas histórias sobre os escravos e imprimindo centenas de páginas do texto.

Na Faculdade Simonsen, onde me graduei, agradeço aos colegas: Alexandre da Silva, Anne Mofacto, Danielle Crespo, Edivaldo Correia, Fernando Gralha, Maria da Glória, Leonardo Caceira, Marcelo Adriano, Mariana Mamede, Moisés Bastos e Wander Jorge, pela amizade e discussões de texto.

Agradeço especialmente a Edivaldo, Fernando e Leonardo. Edivaldo foi companheiro em discussões em sala de aula, amigo em questões sentimentais e colega no ofício de historiador. Fernando, o que você fez por mim eu nunca irei esquecer. Leonardo, você é meu irmão.

À minha esposa Mariana mais que agradeço. Meu amor, além de colega de ofício, você foi uma das principais incentivadoras do meu trabalho, com quem aprendi muito. Tem um pouco de você nas páginas que seguem. Sem você eu não teria conseguido.

Agradeço também a todo corpo docente da área de história da Faculdade Simonsen, na época sob o comando do Prof. Dr. Marcos Cruz. Agradeço especialmente ao Prof. Dr. Ricardo Santa Rita, meu primeiro orientador. Professor, eu aprendi muito com você. Agradeço a Profª. Drª. Luciana Arêas, ao Prof. Dr. Carlos Farias Júnior, ao Prof. Dr. William Ferreira e ao Prof. Dr. Sérgio Chahon, suas aulas e indicações de trabalhos e caminhos foram muito importantes na minha formação.

Agradeço a Profª. Dr. Tânia Andrade Lima do departamento de Arqueologia do Museu Nacional (UFRJ) pelos ensinamentos de um ano e meio de pesquisa quando fui seu bolsista e trabalhamos juntos discutindo sobre a vida social no Rio de Janeiro do século XIX. Professora foi você que me fez aprender na prática a lidar com um documento histórico. Agradeço ao CNPq por ter financiado esta pesquisa com uma bolsa de Apoio Técnico (AT). Igualmente agradeço por ter financiado a pesquisa de Mestrado.

Na Pós-Graduação em história do Brasil *Latu Sensu* da Universidade Cândido Mendes agradeço aos Professores Drs. Maria de Fátima Gouvêa, João Fragoso, Keila Grinberg e Sheila de Castro Faria, pelas discussões sobre escravidão e sociedade colonial/imperial durante e após as aulas. Na Pós da Cândido, agradeço a amizade de Francisco, do pessoal da xerox e dos amigos da biblioteca.

A Prof. Drª. Maria de Fátima Gouvêa, assim como o Prof. Dr. Ricardo Santa Rita e o Prof. Dr. Sérgio Chahon, leram meu projeto para o mestrado e colaboraram com suas observações. Sou grato a vocês.

Na Universidade Federal do Rio de Janeiro agradeço aos colegas, funcionários e professores. Gleidis e Sandra, obrigado por sempre me atenderem com presteza e amizade na secretaria do Programa de Pós Graduação em História Social. Agradeço a todos os professores e colegas que leram versões preliminares desta dissertação e colaboraram com suas observações. Ressalto Alexandre Ribeiro, Ana Paula, Anatônio Carlos Jucá de Sampaio, Cacilda Machado,

Grasiela Fragoso, Janaina Perrayon, Luciana Marinho, Roberto Guedes, Thiago Gil e Vilmara Lúcia. Destaco especialmente a amizade de Vilmara e a ajuda de Alexandre.

E Guedes, talvez você ainda não saiba, mas te tenho como amigo. Você ensinou-me a montar organizadamente o banco de dados dos inventários *post-mortem* no computador, e colaborou com sua leitura crítica me ajudando a rever questões e a escrever melhor. Muito obrigado.

Aos Professores Drs. Ana Rios, João Fragoso, Manolo Florentino, Mariza Soares, Mônica Grin e Sheila Faria, sou grato pela atenção e ensinamentos nas disciplinas que cursei na Universidade Federal do Rio de Janeiro e na Universidade Federal Fluminense durante o mestrado.

Presto um agradecimento especial ao Prof. Dr. Manolo Florentino e ao Prof. Dr. José Roberto Góes. Obrigado pela imensa contribuição de vocês no exame de qualificação e por participarem da defesa. Igualmente agradeço aos Professores Drs. Anônimo Carlos Jucá de Sampaio e Sheila de Castro Faria, por assinarem a suplência.

Ao meu orientador, Professor Dr. João Fragoso, expresso minha gratidão e honra por ter sido um de seus orientandos. Agradeço também por ter me cedido os inventários *post-mortem* referentes à cidade do Rio de Janeiro que formam o coração deste trabalho. Professor, espero que o texto a seguir esteja a sua altura. Os méritos que este texto tiver são nossos. Possíveis erros ou omissões eu assumo com minha total responsabilidade.

## ***Sumário:***

<b>Introdução.</b>	1
<b>Capítulo I – Os proprietários da Corte: a dependência econômica dos pequenos senhores urbanos</b>	<b>11</b>
1.1 – Economia e Sociedade numa sociedade pré-industrial	11
1.2 – A Unidade Inexistente: hierarquia econômica e diferença entre senhores	17
1.3 – Vida, fortuna e escravos: a representatividade dos pequenos senhores na sociedade urbana	22
<b>Capítulo II – Sobreviver e acumular: as diferenças entre os senhores de escravos na cidade do Rio de Janeiro</b>	<b>32</b>
2.1 – Pobres senhores, ricos escravos	32
2.2 – A diversificação é a regra	41
<b>Capítulo III – Contornos de uma cidade escrava</b>	<b>54</b>
3.1 – O Crescimento da vida urbana no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX	54
3.2 – Trabalho e oportunidades na sociedade escrava	63
3.3 – O sistema possível	72
<b>Capítulo IV – Os escravos da Corte: relação senhor-escravo e barganha cativa em uma área urbana</b>	<b>78</b>
4.1 – O ambiente e o escravo	78
4.2 – Fuga, família e dependência: o aumento da barganha entre os escravos dos pequenos senhores	85
4.3 – Relações pessoais no mundo urbano: o perambular dos escravos urbanos	101
4.4 – Uma via de mão dupla	110
<b>Conclusão</b>	124
<b>Anexo 1</b>	128
<b>Fontes</b>	129
<b>Bibliografia</b>	132

## ***Índice de gráficos:***

1) Escravos desembarcados e diferença entre unidades produtivas, segundo o sexo dos escravos na cidade do Rio de Janeiro (1790-1835)	44
2) Procedência dos escravos da cidade do Rio de Janeiro (1790-1835)	91
3) Procedência dos escravos por tamanho do plantel na cidade do Rio de Janeiro (1810-1835)	92
4) Procedência de escravos na cidade do Rio de Janeiro por grandes regiões africanas (1790-1835)	94
5) Sexo dos escravos na cidade do Rio de Janeiro (1809-1850)	96
6) Área de residência dos escravos fugitivos da cidade do Rio de Janeiro (1809-1821)	98

## ***Índice de tabelas:***

<b>Capítulo I</b>	
1) Participação (%) de atividades econômicas nos inventários <i>post-mortem</i> do Rio de Janeiro (1820, 1840 e 1860)	19
2) Distribuição da riqueza a partir de inventários <i>post-mortem</i> na cidade do Rio de Janeiro (1820, 1840 e 1860)	20
3) Taxa de proprietários de escravos entre os inventariados (1820, 1840 e 1860)	22
4) Estrutura de Posse de Escravos - Cidade do Rio de Janeiro (1820, 1840 e 1860)	23
5) Proprietários de escravos por tamanho do plantel na cidade do Rio de Janeiro (1820, 1840 e 1860)	26
6) Proprietários de escravos por tamanho do plantel na cidade do Rio de Janeiro (1790-1830)	27
7) Proprietários de escravos por tamanho do plantel na cidade do Rio de Janeiro e no agro fluminense (1790-1860)	29
<b>Capítulo II</b>	
8) Proprietários de prédios urbanos em relação à posse escrava na cidade do Rio de Janeiro (1820-1840-1860)	33
9) Fortuna média de acordo com a propriedade escrava em 1820	34
10) Composição dos bens em relação à posse escrava na cidade do Rio de Janeiro em 1820	39
11) Sexo dos escravos em relação ao tamanho da unidade produtiva na cidade do Rio de Janeiro em 1820	43
12) Preço dos escravos na cidade do Rio de Janeiro em 1820	45
13) Grandes faixas etárias e idade média dos escravos em relação ao tamanho da unidade produtiva na cidade do Rio de Janeiro em 1820	47
14) Ocupação dos escravos em relação ao tamanho da unidade produtiva na cidade do Rio de Janeiro em 1820	48
15) Distribuição dos escravos por atividade ocupacional na cidade do Rio de Janeiro em 1820	50
<b>Capítulo III</b>	
16) Estimativa de escravos desembarcados no Rio de Janeiro (1790-1843)	60
17) Estimativa Populacional das Freguesias Urbanas do Rio de Janeiro (1799- 1821-1838)	61
<b>Capítulo IV</b>	
18) Área de procedência dos escravos fugitivos da cidade do Rio de Janeiro (1809-1821)	90
19) Fugas, desembarque e população escrava no Rio de Janeiro por grandes regiões africanas (1790-1835)	93
20) Área de residência dos escravos fugitivos da cidade do Rio de Janeiro (1809-1821)	98

## INTRODUÇÃO

A escravidão ganhou nos últimos anos espaço amplo em teses, artigos e publicações de livros especializados sobre o tema. Assuntos diversos foram abordados, como a cultura africana, a relação dos escravos com os senhores, entre outros focos, que passaram a receber novos enfoques pondo em evidência a atuação do escravo como agente social.<sup>1</sup>

Esta página da historiografia brasileira foi assinada por uma nova exploração arquivística. Nela, privilegiou-se a pesquisa de documentos que propiciaram novas interpretações, tornando possível até ouvir as vozes – mesmo que nas entrelinhas – antes mudas de escravos, forros, pequenos senhores e demais agentes sociais fora do ambiente dominante da elite: inventários *post-mortem*, testamentos, processos-crime, ações cíveis de liberdade etc.

Avançar em tal direção não foi empreitada simples, farpas houve – e ainda existem – entre os próceres de diversos caminhos. Aqui destacamos duas vertentes. Uma compartilhada por muitos<sup>2</sup>, outra ainda sobrevivente nas perspectivas de Jacob Gorender.

De autoria de Gorender, *O escravismo Colonial* e *A escravidão reabilitada* informam com alguma precisão a visão deste autor.<sup>3</sup> O primeiro livro elabora sistematicamente a forma pela qual Gorender entende a escravidão, demonstrando como agiam escravos e senhores no dia-a-dia da relação entre dono e propriedade. O segundo, escrito a partir de conjunturas especiais, visava responder críticas e confirmar a visão do primeiro, além de ser um esforço para detonar

---

<sup>1</sup> Ressalte-se, neste sentido, as contribuições teóricas dos trabalhos de E. P. Thompson e de microstoriadores italianos como Carlo Ginzburg e Giovanni Levi. Algumas delas serão discutidas neste trabalho.

<sup>2</sup> Ver a este respeito a visão de três de seus críticos: LIMA, Carlos Alberto Medeiros. *Trabalho, Negócios e Escravidão: Artífices na cidade do Rio de Janeiro (1790-1808)*. Dissertação de mestrado IFCS/UFRJ, 1993., CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. e GÓES, José Roberto. *Escravos da paciência. Estudo sobre a obediência escrava no Rio de Janeiro (1790-1850)*. Tese de Doutorado, UFF, 1998.

<sup>3</sup> GORENDER, Jacob. *A escravidão Reabilitada*. Rio de Janeiro: Ática. 1991. GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. 4ª Ed., São Paulo: Ática. 1985.

rispidamente uma nova forma de olhar as estratégias dos escravos em busca de autonomia e liberdade.

Em 1988, em comemoração aos 100 anos da abolição da escravidão no Brasil, pesquisadores receberam mais motivações para retomar antigas discussões. Então surgiram trabalhos basilares, retirando do escravo o papel de vítima muda da escravidão e asseverando pioneiramente que este se movia com inteligência, perspicácia ou até certa malandragem não só dentro da senzala, mas também na casa grande, nos becos, ruas e praças onde o trabalho e o suor negro se ofertaram.

Dentre estes estudos, *Campos da Violência*, de Silvia Lara, retratou o escravo como contratante junto ao senhor, sendo a escravidão uma via de mão dupla. De um lado, esperava-se trabalho, obediência e fidelidade, do outro, concessões, maior autonomia e a possibilidade da alforria. O castigo teria de ser justificável, variáveis que unidas, faria o escravo reconhecer o domínio, posto que viveria sob justo e “bom cativo”. Neste sentido, e foi isso que mais incomodou Jacob Gorender, a violência foi tratada sob outro prisma. Ainda que importante para o domínio dos escravos, ela devia fazer parte do “governo econômico dos senhores”<sup>4</sup>, ou seja, ela não era negada, mas apenas a violência não daria conta para explicar a aceitação por parte dos escravos de permanecer trabalhando e produzindo naquele sistema. Entraria em ação o castigo incontestado, disciplinador.<sup>5</sup>

Estará aí o rompimento da maioria dos especialistas no assunto com a visão de Jacob Gorender, para quem o escravo está imerso em uma relação mediada explicitamente pela violência. Concessões e promessa da alforria, ainda que estruturais ao sistema na sua visão, serviam aos senhores, faziam parte de estratégias senhoriais no sentido de manter os escravos em ritmos de trabalho aceito por feitores e proprietários. Mas era a violência do sistema ou a ameaça dela que mantinha enfim os cativos trabalhando.<sup>6</sup>

O problema desta visão é que caracteriza um senhor com poderes ilimitados, desconsiderando a ação dos escravos no ambiente em que viviam e a possibilidade dos escravos utilizarem valores senhoriais para obter ganhos. Como aqueles mancípios que lutaram na justiça

---

<sup>4</sup> LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. Esta visão é elaborada em todo capítulo I. *Controle Social e Reprodução da Ordem Escravista*. Mas pode se ter uma idéia do castigo como parte disciplinadora nas páginas finais. pp.54-56.

<sup>5</sup> Idem. Visão que é elaborada ao longo do capítulo II. *O Castigo incontestado*.

<sup>6</sup> GORENDER, Jacob. *O escravismo Colonial*. 6ª ed. São Paulo, Editora Ática, 1992. Ver especialmente a Primeira parte, capítulo II. pp.46-98.

contra senhores que não respeitassem *seus direitos*, ou aqueles que utilizaram a fidelidade e a obediência como estratégia para que um dia pudessem ser recompensados seja com a melhoria nas condições de vida e trabalho, ou até mesmo aquela que talvez fosse a maior concessão, a conquista da alforria.<sup>7</sup>

Compartilhamos com a perspectiva de que os senhores não foram agentes únicos da história, os escravos contribuíram, e estiveram, muitas vezes – certamente a maioria delas – longe do tronco, tentando elaborar planos, muitas vezes conservadores, para a obtenção de conquistas mínimas que somados ao longo de uma vida de trabalho, obediência e fidelidade, o diferenciariam de outros cativos que não ostentassem o mesmo sucesso. A fuga, ou até mesmo o rompimento, estaria viva neste turbilhão, mas como estratégia após o insucesso de outras ações menos radicais. Aliás, a própria fuga poderia conter em si, não um ato rebelde, mas um reivindicativo, como pretendemos demonstrar ao longo deste trabalho.

Neste sentido, nosso trabalho, ao focalizar a escravidão urbana no Rio de Janeiro ao longo da primeira metade do século XIX, pretende focar alguns caminhos não enfatizados por historiadores que tiveram como tema a escravidão urbana, além de lançar novos olhares sobre outras questões já visitadas.

A escravidão urbana começa a ser tratada como tema central na historiografia brasileira na década de 1980, e isto traz consigo, dois sintomas básicos: (1) os trabalhos vindouros formulavam uma visão atualizada do escravo no sistema escravista comportando as discussões acadêmicas da época; (2) Por outro lado, inovadores que eram ao deslocar suas pesquisas do agro para a urbe, estes trabalhos precisavam consumir páginas a fio explicando que escravo era aquele que vivia na urbe e como seria reproduzido o sistema escravista na cidade. As respostas vieram, e, por exemplo, *O Feitor ausente* de Leila Algranti<sup>8</sup> explicou como se deu a entrada do Estado, a partir da Intendência de Polícia da Corte, no controle de cativos com tamanha mobilidade física. Marilene Rosa<sup>9</sup> foi buscar as diferenças com os mancípios do agro. Para ela, o jornal diário poderia, ainda que entre aspas, ser considerado salário, posição compartilhada por Luis Carlos

---

<sup>7</sup> Ver a este respeito. CHALHOUB, 1998. op.cit. Passim. Ver também: GRINBERG, Keila. *Liberata, a lei da ambigüidade. As ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

<sup>8</sup> ALGRANTI, Leila Mezan. *O Feitor Ausente*. Petrópolis, Vozes, 1988.

<sup>9</sup> SILVA, Marilene Rosa Nogueira da. *O Escravo ao ganho, uma nova face da escravidão*. Rio de Janeiro, UFRJ/IFCS, 1986. Dissertação de mestrado.

Soares<sup>10</sup>. Posicionamento inadequado para o sistema de trabalho vivido pelos cativos no sistema escravista.<sup>11</sup> Escorregar em tal direção deve ter tido alguma razão. Ainda que eu não saiba, pode ser que estes autores estivessem preocupados em supervalorizar a autonomia escrava na cidade. Vejamos de que forma.

Neste momento, é necessário deixar a urbe e fazer uma visita a *plantation*, mais precisamente começar por uma expressão cunhada pelo historiador polonês Tadeusz Lepkowski, utilizada por Ciro F. S. Cardoso,<sup>12</sup> a “brecha camponesa”. Este termo lança luz sobre uma faceta peculiar da escravidão, os instrumentos de dominação que se valiam os senhores para a manutenção do regime escravista e uma margem de autonomia escrava. A concessão de um pedaço de terra pelo senhor para que seu(s) escravo(s) plantasse(m), criasse(m) animais em proveito próprio, e até vendessem a produção no mercado, traria consigo a manutenção do cativo ao solo, como também a diminuição do custo de sua alimentação, diminuiria a possibilidade de insurreição e fugas. Nesse sentido, a “brecha” agiria como uma via de mão dupla, já que seria lucrativo para o senhor, mas também vantajoso para o escravo, pois ele teria um tempo estipulado para trabalhar em sua terra, maior liberdade física dentro do tempo que dispunha, um espaço “seu” para praticar suas crenças, quiçá até maior possibilidade de acesso à família e a alforria.<sup>13</sup>

Feita essa introdução voltemos à urbe e aos trabalhos de Marilene Rosa e de Luiz Carlos Soares. Tendo como objeto central de pesquisa o escravo de ganho na cidade do Rio de Janeiro, ao formular o conceito de “brecha assalariada”, Rosa e Soares trilharam um caminho parecido. Após comentarem sobre a brecha do agro, nomeada “camponesa”, chamariam atenção para a remuneração em dinheiro, o pagamento pelos serviços prestados e/ou produtos vendidos pelos escravos de ganho aos seus clientes nas ruas do Rio de Janeiro.

Uma vez na cidade, os escravos estariam nas ruas vendendo mercadorias, ofertando bebidas e guloseimas, oferecendo sua força física para carregar pessoas, objetos, praticando pequenos ou grandes serviços especializados, em suma, exercendo funções pelas quais receberiam ganhos imediatos em dinheiro. Este dinheiro seria juntado durante todo um dia de

<sup>10</sup> SOARES, Luiz Carlos. “Os escravos de ganho no Rio de Janeiro do século XIX”, in Revista Brasileira de História. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 8(16), mar.88/ago.88.

<sup>11</sup> FINLEY, Moses. *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna*. Rio de Janeiro, Graal. 1995. Ver o capítulo II. O surgimento de uma sociedade escravista. pp.69-95.

<sup>12</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion S. *Agricultura, capitalismo e escravidão*. Petrópolis, Vozes, 1979. Ver especialmente – “A brecha Camponesa no sistema escravista”. pp. 133-154.

<sup>13</sup> Idem, Ibidem.

trabalho, quando o cativo regressaria para a casa de seu senhor e pagaria o jornal diário.<sup>14</sup> O jornal era uma soma pré-fixada em dinheiro que o escravo devia entregar ao senhor após cada dia de labuta, era como um acordo de trabalho, documentos da época da escravidão, dão conta que o que sobrasse desse pagamento era dele, do escravo. Foi justamente esta sobra que Rosa e Soares nomearam “brecha assalariada”.

Tal incursão, peculiar aos dois autores, talvez visasse atingir um objetivo mais amplo, qual seja, suas próprias noções sobre o sistema escravista. Como bem ressaltou Góes, “a descoberta da ‘brecha camponesa’ [nos moldes de como é tratada por Ciro Cardoso] vinha comprovar que existia um certo grau de autonomia no modo de existir do escravo.”<sup>15</sup> Assim, cunhar um termo afim para os escravos citadinos – “brecha assalariada” –, demonstraria que estes autores partiriam de um pressuposto básico: os escravos teriam condições de influenciar no cativo que viviam, já que possuíam autonomia. Seria necessário, apenas, explicar como se dava esta brecha na cidade. A explicação veio, quando trataram da relação de trabalho que senhores e escravos estabeleciam na cidade. Segundo Marilene Rosa, o excedente do jornal diário que o escravo deveria entregar ao senhor, poderia – mesmo entre aspas – ser considerado salário.<sup>16</sup> Já Carlos Soares foi além:

“Se na relação com os seus senhores eles eram escravos, com os seus empregadores ou os que requisitavam os seus serviços eventual ou permanente eles eram autênticos assalariados.”<sup>17</sup>

Segundo o raciocínio deste autor, no trabalho escravo existia um duplo aspecto (escravo/senhor = relação escravista, e, vendedor/comprador = assalariado).

---

<sup>14</sup> A descrição de um escravo de ganho por João José Reis demonstra que o pagamento do jornal diário variava também em jornal semanal, acrescento que existiram casos deste pagamento ser também mensal: “Os escravos urbanos dividiam a faina diária entre a casa e a rua. Os que trabalhavam só na rua, como *ganhadores*, em geral contratavam com os senhores uma soma diária ou semanal, embolsando o que sobrava. O pecúlio acumulado durante anos de trabalho permitia a muitos a compra da alforria, frequentemente paga a prestação. Trabalhar na rua, sobretudo trabalhar no porto, facilitava essa difícil passagem à liberdade. Os ganhadores muitas vezes moravam fora da casa do senhor, *provendo sua própria moradia, alimentação e outros gastos pessoais (...)*”. REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991. pp. 29-30. Grifo meu.

<sup>15</sup> GÓES, 1998. op.cit. p.108.

<sup>16</sup> SILVA, 1986, op. cit. p.134.

<sup>17</sup> SOARES, mar.88/ago.88., op. cit. p.131.

Muito bem, apesar destes trabalhos terem o mérito de uma maior atenção ao regime de trabalho escravo na cidade, a utilização do conceito de “brecha assalariada” carrega sérios problemas.

Seguindo a crítica de Robert Slenes ao conceito de “brecha camponesa”<sup>18</sup> a utilização “ao pé da letra” deste conceito acaba por aprisionar a análise. Não seria diferente na lide urbana, pois a brecha assalariada acaba demonstrando, assim como a camponesa, não casos da vida social, mas uma *brecha* de casos específicos de cativos que lidavam com dinheiro e que tinham grande liberdade de movimentação.

Por último, ao focar a peculiaridade da brecha urbana os autores fixaram sua análise num ponto onde não foi possível aprofundar a pesquisa em situações relevantes vividas por senhores e escravos naquela relação de trabalho e poder, como o resultado da liberdade de movimento que os escravos urbanos possuíam para trabalhar. Nas ruas, os mancípios também utilizaram seu tempo de trabalho para fazer amizades, podendo acionar redes de ajuda mútua, assim estes escravos conheceram um convívio fora do ambiente senhorial. Pretendemos apontar que esta situação produzia um impacto na relação senhor-escravo.

Uma outra questão que pretendemos avançar é na visão distorcida que alguns trabalhos empregaram sobre a vida dos senhores em áreas urbanas. Para além das diversas ocupações dos escravos citadinos, é crucial que se analise os senhores, afinal, a escravidão era uma relação entre partes.

Assim, desde que comecei a trabalhar com fontes primárias que retratavam a escravidão urbana em 2002, me chamou a atenção o fato de escravos comprarem e venderem mercadorias, roupas, comida etc. no Rio de Janeiro, e em outras áreas das Américas. O texto de Mary Karasch sobre a vida dos escravos no Rio de Janeiro da primeira metade do oitocentos foi marcante, incentivador e intrigante. A riqueza de detalhes e o rol de assuntos abordados num trabalho iniciado na década de 1960 compõem um dos muitos méritos da autora, não à toa seu livro tornou-se uma fonte obrigatória para os estudiosos do assunto.

Apesar de Karasch reunir em seu livro incontáveis informações importantes sobre a escravidão urbana na cidade do Rio de Janeiro e, sobretudo a vida material, religiosa, trabalhista etc. dos escravos, a forma como analisou os senhores urbanos deixa a desejar. Sua análise

---

<sup>18</sup> Ver SLENES, Robert. *Na Senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999. op.cit. pp.197-199.

agregou-os em bloco, como se formassem uma unidade, podendo-se ver em alguns trechos até a desviada visão de Debret que caracteriza os senhores de escravos urbanos como uma classe. O problema principal foi Mary C. Karasch ter enxergado o sistema escravista na cidade a partir do trabalho do escravo de ganho como um sistema ideal, com “benefícios incalculáveis” para os senhores.<sup>19</sup> Ao utilizar inventários *post-mortem*, percebi que senhores devem ser avaliados de forma diferenciada. Comecei a duvidar desta visão simplista do sistema social e para apresentar um novo caminho, optamos por analisar estes senhores em conjuntos diferenciados, não em um bloco analítico único.

Para isso, analiso os senhores de escravos em 3 grupos: proprietários de 1 até 4 escravos, de 5 a 9 e de 10 ou mais. Esta divisão, além de permitir conhecer mais detalhadamente quais as diferenças entre os senhores, nos ajudou a objetivar comparações, pois alguns trabalhos sobre escravidão já a utilizavam, como o fizeram Manolo Florentino, Roberto Guedes Ferreira, José Roberto Góes, Robert Slenes, citados na seqüência deste trabalho.

Explicar a escravidão urbana sem uma análise mais apurada do conjunto daqueles senhores, do conjunto dos bens daqueles escravistas é contar apenas uma parte da história. Aos inventários, somaremos processos-crime, documentação sobre escravidão ao ganho e documentação policial, buscando demonstrar em que cativo vivia os escravos da cidade do Rio de Janeiro no período analisado.

Trataremos também da negociação entre senhores e escravos, pretendendo discutir alguns fatores que poderiam alargar os canais de barganha dos cativos com seus proprietários, como a liberdade de movimentação necessária para o escravo trabalhar ao ganho na cidade, os padrões de fuga de escravos, o índice de parentesco cativo em áreas urbanas e a peculiaridade de aqueles cativos lidarem nas ruas com diversos agentes sociais, muitos desconhecidos pelo senhor.

\* \* \*

Nossa atenção se voltará para a relação senhor-escravo. Longe de ocultar a violência em um sistema passível de castigos violentos, abordar formas de convívio, tolerância e estratégias passíveis dentro de uma sociedade escravista hierarquizada só é possível em trabalhos que vêm

---

<sup>19</sup> KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo, Companhia das Letras, A vida..., 2000. op. cit. p.260. Voltaremos a esta discussão no capítulo II.

na escravidão um sistema violento, porque se não fosse, se as relações fossem doces, amáveis e cordiais, para que estratégias, para que barganhar, para que obedecer e trabalhar fielmente para um senhor na luta da conquista pela alforria, se um bondoso senhor um dia presentearia a esmo seu escravo? Não! Tais perspectivas, trazendo o escravo para o palco ao lado dos senhores, não visam, como sofismou Gorender<sup>20</sup>, retirar a violência da escravidão, mas sim, perceber nela significados outros, as quais pretendemos elaborar nas próximas páginas.

Para tanto, o estudo que se segue foi estruturado de uma forma particular. Seus quatro capítulos se ligam como um fio condutor. Assim, abrimos a análise na sociedade e nos senhores de escravos, passando aos escravos, à análise do ambiente de trabalho que eles viviam e finalizando com o produto desta relação no capítulo final.

No primeiro capítulo, analisamos a sociedade e o padrão de posse de escravos na cidade do Rio de Janeiro do século XIX, procurando perceber quem eram os senhores de escravos urbanos. Um conjunto superior a duas centenas de inventários *post-mortem* com mais de 70% de escravistas que viveram na cidade do Rio de Janeiro e ali faleceram por volta de 1820, de 1840 e 1860 compõe a documentação propulsora de grande parte das hipóteses que se seguem e das respostas encontradas.<sup>21</sup>

Uma primeira questão que nos chamou atenção nos inventários foi à alta representatividade dos chamados pequenos escravistas<sup>22</sup> na sociedade, ou seja, a grande quantidade de senhores de escravos que possuíam até 4 mancípios. No Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX, a cada 10 senhores de escravos urbanos, 4, 5 ou até mais entre todos os senhores de escravos possuíam de 1 até 4 cativos.<sup>23</sup> Portanto, este será o grupo privilegiado em nossa análise, mas, sem perder de vista, os escravistas mais abastados, já que o que se pretende aqui é realçar a antítese da unidade social, demonstrando diferenças entre escravistas conforme suas possibilidades econômicas.

Assim, o estudo dos senhores de escravos da cidade do Rio de Janeiro a partir de inventários *post-mortem* tem como objetivo conhecer suas diferenças e possíveis semelhanças nas

---

<sup>20</sup> GORENDER, 1991. op.cit. Passim.

<sup>21</sup> Ver maiores informações sobre esta fonte primária no capítulo I.

<sup>22</sup> Designamos pequenos proprietários de escravos os donos de 1 até 4 cativos, médios, aqueles que possuíam de 5 até 9 mancípios, e grandes senhores de escravos os donos de 10 ou mais cativos.

<sup>23</sup> Carlos Lima acredita que estes senhores ainda foram subestimados pela provável alta taxa de senhores que possuíam 1 ou 2 escravos que não foram inventariados pela parca quantidade de bens possuída. LIMA, Carlos Alberto Medeiros. *Pequenos Patriarcas: Pequena produção e comércio miúdo, domicílio e aliança na cidade do Rio de Janeiro (1786-1844)*. Tese de Doutorado inédita, 1997. p.72.

estratégias de sobrevivência e acumulação de riqueza naquela sociedade escravista oitocentista. E mesmo estratégias parecidas, podem carregar objetivos diferentes, no caso de agentes sociais distintos que conviviam numa mesma sociedade, mas numa sociedade estamental, escravista, como se verá.

Outrossim, é preciso ter em conta que se por um lado os inventários são uma fonte rica para se conhecer a vida material e econômica dos componentes daquela sociedade, trata-se de uma fonte imprecisa na questão pessoal. Numa sociedade corporativa muitas vezes os investimentos eram levados a cabo por conjuntos de pessoas, que reunidas formavam o que se nomeia uma “rede”. Desta forma, um inventário pode fotografar numa determinada data, apenas uma parte dos bens de uma determinada rede, não necessariamente tudo quanto aquele indivíduo ou família dispunha sob a residência do(a) falecido(a). Mas, apesar deste pequeno desvio que esta documentação carrega, não significa que ela deva ser descartada, mas que se tenha em conta que suas informações, e, portanto as conclusões que delas surgirem são de cunho aproximativo, e com respeito à área e cronologia específica da região trabalhada.

É neste primeiro capítulo que lançamos a hipótese central do trabalho e que será respondida a partir de um silogismo presente em todos os capítulos seguintes, que é comprovar que a maior parte dos senhores de escravos urbanos viviam uma situação que forçava sua relação com seu escravo para a lide da negociação.

No segundo capítulo, demonstramos que os investimentos em escravos seguiam certas estratégias, sejam elas de acumulação ou de sobrevivência. Procuramos problematizar a utilização dos escravos na cidade. Como havia significativas diferenças entre os senhores, havia também uma certa diversidade na procura por escravos, ou seja, a aquisição de um mancipio não era uma mera ação de compra, mas um processo calculado de acordo com as condições e a habilidade de cada um. Pretendemos demonstrar que fatores como preço, idade, sexo, força de trabalho e habilidades eram medidas de formas diversas por cada senhor. Cada caso era um caso.

No terceiro e quarto capítulos, buscamos estabelecer como o impacto demográfico do período estudado, primeira metade do século XIX, interferiu na vida de escravos e senhores urbanos. Discutimos também, como o ambiente de características urbanas da cidade do Rio de Janeiro inflava a negociação entre senhor e escravo, a partir do momento em que o próprio sistema de trabalho exercido pelos mancipios impunha ao senhor a concessão de uma certa liberdade de movimentação. Trazemos nestes capítulos algumas informações de periódicos

oitocentistas, de processos criminais e ações cíveis de liberdade, que, reunidos, nos permitem conhecer que escravo era aquele, além apontar para as relações pessoais que os escravos engendrariam nas ruas, fora do domínio senhorial.

Finalmente, analisar a vida de senhores e escravos no Brasil colonial e imperial nos leva a lançar mão de alguns conceitos. Trabalhar com a sociedade vigente no Rio de Janeiro do século XIX significa destacar que ela era diferente daquela que a precedeu nos primórdios do período colonial nos séculos XVI e XVII, por outro lado ainda não era a sociedade burguesa que a substituiria totalmente no avançar do capitalismo no século XX. Pode-se dizer então que era aquela uma sociedade de transição, mas que guardava ainda traços semelhantes com a chamada sociedade de Antigo Regime.

O século XIX caracterizou-se por ser um período de profundas transformações. Neste século, o Brasil passou de colônia a categoria de Reino Unido, ficou independente de Portugal e passou a ser Império. O Rio de Janeiro tornou-se moradia da Corte, e há muito já era capital da Colônia.<sup>24</sup> No entanto, da sociedade colonial para a imperial as mudanças não foram tão impactantes. A transposição dos ideais de nobreza de uma velha Europa em contato direto com a instituição da escravidão caracterizou a sociedade que se constituía na América portuguesa ao longo de todo o período colonial, como enfatiza Stuart Schwartz<sup>25</sup>, permanecendo no período Imperial fortes características da sociedade do período anterior, como demonstram João Fragoso e Manolo Florentino.<sup>26</sup>

Ao aplicarmos esta visão no indivíduo que compunha aquela sociedade, a análise das ações entre as pessoas estará imersa “no âmbito das relações entre o fluxo material dos bens e as

---

<sup>24</sup> Desde 1763.

<sup>25</sup> “As distinções raciais e a escravidão penetraram em toda a sociedade, atingindo os aspectos mais corriqueiros da vida e afetando as ações e percepções de cada um, escravo ou livre, branco, negro, índio ou mestiço. Os inúmeros casos de libertos que possuíam escravos, de posse de cativos até mesmo por agricultores pobres, e até da existência de escravos que adquiriam escravos indicam o poder e a difusão dessa instituição. Embora os Africanos ou cativos pudessem conservar seus próprios valores e culturas, eram sempre restritos pela necessidade de agir dentro dos limites da sociedade colonial. No Brasil-colônia, ninguém estava livre da presença da escravidão.” SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Brasília, Companhia da Letras, 1988. p.215.

<sup>26</sup> FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia.*, Civilização brasileira, 2001. Passim.

esferas político-culturais e das relações sociais em geral.”<sup>27</sup> Assunto tratado com mais vagar já nas páginas a seguir.

## *Capítulo I*

### **Os proprietários da Corte: a dependência econômica dos pequenos senhores urbanos**

No primeiro capítulo analisaremos a sociedade existente no Rio de Janeiro oitocentista. Começaremos demonstrando a matriz teórica que informa a nossa visão sobre tal sociedade (1.1); Passando à análise de inventários *post-mortem*, demonstraremos como se apresentava a hierarquia das fortunas naquela sociedade nos anos de 1820, 1840 e 1860 (1.2); A seguir, veremos que tal hierarquia causava não só uma distribuição de renda pífia, mas uma enorme diferença entre os senhores. Resultado: enquanto muitos tinham pouco escravos, poucos tinham muitos (1.3).

#### **1.1 – Economia e Sociedade numa sociedade pré-industrial**

Caracterizar uma sociedade do passado requer não só o conhecimento da forma como se comportavam seus agentes sociais, suas relações comerciais, sua organização política, econômica e social. Requer, também, abordar o pensamento de governantes e governados, perceber aquilo que contava para a conclusão de um negócio, do caminho percorrido para o acesso aos bens materiais, para a concretização de alianças, enfim, saber quais eram os valores que informavam os passos daqueles agentes sociais.<sup>28</sup>

---

<sup>27</sup> LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista do Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000. p.155.

<sup>28</sup> Ao avaliar 43 testamentos que prevêm o sustento para viúvas em Santena, Giovanni Levi nota “uma brutal procura de segurança, uma expressão de proteção que confirma, mais uma vez, o quadro dos *valores* dessa sociedade camponesa [a Santena Piemontesa no século XVII], onde as emoções se expressam nas práticas mais cotidianas.”.

Quando trabalhamos com uma sociedade na qual as pessoas possuíam uma lógica de ação econômico-social diferente da praticada na sociedade capitalista, o cuidado deve ser maior, alguns conceitos devem ser utilizados para que o leitor beba as palavras sem a sensação de estar solto no ar, ao contrário disso, esperamos apresentar ao leitor um chão, mesmo que não seja o de suas conclusões, que seja firme o bastante para nos dar a base necessária para a avaliação da sociedade que segue, a saber, a sociedade do Rio de Janeiro em sua área urbana entre 1800-1860.

Segundo Karl Polanyi, “anteriormente à nossa época, nenhuma economia existiu, mesmo em princípio que fosse controlada por mercados (...) [e,] o ganho e o lucro feito nas trocas jamais desempenharam um papel importante na economia humana”, além disso:

“a economia do homem, como regra está submersa em relações sociais. Ele não age desta forma para salvar seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age assim para salvar sua situação social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos”.<sup>29</sup>

Estas duas rápidas passagens sobre a importante obra de Polanyi nos ajudam a delinear como percebemos a sociedade carioca oitocentista, e pode ser resumida da seguinte forma: a lógica de uma sociedade anterior à “metamorfose da lagarta”<sup>30</sup>, era informada por motivações não-econômicas, ou melhor, que não se encerravam no econômico.

Apesar da economia de mercado atingir seu significado e implicações diretas na economia e na vida das pessoas no século XIX, este definitivamente não era o caso do Brasil, pode ter sido o caso inglês, não o do Rio de Janeiro no recorte cronológico que nos propomos a estudar.<sup>31</sup>

Vejamos um exemplo que nos ajudará a definir tal sociedade. Ao iniciar a análise sobre o mercado da terra em Santena no final do século XVII, Levi decreta:

“(...) não se pode ter uma percepção real dessa sociedade sem tentar transformar em grandezas mensuráveis os comportamentos que a caracterizavam.”<sup>32</sup>

---

Ou seja, para Levi, os valores poderiam ser apreendidos nas práticas mais cotidianas. Nesse sentido estamos nos referindo a valores. Ver: LEVI, 2000. op.cit. p.135.

<sup>29</sup> POLANYI, Karl. *A Grande Transformação. As origens da nossa época*. 4ª ed., Rio de Janeiro, Campus, 2000. p.62, 65.

<sup>30</sup> Idem. p.60.

<sup>31</sup> Idem, Passim.

<sup>32</sup> LEVI, 2000. op.cit. p.133.

A ponte entre regiões piemontesas setecentistas e o Rio de Janeiro do oitocentos estaria no mercado onde, por exemplo:

“o preço era, assim, uma equivalência determinada segundo as condições da situação social concreta e não somente fruto do jogo impessoal da demanda e da oferta de bens escassos.”<sup>33</sup>

Nesse sentido, tanto aquilo que disse Polanyi para as sociedades pré-industriais, quanto o que Giovanni Levi ressaltou para o Antigo Regime piemontês nos ajudam a delinear a sociedade que tratamos neste trabalho.

No Rio de Janeiro colonial, passando pelo estabelecimento da casa de Bragança em ares tropicais e a transformação da Colônia em Império do Brasil existiu uma sociedade com uma lógica bem diversa da existente hoje. Tratava-se de uma sociedade pré-industrial, com práticas de Antigo Regime.

No nosso caso, a apropriação deste termo faz-se necessária por caracterizar práticas econômico-sociais pertinentes a sociedades pré-industriais, onde o mercado impessoal e auto-regulável era uma realidade distante.<sup>34</sup>

Vejamos agora alguns trabalhos com tempo e espaço mais próximos da nossa realidade que definiram o que seria a lógica de funcionamento de uma sociedade com estas características. Peguemos emprestadas as palavras de dois autores: Antônio Carlos Jucá para o mercado de bens de raiz<sup>35</sup>, e João Fragoso, para a economia colonial. Vamos ao primeiro:

Em recente artigo<sup>36</sup>, Jucá de Sampaio avalia as *formas não-mercantis de acumulação de riqueza numa sociedade colonial*, o Rio de Janeiro entre 1650 e 1750, onde analisou as “diversas formas de aquisição das propriedades rurais e urbanas”, com o fim de demonstrar o “peso relativo do mercado e de outros mecanismos de aquisição/acumulação”.<sup>37</sup>

---

<sup>33</sup> Idem. p.148.

<sup>34</sup> Ver a este respeito, POLANYI, 2000, op.cit. Passim.

<sup>35</sup> SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650- c.1750)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003. Nesta obra, para tentar captar as características estruturais da sociedade colonial, o autor define dois mercados como campos fecundos para esta empreitada, a saber, o de crédito e o de bens urbanos.

<sup>36</sup> SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *A produção política da economia: formas não mercantis de acumulação e transmissão de riqueza numa sociedade colonial (Rio de Janeiro, 1650-1750)*. pp.276-312.in: Topoi: Revista de História. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ/7 Letras, 2004, volume 4, número 7, jul-dez, 2003, 198p.

<sup>37</sup> SAMPAIO, *A produção política da economia...* 2003. op.cit. p.279. Nas palavras do autor: “Para alcançar tal intento, analisamos as escrituras públicas de compra e venda, única documentação existente para o nosso período a

O autor procurou estabelecer quais eram os meios mais utilizados para a aquisição de propriedades e após a avaliação da documentação, demonstrou um crescimento nas compras e arrematações, com maior peso na cidade, o que indicaria a transformação dos bens urbanos em mercadorias.<sup>38</sup>

Se utilizarmos ao menos as datas limites relacionadas pelo autor, temos que entre 1650 e 1670 os bens rurais adquiridos por meio de arrematação/compra perfaziam 42% do total de bens adquiridos no campo; enquanto os urbanos adquiridos por compra chegavam a 47,7%. De acordo com a data limite apresentada por Jucá, 1741-1750, os bens de raiz adquiridos na área rural por compra sobem 4,1% em relação a 1650-1670. Para a área urbana o aumento é bem maior, as compras sobem 10,9 %.<sup>39</sup> O quadro que se tem é de uma maior “estabilidade” da participação das aquisições através do mercado na área rural, enquanto na cidade ocorre um “incremento”.<sup>40</sup>

Apesar dessa aparente mercantilização, o que denota um crescimento de formas de acumulação mercantis e um processo de alteração na ordem social do Rio seiscentista para o do século seguinte, Jucá é esclarecedor quando nos informa que:

“Na verdade, ambas as formas de acumulação [mercantis e não-mercantis] encontravam-se não só profundamente imbricadas no tecido social como, inclusive, nas estratégias de atuação de um mesmo indivíduo. O exemplo mais claro disso encontramos na atuação dos negociantes. Como foi dito, tal fato não era uma especificidade da América portuguesa, mas uma característica das sociedades de Antigo Regime. Nelas, a esfera econômica encontrava-se inserida na ordem social mais ampla, de que era. Isso equivale a dizer que o estudo da economia em sociedades não-capitalistas não pode ser dissociado de uma análise do conjunto da vida social. Em outras palavras, a economia não pode ser considerada como uma esfera independente, compreensível a partir unicamente de sua organicidade”.<sup>41</sup>

Assim, Jucá de Sampaio demonstra que neste período ocorre um aumento da mercantilização da economia fluminense, não obstante deixa a ressalva que embora essa transformação seja “uma importante alteração na ordem social”, deve-se atentar – *sobretudo* –

---

abranger um número elevado de propriedades. Na verdade buscamos olhar ‘através’ das escrituras, levantando as formas através das quais os vendedores aí presentes haviam adquirido as propriedades então transacionadas.”

<sup>38</sup> Idem. p.288.

<sup>39</sup> Idem. p.280. As tabelas avaliam a aquisição de propriedades vendidas por meio de: arrematação/compra, herança/legado, dote, doação sesmaria e outros.

<sup>40</sup> Idem. pp.288-289.

<sup>41</sup> SAMPAIO, *A produção política da economia...* 2003. op.cit. p.304.

para “a permanência de certos traços estruturais que se destaca numa análise mais cuidadosa”, pois mesmo que em plena decadência, as formas de acumulação não-mercantis sobreviviam e mantinham papel de destaque “no interior das estratégias de ascensão (ou de manutenção do *status*) dos diversos grupos da sociedade colonial. Mesmo os homens de negócios, próceres das mudanças em curso, se utilizaram de tais mecanismos em busca por enriquecimento e prestígio social.”<sup>42</sup>

A pista, seguida de forma brilhante por Jucá, já havia sido explorada pelo trabalho em dupla de João Fragoso e Manolo Florentino, quando apontavam que:

“(…) É provável que a partir de princípios do século XVIII, ou mesmo antes, a velha ‘nobreza da terra’ tenha começado a ceder espaço para outras formas de acumulação e outros grupos sociais mais marcadamente mercantis (...) [e] Isto não significa dizer que o Rio de Janeiro deixou de viver um ambiente de Antigo Regime, em que a política era fundamental para a inserção no mercado; (...)”<sup>43</sup>.

Desenvolvendo esta idéia, ao avaliar o comércio da terra em Santena, Giovanni Levi lança a seguinte questão: “Mas este era realmente um mercado?”<sup>44</sup> Sua resposta nos ajuda a esclarecer como os agentes sociais do Rio de Janeiro na primeira metade do oitocentos interagiam no mercado:

“(…)Na verdade, sob o aparente mecanismo de mercado (...) se esconde o problema geral dos recursos, do poder, da sobrevivência, da solidariedade, da manutenção ou da transformação das relações e dos valores sociais existentes. (...)”<sup>45</sup>.

Ou seja, seguindo este raciocínio, o mercado era, por assim dizer não regulado por noções de lucro, somente, ele era marcado por valores pessoais onde a sociedade reafirmava distinções, hierarquias colocando em prática desejos familiares e pessoais. Justamente por isso, define-se tal sociedade como não capitalista, pois o lucro advindo de trocas e negócios não é o seu fim. Manutenção de poder e *status*, mobilidade ascendente, reconhecimento de vassalagem e obediência etc, também interferiam nos preços, nos acordos, nas alianças.

<sup>42</sup> Idem. p.305.

<sup>43</sup> ver: FRAGOSO e FLORENTINO, 2001. op.cit.p. 85.

<sup>44</sup> Ver: LEVI, 2000. op.cit. p.146.

<sup>45</sup> Idem. pp.146-147.

Assim, como definiu Sampaio, a permanência de “certos traços estruturais”, perpassou a sociedade colonial, podendo-se reconhecer práticas de uma sociedade de Antigo Regime no período Imperial.

Entretanto, não é nosso o crédito de perceber traços estruturais de uma sociedade de Antigo Regime na sociedade oitocentista. João Fragoso afirma que:

“O mundo colonial brasileiro fora montado por um Portugal quinhentista, isto é, por uma sociedade que se utilizava da acumulação mercantil para reproduzir os seus traços pré-capitalistas ou, mais precisamente, uma hierarquia econômica e social aristocratizada, onde o não-trabalho e a fortuna rentista eram sinônimos de *status* social.”<sup>46</sup>

Logo em seguida, nos informa – segundo Fernand Braudel<sup>47</sup> e George Rudé<sup>48</sup> – que:

“o que estamos encontrando para a sociedade colonial não foge muito daquilo verificado em outras realidades pré-capitalistas. Ou, mais precisamente, não destoa dos esquemas clássicos de funcionamento da economia européia do Antigo Regime (...)”.<sup>49</sup>

O recorte cronológico do trabalho de Fragoso ultrapassa a última década do século XVIII e chega a adentrar o período Imperial. Ou seja, ainda que o século XIX marque um período de transição entre uma sociedade pré-industrial e a gestação de uma sociedade com características distintas, que no século XX tornar-se-ia capitalista, ainda sobrevivia no período que tratamos, práticas de uma sociedade de Antigo Regime.

Dito de outro modo, um agente social rico ou pobre no Rio de Janeiro em 1820 agiria de forma mais parecida com seu homônimo de duzentos anos antes, do que qualquer outro da sociedade burguesa cento e cinquenta anos depois. A natureza não-capitalista ainda estava presente no mercado. Ou seja, apesar da precariedade deste termo para definir a forma de agir dos integrantes daquela sociedade, ela é válida, pois visa demonstrar que as compras e trocas oferecidas no mercado ainda não eram totalmente capitalistas, onde o preço seria o resultado da

<sup>46</sup> FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992. p.285.

<sup>47</sup> BRAUDEL, Fernand. *El Mediterráneo y el mundo mediterráneo en la época de Felipe II*. Vol. 2, México, Fondo de Cultura Económica, 1976. Apud. FRAGOSO, 1992. Op.cit. Idem.

<sup>48</sup> RUDÉ, George. *Europa en el Siglo XVII, la aristocracia y el desafío burgués*. Madrid, Alianza Universidad, 1987. Apud. FRAGOSO, 1992. Op.cit. Idem.

<sup>49</sup> FRAGOSO, 1992, op.cit. p.285.

oferta, da procura, do valor real e da demanda de cada mercadoria. Na sociedade que trabalhamos, ao afirmar que as relações eram não-capitalistas, estamos afirmando que a reiteração das relações de compra e venda não passavam inteiramente pelo mercado. Fatores externos como parentesco, amizade, inimizade, conhecimento, títulos de nobreza, alianças familiares ou de grupos, *status* etc. interferiam no preço, na tomada de decisões.<sup>50</sup>

## 1.2 – A Unidade Inexistente: hierarquia econômica e diferença entre senhores

Definida nossa base teórica, partamos agora para uma identificação mais específica. Tratando nosso conjunto de inventariados como os exemplos de agentes sociais proprietários da sociedade carioca (1800-1860), tentaremos captar como eles se comportavam naquela sociedade escravista. O que o conjunto de seus bens e hierarquia econômico-social tem a nos dizer, de modo que a avaliação deste corpo documental seja útil para conhecermos mais de perto quem eram os senhores que punham escravos ao ganho?

Uma característica peculiar a muitas sociedades pré-industriais – sobretudo se considerarmos o ocidente na era cristã – era a existência de senhores de homens e terras no topo (via *status*) e subalternos na base de sociedades altamente hierarquizadas, porém agrupar todos dentro de um mesmo sistema decorreria desconsiderar especificidades regionais, posição política de nobres e comerciantes dentro de cada *República*, além da condição jurídica dos dependentes: escravos aqui, pequenos posseiros ali, camponeses acolá.

Privilegiaremos os agentes mais pobres – em uma análise mais aprofundada – na medida em que estes eram os mais numerosos senhores de escravos na área urbana, como se verá. Nossa atenção se voltará para a relação pessoal, de trabalho, para a negociação e barganha entre senhores e escravos. Se os escravos possuíam recursos e direitos costumeiros em sua relação com seus senhores e estes senhores, formas particulares de dominação, é possível captá-las e conhecê-las ao prestar maior atenção naquela relação pessoal. Enfim, focando nossa lupa em cada caso (inventariados) poderemos tecer comparações sobre as estratégias de sobrevivência e acumulação de riqueza levada a cabo por cada senhor segundo suas possibilidades.

---

<sup>50</sup> Idem. Especialmente o capítulo II. Economia Colonial: para além de uma *Plantation* Escravista-Exportadora – o Caso da Região Sudeste-Sul. pp.100-126.

Destacarei a diversidade do universo senhorial, para focar, mais tarde, a própria relação senhor-escravo. Tratar os escravos como investimento e bem rentável em relação ao monte bruto, nos permitirá retirá-lo de esquemas totalizantes, onde invariavelmente este aparece manipulado e imerso a uma condição social que o privava de poder de barganha junto ao seu senhor. Ou seja, o que procuramos é a diversidade da vida social, seus fragmentos e particularidades que diferenciava a vida de cada um. Todavia, uma fragmentação total não nos permitiria uma análise mais direta das possibilidades dos senhores, por isso a separação dos grupos que se verá a seguir fragmenta os senhores de um lado, mas os reúne em três grupos distintos do outro.

O *locus* central do trabalho será a análise de 226 inventários *post-mortem*.<sup>51</sup> Segundo o Direito Civil, esta fonte:

“(...) é uma ação processual que visa a fazer o balanço dos bens e dívidas de uma pessoa quando do seu falecimento. Nesse sentido, o arrolamento de todos os inventários, em um dado período, permite-nos fotografar a estrutura econômica da região estudada. Quando levantamos seriadamente todos os inventários, temos a estrutura econômica da região em movimento, ou seja, tal procedimento nos possibilita perceber as mudanças e permanências vividas por essa região no tempo.”<sup>52</sup>

Os inventários estão assim divididos, 38 para 1820, 68 para 1840 e 120 para 1860. Este corpo documental nos informa quais eram os bens possuídos por diversos representantes da sociedade colonial, ali se encontra desde um rico comerciante de grosso trato, até um oficial mecânico, talvez forro que possuía pelo menos algum bem que justificasse a abertura do inventário.

---

<sup>51</sup> O tratamento que daremos a esta fonte está baseado em: FRAGOSO, 1992.op. cit. E do mesmo autor: *Notas sobre o uso de inventários post-mortem e de escrituras de compra e venda na pesquisa de história empresarial*. Rio de Janeiro, Departamento de História, UFF, 1989.

<sup>52</sup> FRAGOSO, 1992. op. cit. p.41. Os referidos inventários foram gentilmente cedidos por João Fragoso. Em sua tese de doutoramento, Fragoso trabalhou com esta documentação, porém sua preocupação dirigiu-se para a identificação dos setores econômicos da sociedade analisada, da distribuição dos investimentos na agricultura, comércio, atividades industriais-artesaniais e nas atividades rentistas, o perfil da divisão social do trabalho e o caráter do mercado e o seu grau de liquidez.(p.41). Tal empreitada foi promovida para pensar a própria economia colonial, onde o autor rompe com a visão de dependência total da colônia em relação à metrópole, e ao mercado externo. Fragoso argumenta que além da produção para o mercado externo, “(...) a economia colonial também é marcada por outros elementos: o mercado interno, a natureza não-capitalista das produções de abastecimento, o crescimento demográfico etc.(...)” p.239, “(...) A presença de acumulações internas permitia a disponibilidade de capitais. O controle colonial sobre o tráfico de escravos (reiteração física das relações sociais) e o sistema de crédito (financiamento da produção) davam à economia colonial a possibilidade de decidir e investir, mesmo em conjunturas depressivas no mercado internacional. (...)” p.223.

Para captar a distribuição das atividades econômicas, a partir dos inventários, apresentamos as tabelas 1 e 2:

**TABELA 1**  
**Participação (%) de atividades econômicas nos inventários *post-mortem* do Rio de Janeiro (1820, 1840 e 1860)**

Inv.	P.Urb.	Com.	D. Atv.	Aç./Ap.	B. Ru.	A. Ind.	Esc.	M. Pr.	Din.	M. B.
<b>36</b>	25,8	1,5	23,4	1,1	15,9	1,6	11,9	6,1	3,4	452:794\$
<b>55</b>	35,8	1,7	24	5,3	6,6	0,04	13,9	1,5	1	1:335:947\$
<b>131</b>	29,3	3,2	10,8	13,1	11,9	0,06	21	1,1	7,1	4:815:725\$

FONTE: FRAGOSO, 1992. op. cit.p.255. A avaliação deste banco de dados para Fragoso, serviu para captar não só a hierarquia colonial, mas, sobretudo, a acumulação interna à praça do Rio de Janeiro e o grau de controle que os *homens de grossa aventura* possuíam sobre os negócios no Império português (crédito, tráfico de escravos, exportação e importação em diferentes áreas do império e abastecimento interno) a partir daquela praça, onde residiam. O *interrogatório* que faremos a tais inventários, se aproxima do promovido pelo referido autor no que tange as características econômicas da sociedade carioca oitocentista, mas distancia-se quando pretendemos mostrar o terreno vivido pelos escravos na sociedade trabalhada. Afasta-se ainda mais quando este autor incluiu em sua amostra alguns inventários de grandes comerciantes abertos em anos próximos de 1820, 1840 e 1860, o que não é nosso caso. Portanto, vacinamos o leitor sobre eventuais diferenças nos montes-bruto, mas é claro, como se trata da mesma sociedade, de datas afins e como a maior parte dos inventários são os mesmos trabalhados por João Fragoso, as conclusões sobre níveis de fortuna, distribuição de renda e investimentos se aproximam consideravelmente.

Legenda: Inv. = Inventários (36-1820; 55-1840, 131-1860) P. Urb. = Prédios Urbanos

Com. = Comércio

D. Atv. = Dividas Ativas

Ac/Ap. = Ações e Apólices

B. Ru. = Bens Rurais

A. Ind. = Atividades Industriais

Esc. = Escravos

M. Pr. = Metais Preciosos

Din. = Dinheiro

M. B. = Monte bruto em mil-réis.

**TABELA 2**  
**Distribuição da riqueza a partir de inventários *post-mortem* na cidade do Rio de Janeiro (1820, 1840 e 1860)**

1820		1840		1860	
% dos inventariados	Participação (%) no Monte-bruto dos inventariados	% dos inventariados	Participação (%) no Monte-bruto dos inventariados	% dos inventariados	Participação (%) no Monte-bruto dos inventariados
13,9	70,9	9,1	67,8	10,0	65,0
13,9	14,3	18,2	17,5	37,3	30,5
27,8	12,2	27,3	10,7	52,7	4,5
44,4	2,6	45,4	4,0	-	-
100	100	100	100	100	100

FONTE: FRAGOSO, 1992.op. cit. p.255.

A tabela 1 demonstra como se encontravam os investimentos econômicos nos anos relacionados, destacam-se atividades rentistas. O controle sobre o crédito (dívidas ativas), ações e apólices e o investimento em prédios urbanos chegam a 50,3% em 1820, 65,1% em 1840 e 53,2% em 1860. Se somarmos os escravos, os investimentos chegam a 62,2% em 1820, 78,7% em 1840 e 61,1% em 1860. Ou seja, há uma maior monta de recursos aplicados em atividades que caracterizam uma sociedade urbana. Haja visto que os investimentos rurais são sempre menores que os investidos em prédios urbanos, além de serem ultrapassados também, em 1820 e 1840 para as dívidas ativas.

De acordo com João Fragoso, a composição das fortunas de alguns comerciantes do Rio de Janeiro demonstra como se compunha o investimento dos maiores negociantes daquela sociedade. Estes homens representavam a nata econômica do Rio de Janeiro, seus montes-bruto eram superiores a 50:000\$000 (1794-1846). No conjunto de bens de alguns destes negociantes os escravos não ultrapassam 2% de seus bens totais. É o caso de Francisco Xavier Pires com o inventário aberto no ano de 1826 – o segundo mais rico entre os negociantes de grosso trato da

amostragem considerada pelo autor –, este negociante apresenta um monte-bruto de 486:192\$797, ao qual declara a posse de apenas 15 escravos, 1% do referido monte. O que possuía em prédios urbanos chegava a 21,4%. Xavier não declarara naquele momento, bens rurais.<sup>53</sup> O quadro que se tem na cidade é de uma elite composta por negociantes, relegando – somente economicamente – para baixo, os poderosos senhores de homens e terras.

Assim como demonstram os dados da tabela 1, existe um certo destaque no investimento em prédios urbanos. Em todos os anos analisados este foi o principal setor de investimento entre todos os bens arrolados.

Já a tabela 2 demonstra a tamanha concentração de riqueza daquela sociedade, enquanto menos de 15% dos inventariados em 1820 abocanhavam 70,9% da riqueza, 44,4% destes possuíam apenas 2,6% dos bens. No ano de 1840, 9,1% dos inventariados possuíam em suas mãos 67,8% da riqueza, enquanto 45,4% não possuíam mais que 4,0%. Em 1860 a trajetória de concentração de riqueza aumenta, enquanto 10% dos inventariados controlavam 65% da riqueza, mais da metade destes eram proprietários de apenas 4,5% da riqueza relacionada nos inventários.

Este quadro pode ser comparado à outra importante área urbana do império luso – depois brasileiro – na primeira metade do século XIX. Citando dados de João Reis, Maria Evilmardes Petrauskas analisa 421 inventários *post-mortem* de Salvador, Bahia. Seus números mostram grande similaridade na distribuição da riqueza nas duas áreas urbanas. Os 10% mais ricos de Salvador, controlavam 66,9% da riqueza, enquanto os 60% mais pobres abocanhavam apenas 6,7% da fortuna declarada pelos soteropolitanos.<sup>54</sup>

Ou seja, tratamos de uma sociedade altamente desigual. Além do mais, o conjunto dos investimentos destes senhores demonstram que as pessoas investiam, sobretudo, em atividades urbanas. Ratificamos este dado, se somarmos o que estava aplicado em dinheiro, comércio, metais preciosos e atividades industriais em todos os anos, pois assim constatamos – mesmo deixando de fora os prédios urbanos – que há pouca representatividade dos bens rurais, que são quase iguais a estas aplicações urbanas em 1820 e menor que elas em 1840 e 1860.<sup>55</sup> Enfim tratamos de uma sociedade urbana, posto que se destacavam em seu interior investimentos comerciais, usurários e rentistas.

<sup>53</sup> FRAGOSO, 1992.op. cit p. 261, tabela 15-9.

<sup>54</sup> PETRAUSKAS, Maria Evilmardes. *As Relações de Trabalho dos escravos de ganho e de aluguel na cidade de Salvador (1800-1822)*. São Paulo, 1987. PUC, Dissertação de Mestrado. p.39.

<sup>55</sup> Ver tabela 1.

Demonstrada a distribuição dos bens por atividades econômicas e o alto grau de concentração de riquezas, nosso próximo passo será o de avaliar a distribuição da posse escrava entre os inventariados.

### **1.3 – Vida, fortuna e escravos: a representatividade dos pequenos senhores na sociedade urbana**

É hora de darmos vida aos dados fornecidos pela fonte cartorial. Segundo José Roberto Góes:

“Os inventários são pura letra do senhor. Os escravos eram neles arrolados como parte dos bens senhoriais, e assim descritos. Não eram feitos para contar a vida dos cativos, mas para regular a transmissão de bens de uma geração a outra de homens livres. *É possível escutar a palavra dos escravos, no entanto, quantificando determinadas informações de caráter demográfico (...).*”<sup>56</sup>

É atrás destas palavras que iremos agora, porém abordaremos neste capítulo principalmente os senhores. Quantifiquemos primeiramente a distribuição de sua propriedade escrava. A tabela 3 separa nossos inventariados de duas formas: escravistas e não possuidores de escravos. Já a tabela 4 demonstra a distribuição da propriedade escrava entre os inventariados.

**TABELA 3**  
**Taxa de proprietários de escravos entre os inventariados**

	<b>1820</b>	<b>1840</b>	<b>1860</b>
<b>Inventariados</b>	38 (100%)	68 (100%)	120 (100%)
<b>Escravistas</b>	35 (92,1%)	48 (70,6%)	79 (65,8%)
<b>Sem escravos</b>	3 (7,9%)	20 (29,4%)	41 (34,2%)

Fonte: Inventários *post-mortem* 1820, 1840, 1860.

No ano de 1820 três inventariados não informaram o tamanho da propriedade escrava.

No ano de 1840 três inventariados não informaram o tamanho da propriedade escrava.

No ano de 1860 dois inventariados não informaram o tamanho da propriedade escrava.

<sup>56</sup> GÓES, 1998. op.cit. p.16 Grifo meu.

**Tabela 4\***  
**Estrutura de Posse de Escravos - Cidade do Rio de Janeiro (1820-1840-1860)**

	1820				1840				1860			
	Proprietários		Escravos		Proprietários		Escravos		Proprietários		Escravos	
<b>Escravarias</b>	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
<b>1-4</b>	11	31.4	31	6.4	18	37.5	41	7.0	35	45.5	77	7.1
<b>5-9</b>	6	17.1	41	8.5	13	27.1	85	14.5	22	28.6	145	13.4
<b>1-9</b>	17	48.6	72	14.9	31	64.6	126	21.5	57	74.0	222	20.5
<b>+ 10</b>	15	42.9	411	85.1	14	29.2	461	78.5	20	26.0	869	80.1
<b>Total</b>	35	100	483	100	48	100	587	100	77	100	1085	100

Fonte: Inventários *post-mortem* 1820, 1840, 1860.

\*Nesta tabela não utilizamos os proprietários que não informaram o tamanho da propriedade escrava.

Em 1820, 92,1% dos inventariados possuíam escravos, número que cai para 70,6% em 1840 e 65,8% em 1860. Já os inventariados sem cativos agiam em movimento contrário, é lógico. Subiram de 7,9% em 1820 para 29,4% vinte anos depois, e em mais duas décadas chegavam a 34,2%. Apesar do crescimento dos não proprietários de escravos, um comprometimento superior a 65% denota o alto índice de possuidores de escravos em nossa amostra.<sup>57</sup>

Comparando estes números com dados de outras pesquisas sobre o meio rural e a própria cidade do Rio de Janeiro entre a última década do século XVIII e a primeira metade do século XIX, talvez possamos afirmar que os dados encontrados na tabela 3 podem ser descritos para a sociedade urbana fluminense como um todo. Fragoso e Florentino, também utilizando inventários *post-mortem*, com amostra que engloba o agro e a urbe entre 1790-1830, captaram a percentagem de inventariados com fortunas menores que 500\$000 detentoras de escravos no Rio de Janeiro. Na década de 1790, 76,3% possuíam escravos, 80% eram donos de escravos na década seguinte,

<sup>57</sup> Gostaríamos de deixar uma pequena ressalva sobre os limites da fonte que trabalhamos: Enquanto 36182 era o número da população escrava das quatro freguesias urbanas em 1821, nossos inventários reunidos somam 483 escravos, ou seja, 1,3% de todos os escravos da urbe. Em 1838, a população escrava é de 37137, e encontramos em nossos inventários 587 escravos, 1,6% do total. Em 1868, segundo Estatísticas do IBGE 80000 escravos viviam na Corte, enquanto 1085 cativos foram encontrados em nossos inventários, ou seja, 1,3% do total. Pois bem, a nota a ser feita é de que tais números acompanham a variação da população escrava relacionada nos dados oficiais. Estando esta variação entre as casas escalares de 1,3% e 1,6%, nos é permitido acreditar na representatividade dos nossos escravos para a composição do ambiente escravista urbano que aqui se pretende.

o que caía para 66,7% entre 1810-1819, e alcançava 68,6% na década de 20.<sup>58</sup> Estes números não só aproximam-se dos nossos, como também demonstram o comprometimento dos livres pobres com a escravidão.

Nossa amostra totaliza 2.155 escravos nos inventários pesquisados. Sendo 483 em 1820, 587 para 1840 e 1.085 para 1860. A primeira observação a ser feita, é o alto – e crescente – grau de concentração da propriedade escrava no Rio de Janeiro. Enquanto 31,4% dos proprietários possuem apenas 6,4% dos cativos no ano de 1820, apenas 8,6% dos donos de escravos abocanhavam 46% dos 483 escravos no mesmo ano. Concentração que cresceria ao longo do tempo. Em 1840, 64,6% dos proprietários possuíam 21,5% de todos os cativos, enquanto 29,2% dos proprietários eram donos de 78,5% dos escravos. Os dados de 1860 ratificam a trajetória de concentração da propriedade escrava. Estes números são absolutamente condizentes com uma sociedade com distribuição de riqueza altamente desigual.

Todavia, um dado que não pode ser desprezado é a permanência dos pequenos escravistas no mercado.<sup>59</sup> O preço dos escravos sofreu uma alta considerável entre 1820 e 1860, no entanto estes escravistas marcaram presença crescente nos três anos analisados, eram pouco mais de 31% dos proprietários em 1820, cresceram para 38% em 1840 e chegaram a 45,5% em 1860.

Um escravo carpinteiro saudável entre 20 e 35 anos poderia custar 153\$600 ou 32,96 libras esterlinas em 1820<sup>60</sup>, 550\$000 ou 71,04 libras em 1840<sup>61</sup> e chegar a 1:500\$000 ou £ 161,25 em 1860<sup>62</sup>. Assim como um sapateiro poderia custar 204\$800 ou £ 43,95 no primeiro ano de nossa amostra<sup>63</sup>, 600\$000 ou £ 77,5 no segundo<sup>64</sup> e 1:400\$000 ou 150,5 libras esterlinas no terceiro<sup>65</sup>. Apesar desta alta no preço dos escravos no século XIX, os pequenos senhores mantiveram sua participação no mercado. Eles possuíam sempre entre 6,4% e 7,1% dos cativos nas três datas analisadas. Nenhum dos outros grupos de escravistas permaneceu tão regular ao

<sup>58</sup> FRAGOSO e FLORENTINO. 2001. op.cit. p.123.

<sup>59</sup> Fragoso e Florentino designam pequenos escravistas aqueles que possuíam entre 1 e 9 cativos, médios, entre 10 e 19 e grandes, 20 ou mais escravos. Ver: FRAGOSO e FLORENTINO. 2001. op.cit. p.87. Para Robert Slenes pequena escravaria seria entre 1 e 9 escravos, média seria entre 10 e 49 e grande aquelas que superassem os 50 cativos. Ver: SLENES, 1999. op.cit. p.108. Ora, nestes trabalhos constam áreas de *plantation* do sudeste escravista. Como o nosso localiza-se em uma área urbana, designamos: pequena (1-4 escravos), média (5-9 escravos) e grande (+ de 10 cativos). Quando nos referirmos à áreas rurais: pequena será = 1 a 9 escravos.

<sup>60</sup> Inventário *post mortem*, José de Araújo Rangel, 1820, ANRJ.

<sup>61</sup> Inventário *post mortem*, Marcolino Antonio Leite, 1840, ANRJ.

<sup>62</sup> Inventário *post mortem*, Generosa do Coração Jesus Monteiro Gambôa, 1860, ANRJ.

<sup>63</sup> Inventário *post mortem*, Francisco Gonçalves dos Santos, 1820, ANRJ.

<sup>64</sup> Inventário *post mortem*, Marcolino... o mesmo citado acima.

<sup>65</sup> Inventário *post mortem*, José Antonio Peixoto, 1860, ANRJ.

longo destes anos em relação aos escravos possuídos. Uma outra constatação importante é a de que 100% dos nossos inventariados com fortuna igual ou menor a 500\$000 em 1820 possuíam escravos. Fragoso e Florentino chegaram a algo em torno de 80% nas décadas de 1790 e 1800, e a 68% entre 1810-1830.<sup>66</sup> O que pode caracterizar uma diferença entre as áreas rural e urbana, relembrando que na amostra dos autores citados acima entraram inventários do agro em meio a inventários de senhores da área urbana. Na nossa, contamos somente com inventários de senhores que viviam no perímetro urbano.

Os escravos se apresentavam como um bem relativamente barato se comparados com aplicações comerciais e mercantis, por exemplo. Fragoso e Florentino apontaram para este dado quando constataram que a grande maioria dos inventariados donos da menor faixa de fortuna (menos de 500\$000) eram possuidores de escravos.

“Quase todos os homens livres detentores de bens a legar possuíam ao menos um escravo. (...) Pode-se argumentar que os mais pobres inventariados fluminenses possuíam escravos menos em função de seu baixo preço do que da força simbólica de ‘ser senhor de escravos’. A esse respeito, afinal, somente um estrangeiro como o comerciante Wetherell, que estava na cidade de Salvador em 1860, se surpreenderia com o fato de, ali, os homens brancos cultivarem longas unhas para demonstrar que não exerciam ofícios manuais. Mas mesmo a força dos símbolos de *status* não resistiria à constatação de que os escravos eram mercadorias *socialmente baratas*. (...)”<sup>67</sup>

De acordo com João Fragoso e Manolo Florentino, duas situações interagiam para que os senhores mais pobres adquirissem mancípios: o *status* concedido aos proprietários e o baixo preço dos cativos. Uma análise sobre o preço final dos escravos em relação a outros investimentos constata que a mercadoria humana era realmente o bem rentável mais acessível.<sup>68</sup> Assim, ela era barata em relação aos outros investimentos. Por outro lado, a maior parte da população livre não foi inventariada, estas pessoas não tiveram acesso nem mesmo a um cativo que pudesse confirmar a abertura de seu inventário. Para estes os escravos foram inacessíveis, portanto, caros.

<sup>66</sup> FRAGOSO e FLORENTINO. 2001. op.cit. pp.123-125.

<sup>67</sup> Idem, ibidem. Grifos no original. Socialmente barata, refere-se ao fato da própria produção do escravo em mercadoria em relação à outras produzidas na sociedade. Para uma análise detalhada do assunto ver: FLORENTINO, Manolo. *Em costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

<sup>68</sup> Este aspecto será analisado no capítulo II.

A “força simbólica de ser senhor de escravos” era então uma das motivações que empurrava os homens a adquirirem escravos. Uma outra, tão importante quanto esta, era o fato de que um cativo não era uma mercadoria comum, era um investimento, um passo significativo na busca por sobrevivência e posterior acumulação de riquezas. O leque de opções para outras aplicações era mais difícil, inalcançável para alguns. O escravo era assim, não apenas uma opção, mas quiçá, o único passo possível [para livres e libertos pobres] que poderia conceder-lhes sobrevivência somada a algum símbolo de *status*. Todavia “ser senhor de escravos” não reunia os proprietários em um grupo, mesmo entre eles, havia hierarquias e distinções, como pode ser visto na tabela 5. Vejamos somente os proprietários de escravos. A tabela abaixo visa captar o tamanho dos plantéis controlados pela maioria dos senhores. Por isso separamos os donos de até 9 escravos, dos grandes proprietários de cativos da Corte.

**Tabela 5**  
**Proprietários de escravos por tamanho do plantel**  
**na cidade do Rio de Janeiro (1820-1840-1860)**

	1820		1840		1860	
	Proprietários		Proprietários		Proprietários	
<b>Escravarias</b>	N	%	N	%	N	%
<b>1-9</b>	17	48.6	31	64.6	57	74.0
<b>Mais de 10</b>	15	42.9	14	29.2	20	26.0
<b>Total</b>	35	100	48	100	77	100

Fonte: inventários *post-mortem*.

A tabela acima demonstra que em todos os anos analisadas a maior parte dos senhores não possuía mais que 9 escravos. Poder-se-ia afirmar que os nossos inventários *fotografam* apenas 3 datas específicas, sendo assim, vejamos outra tabela, esta contém um conjunto maior de datas referentes ao mesmo período que confirmará nossos dados. Analisando a estrutura de posse de escravos na cidade do Rio de Janeiro em relação ao tráfico atlântico, José Roberto Góes, também com inventários urbanos, observou que, de 1790 a 1807, 120 proprietários eram donos de 871 escravos, entre 1810 e 1825, 206 possuíam 1697 cativos e de 1826 a 1830, 182 almas possuíam outras 1361. Abaixo, vejamos apenas a representatividade dos senhores de escravos na cidade do Rio de Janeiro:

**Tabela 6\***  
**Proprietários de escravos por tamanho do plantel**  
**na cidade do Rio de Janeiro (1790-1830)**

	1790-1807		1810-1825		1826-1830	
	Proprietários		Proprietários		Proprietários	
<b>Escravarias</b>	N	%	N	%	N	%
<b>1-9</b>	84	70.0	155	75.3	134	73.6
<b>Mais de 10</b>	36	30.0	51	24.7	48	26.4
<b>Total</b>	120	100	206	100	182	100

\*Tabela modificada por nós. Aproveitamos apenas os dois níveis de posse escrava.

Fonte: Góes, José Roberto. *Escravos da paciência. Estudo sobre a obediência escrava no Rio de Janeiro (1790-1850)*. Tese de Doutorado, UFF, 1998. Tabela 9A, p.165.

De acordo com Góes, entre 1790 e 1830, médios e pequenos proprietários de escravos nunca formaram menos de 70% dos senhores. Ou seja, os grandes senhores, donos de 10 ou mais escravos eram, isoladamente, a minoria dos donos de escravos na cidade do Rio de Janeiro. Estes números nos apresentam uma constatação importante, a de que a maioria esmagadora dos senhores via seus pares com escravarias médias e pequenas (utilizamos para a cidade: pequena [1-4 escravos], média [5-9]).

Tentando uma comparação entre Brasil, Jamaica e Estados Unidos, onde aproxima os escravistas brasileiros dos norte-americanos pela distribuição da propriedade escrava, Schwartz demonstra que mesmo em algumas áreas tipicamente rurais do Brasil escravista – como o Recôncavo Baiano e as paróquias açucareiras da região entre 1816-1817 – havia um maior número de pequenos senhores (1 e 9 escravos para Schwartz), que de médios e grandes. 83,6% (Recôncavo) e 76,5% (Paróquias açucareiras) dos senhores de escravos baianos possuíam até 9 cativos.<sup>69</sup>

O agro carioca guardava, em algumas regiões, proporções mais distributivas, ou seja, ainda que houvesse um considerável número de pequenos proprietários de escravos, os médios e

<sup>69</sup> SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Brasília, Companhia da Letras, 1988. pp.374-375.

grandes no Rio de Janeiro rural da primeira metade do século XIX ainda eram quase ou até mais da metade dos senhores de escravos, como será visto abaixo.

No livro *O cativo imperfeito*, onde José Roberto Góes foca seu estudo na freguesia de Inhaúma, o autor utilizou dados que compreende o meio rural do Rio de Janeiro.<sup>70</sup> Entre 1810 e 1835, no mínimo 42,2% e no máximo 46,6% dos proprietários de escravos eram pequenos senhores (lembremos que para áreas rurais, pequenos = 1 a 9). Somando os médios e grandes proprietários (10 ou mais escravos), este índice chegou a no mínimo 46,4% e no máximo 62,5% dos senhores de escravos do agro carioca, ou seja, a maioria dos escravistas do local.<sup>71</sup>

Trabalhando com 406 inventários de proprietários de escravos do agro fluminense, Frago e Florentino chegaram a resultados parecidos com os apresentados por Góes. Entre 1790-1807, 51,4% dos senhores possuíam até 9 cativos, enquanto 48,7% eram donos de 10 ou mais escravos. Entre 1810-1835, 42,6% dos senhores possuíam entre 1 e 9 escravos e 57,5% eram médios e grandes escravistas.<sup>72</sup> Analisando 350 inventários referente ao mesmo agro fluminense, Góes confirma o quadro acima, 52% dos senhores rurais tinham até 9 cativos entre 1790-1807, e 43,1% eram donos de 1 a 9 mancipios entre 1810-1830.<sup>73</sup>

Foge a nossa proposta explorar a diferença entre a *plantation* do sudeste e a do nordeste escravista. Em conformidade com nossos propósitos, ressaltemos a diferença entre o agro e a urbe carioca.

Na área urbana havia uma quantidade maior de pequenos senhores de escravos. Podemos comparar nossos inventariados com os de Frago e Florentino para tornar mais claro o que estamos dizendo. Também incluiremos os inventários urbanos de Góes; suas datas aproximam-se das de Frago e Florentino, o que torna mais válida a operação. E já que na cidade os proprietários de até 9 escravos formavam a maioria dos senhores, como vimos nas tabelas 5 e 6, vejamos agora apenas aqueles que possuíam até 4 e de 5 a 9 cativos. Assim, captaremos não só a diferença entre agro e urbe, mas a predominância do pequeno senhor na cidade.

---

<sup>70</sup> Os dados foram extraídos de paper inédito de Manolo Florentino. FLORENTINO, Manolo. *Comércio de Almas e infância escrava: uma aproximação demográfica*. Apud: GÓES, José Roberto. *O Cativo Imperfeito. Um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX*. (Vitória – ES): Lineart, 1993. p.75

<sup>71</sup> Idem, ibidem.

<sup>72</sup> FRAGOSO e FLORENTINO. 2001. op.cit. p. 87.

<sup>73</sup> GÓES, 1998. op.cit. p.160.

**Tabela 7**  
**Proprietários de escravos por tamanho do plantel**  
**na cidade do Rio de Janeiro e no agro fluminense (1790-1860)**

Urbano	1820		1840		1860	
	Proprietários		Proprietários		Proprietários	
Escravarias	N	%	N	%	N	%
1-4	11	31.4	18	37.5	35	45.5
5-9	6	17.1	13	27.1	22	28.6
Urbano	1790-1807		1810-1825		1826-1830	
	Proprietários		Proprietários		Proprietários	
Escravarias	N	%	N	%	N	%
1-4	55	45.8	78	37.9	86	47.2
5-9	29	24.2	77	37.4	48	26.4
Rural	1790-1807		1810-1835			
	Proprietários		Proprietários			
Escravarias	N	%	N	%		
1-4	31	20.7	44	17.2		
5-9	46	30.7	65	25.4		

Fonte: Ver tabelas 5 e 6, FRAGOSO e FLORENTINO, 2001, op. cit. p.243.

Os números de Fragoso e Florentino e de José Roberto Góes elucidam nossa constatação. A diferença marcante é que enquanto nos números de Góes contamos com inventários urbanos, nos de João Fragoso e Manolo Florentino selecionamos uma tabela onde constam apenas rurais. Assim, torna-se possível caracterizar uma diferença entre os dois ambientes (rural e urbano), já que se trata da mesma metodologia – ambos escolheram períodos afins e coletaram os inventários ao longo do mesmo.

Em uma área urbana – no período que compreende 1790-1830 – a representatividade mínima dos pequenos senhores, segundo os números de Góes, chegaria a 37,9%, mas poderia alcançar 47,2%.<sup>74</sup> Em áreas tipicamente rurais, segundo números apresentados por Fragoso e

<sup>74</sup> Segundo Carlos Lima “A participação dos senhores de escravarias compostas por até 4 cativos sempre oscilou, na cidade, entre a casa dos 35 e a dos 45% do total de senhores. (...)”. LIMA, 1997. op.cit. p.58.

Florentino entre 1790-1835, a representatividade máxima dos donos de 1 a 4 escravos foi de 20,7%.

Ou seja, ao longo do século XIX se quiséssemos tipificar *o senhor da área urbana*, este seria dono de no máximo 4 escravos, como apontam nossos números e os de Góes.<sup>75</sup> O que não ocorria na área rural do Rio de Janeiro. Na amostragem de Fragoso e Florentino os donos de até 4 escravos eram a minoria entre os dois grupos (1-4 e 5-9).

Começamos a delinear outra parte importante da finalidade deste trabalho, a de apresentar em que cativo vivia os escravos a partir das condições de seus senhores. Tais números qualificam nossos pequenos escravistas como parte integrante – e importante – da sociedade, já que formavam a maioria dos proprietários de escravos. Assim, conhecer suas estratégias, seus investimentos, sua vida é conhecer parte da própria sociedade colonial-imperial, como nos ensina Schwartz:

“(...) o grande número de plantéis pequenos e médios e a ampla distribuição da propriedade de escravos entre a população livre significavam que aquela não era uma sociedade de meros senhores de engenho e seus cativos. Em vez disso, centenas de indivíduos ou famílias com um ou dois ou mesmo cinco cativos, cujo investimento na escravidão era quantitativamente pequeno, mas cuja vinculação à instituição não era menos real, devem também ser considerados integrantes do sistema escravista. Eles formavam a maioria de proprietários de escravos e controlavam uma substancial proporção da escravaria. Qualquer discussão sobre vida, aculturação, oportunidades familiares e rebeliões escravas devem levar em conta este padrão. (...)”<sup>76</sup>

\* \* \*

Vimos no primeiro capítulo que tratamos de uma sociedade pré-industrial, onde sobreviviam práticas de Antigo Regime. Esta sociedade era bastante desigual, já que a riqueza encontrava-se concentrada nas mãos de poucos. A distinção entre as fortunas não só ajudaria a moldar o quadro da hierarquia social vigente, mas ia além dela, pois possibilitava aos mais abastados acumular mais escravos em suas mãos, o que os diferenciava do restante da população. Nesta sociedade, a posse escrava era disseminada, em alguns períodos, na primeira metade do

<sup>75</sup> Petrauskas argumenta que a maior parte dos senhores em Salvador também eram os donos de 1 a 3 escravos. Ver: PETRAUSKAS, 1987. op. cit. p.35.

<sup>76</sup> SCHWARTZ, 1988. op.cit. p..375.

século XIX, mais de 80% dos inventariados eram donos de escravos. Por outro lado, a maior parte dos senhores na cidade eram aqueles que possuíam não mais que cinco escravos. Os pequenos senhores formavam a maioria dos proprietários de escravos na cidade do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX. Se conhecermos a atividade econômica de cada um destes senhores, poderemos chegar mais próximo da própria relação de dependência existente entre eles e seus escravos. Sendo mais claro, a pergunta a ser feita é a seguinte: Em que investiam os senhores de escravos urbanos? Havia diferenças entre grandes e pequenos proprietários? A resposta fica para o capítulo II.

## *Capítulo II*

### **Sobreviver e acumular: as diferenças entre os senhores de escravos na cidade do Rio de Janeiro**

Neste capítulo procuraremos demonstrar como se reproduzia o acesso a bens rentáveis na cidade do Rio de Janeiro. Esta operação nos permitirá conhecer diversidade de estratégias entre senhores, podendo-se abster daí subsídios para tratarmos da relação senhor-escravo, assunto analisado com mais vagar no capítulo III (2.1). Almejamos enfim, definir quais as estratégias utilizadas por diferentes senhores para sobreviver ou acumular riqueza mediante o trabalho escravo (2.2).

#### **2.1 – Pobres senhores, ricos escravos**

O título deste tópico é para além curioso, sugestivo e metafórico. Curioso porque é incomum e perigoso reverter a posição de senhores e subalternos numa sociedade hierárquica; sugestivo, pois visa transparecer a idéia de que tratar-se-á da relação senhor-escravo considerando a importância dos mancipios nesta interação. E metafórico porque se eram senhores, não podiam ser pobres, posto que materialmente não estavam no nível mais baixo da escala social.<sup>77</sup> Por conseguinte, os escravos não podiam ser ricos, materialmente eram desprovidos de bens próprios, a não ser que contassem com a anuência dos senhores.

Mas nossa análise pretende ultrapassar a análise material, ainda que a considere. Entendemos que a relação senhor-escravo não pode ser tratada como algo dado, ela devia variar,

---

<sup>77</sup> Seguimos aqui a idéia presente em: FARIA, Sheila de Castro. *Sinhás Pretas: Damas Mercadoras: As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. Tese apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Concurso para Professor Titular em História do Brasil. Niterói, 2004. “Em primeiro lugar, e no aspecto material, sugiro que quem tem escravo, nem que seja um só, não pode ser considerado pobre nesta sociedade, em qualquer época.” pp.143-144. No entanto, será necessário utilizar o termo “senhores pobres” no sentido de compará-lo com senhores mais abastados, donos de mais de 4 escravos.

entre outros aspectos, de acordo com o *status* do senhor e da importância do escravo no conjunto de bens de seu proprietário.

Para captar esta diferença, continuaremos separando nossos inventariados em três grupos: Os donos de 1 a 4, de 5 a 9 e os proprietários de 10 ou mais escravos.

Nosso plano é vasculhar os investimentos destes senhores a procura de bens que denotem quaisquer atividades econômicas. O primeiro caminho a ser tomado é o de perceber quem possui, e quem não possui prédio urbano, já que como apontamos no capítulo 1, este era o principal investimento da sociedade urbana àquela época.

**Tabela 8**  
**Proprietários de prédios urbanos em relação à posse escrava na cidade do Rio de Janeiro (1820-1840-1860)**

Escravidão	1820			1840			1860		
	%p.	P	T	%p.	P	T	%p.	P	T
<b>1 a 4</b>	18,2	2	11	27,8	5	18	34,3	12	35
<b>5 a 9</b>	50	3	6	46,2	6	13	40,9	9	22
<b>10 ou +</b>	66,7	10	15	71,4	9	14	60	12	20
<b>Total</b>	100	15	32	100	20	45	100	33	77

Fonte: inventários *post-mortem*.

%p. = Percentagem de escravistas donos de prédios urbanos

P = Proprietários de prédios urbanos

T = Total de escravistas

Em todos os anos analisados, quanto maior o tamanho da posse escrava, maior o investimento daquele senhor em prédios urbanos. A esta consideração podemos somar uma outra: avaliando a fortuna controlada por aqueles escravistas temos que os donos de até 4 cativos eram – na média – economicamente mais pobres que os de 5 a 9, que por sua vez controlavam uma fortuna menor do que aqueles que possuíam 10 ou mais mancipios.

Conhecendo a fortuna média que cada grupo retinha podemos conhecer, de forma aproximativa, em quais investimentos aqueles homens não teriam condições de lançar-se. Vejamos a composição média de fortuna entre pequenos, médios e grandes escravistas na cidade do Rio de Janeiro:

**Tabela 9**  
**Fortuna média de acordo com a propriedade escrava em 1820**

<b>Escravaria</b>	<b>1 a 4</b>	<b>5 a 9</b>	<b>10 ou +</b>
<b>Fortuna média</b>	1:069\$897	3:042\$849	13:783\$317

Fonte: Inventários *post-mortem*

A tabela foi montada com o cruzamento da posse escrava com a fortuna dos grupos relacionados na tabela 7.

Para aqueles que possuíam de 1 a 4 escravos em 1820, apenas 2, ou pouco mais de 18% possuíam prédios urbanos. João Gomes Henriques<sup>78</sup> e Angélica Roza de Jesus<sup>79</sup>. Esta possuía um monte-bruto de 810\$350 ou £ 173,88. Só a sua casa térrea no Largo do Rocio valia 600\$000 ou £ 128,75, 74% dos seus bens. Roza de Jesus declarava apenas duas escravas, uma cozinheira de 28 anos de idade valendo 100\$000 ou £ 21,45 e sua filha de 7 meses valendo 19\$200 ou £ 4,12. As duas escravas juntas somavam 14,2% de todos os bens da escravista. Assim, comprometer sua fortuna em mais de 70% com uma casa urbana impediu-a de possuir uma escravaria maior. Nossa reflexão ganha corpo se conhecermos os bens de outros escravistas com fortuna e posse escrava parecidas com a de Angélica. Vejamos dois exemplos:

Domazia Romana<sup>80</sup> possuía em 1820, 877\$860 ou £ 188,37 de bens totais. Era desprovida de teto e possuía 4 escravos. Um era aprendiz de ferreiro e no momento da abertura do inventário estava com 19 anos de idade, valendo 140\$800 ou £ 30,22. Outro escravo era aprendiz de carpinteiro, 18 anos, valia 147\$200 ou £ 31,58. Um outro era “do serviço de casa”, tinha 11 anos e valia 115\$200 ou £ 24,72. Por fim uma cozinheira de 15 anos que valia 140\$800 ou £ 30,22. Juntos, seus cativos somavam 544\$000 ou £ 116,73, e compunham 62% de tudo que Domázia possuía. No entanto, estes números podem subir, já que Domázia possuía 119\$600 ou £ 25,66 em ferramentas que podemos arriscar que eram as utilizadas pelo carpinteiro e/ou pelo ferreiro. Se acreditarmos que apenas estes dois escravos trabalhavam ao ganho e somarmos seus valores com os da ferramenta, chegaremos a 407\$600 ou £ 87,46, 45,9% dos bens totais declarados. Somando todos os escravos mais as ferramentas, o valor chega a 663\$600 ou £ 142,39, subindo para 74,7% dos bens de Romana.

<sup>78</sup> Inventário *post mortem*, João Gomes Henriques, 1820, ANRJ.

<sup>79</sup> Inventário *post mortem*, Angélica Roza de Jesus, 1820, ANRJ.

<sup>80</sup> Inventário *post mortem*, Domazia Romana, 1820, ANRJ.

Outro caso é o de Antonia Luiza de Mello<sup>81</sup>, que possuía 4 escravos em 1820, uma cozinheira de 30 anos (128\$000 ou £ 27,46), um aprendiz de funileiro com 9 anos de idade (121\$600 ou £ 26,09), uma quitandeira com 38 anos de idade (102\$400 ou £ 21,97) e um outro de apenas 4 anos de idade (32\$000 ou £ 6,86). Somando o valor que Antônia possuía em escravos chegamos a 384\$000 ou £ 82,4, 94,6% de seu monte-bruto (405\$960 ou £ 87,11). Antônia agia estrategicamente para sua sobrevivência na sociedade que vivia, bem abaixo da média de riqueza de seus iguais em posse cativa (a média era de 1:069\$897 ou £ 229,58), comprometia quase todos os seus bens em escravos. Pode ser que a quitandeira fosse a escrava que mais contribuía para a sobrevivência diária daquele fogo, que ainda tinham 3 herdeiros. Quiçá, esta seria uma leitura apressada, a própria cozinheira poderia além de preparar os quitutes para a quitandeira vender, ajudá-la em dias de maior movimento. Luiza de Mello investia quase tudo que tinha em escravos, mas ainda possuía uma pequena quantidade de ouro, alguns móveis e roupas.<sup>82</sup> Mas Antônia ainda pensava no futuro, seu pequeno escravo, mesmo antes de entrar em idade produtiva, ao que parece já tinha seu destino traçado. Com 9 anos de idade era listado como aprendiz de funileiro.

Se por um lado, os prédios urbanos eram um dos principais investimentos naquela sociedade, por outro, o acesso a tal bem não era factível a todos. A tabela 2 aponta para uma hierarquia econômica dentro do seletivo grupo dos inventariados, já as tabelas 8 e 9 nos ajudam a identificar como se processava esta hierarquia. Analisando as três tabelas, podem-se comparar dois tipos de bens: os escravos e os prédios urbanos.

Vimos na tabela 9 que a renda média de um senhor de 1 a 4 escravos na área urbana carioca em 1820 girava em torno de 1:000\$000 ou £ 214,58. Pois bem, se considerarmos os mesmos proprietários acima e os valores do prédio urbano e do escravo mais valioso citado, comparando-os com o monte-bruto médio daqueles senhores, conheceremos os limites de seus investimentos.

Enquanto um escravo jovem, como o aprendiz de carpinteiro de 18 anos poderia custar 147\$200 ou £ 31,58, um prédio urbano custaria 600\$000 ou £ 128,75. Respectivamente 14,7% e 60% da renda média dos senhores de 1 a 4 escravos em 1820. Isso sem contar que 600\$000 é um valor baixo para um prédio urbano em 1820. José da Silva Vieira<sup>83</sup>, por exemplo, possuía naquele ano 1 morada de casas de sobrado na rua de S. Jorge nº 10 que alcançaram o valor de 1:300\$000

<sup>81</sup> Inventário *post mortem*, Antonia Luiza de Mello, 1820, ANRJ.

<sup>82</sup> Idem. 1\$200 em ouro, 3\$240 em móveis e 17\$520 em roupas.

<sup>83</sup> Inventário *post mortem*, José da Silva Vieira, 1820, ANRJ.

ou £ 278,96, tal preço ultrapassa em 300\$000 o valor médio da fortuna dos pequenos senhores. Valor este que poderia significar dois aprendizes de carpinteiro de 18 anos. Mas 1:300\$000 ainda é pouco, o português Luiz José de Sá<sup>84</sup> possuía neste mesmo ano 1 casa de sobrado na rua do Sabão da cidade Nova, nº14, o valor, 4:000\$000 ou £ 858,33, ultrapassava 4 vezes a renda média dos senhores de pequenas escravarias.

A comparação entre os bens de Angélica, Domázia e Antônia, reforça o que queremos dizer. Existiam diferentes estratégias de sobrevivência para os agentes mais pobres, e havia um limite, como o dinheiro era escasso, era vedada a muitos a possibilidade de diversificação nos negócios. Ou investia-se pesado na escravidão, ou seja, aplicava-se mais de 50% ou 60% dos bens na compra de escravos abrindo mão, por exemplo, de um prédio urbano – como que ocorria com a maioria dos pequenos senhores – ou abria-se mão de ter escravos, como parece ter sido o caso de Angélica.

É exatamente a esta conclusão que chegamos se nos voltarmos para a tabela 8, ela nos informa que quanto menor o plantel de escravos, menor é a possibilidade do senhor possuir um prédio urbano. 81,8% daqueles que possuíam até 4 cativos em 1820 eram desprovidos de prédio urbano, número que cai para 50% entre aqueles que possuíam entre 5 e 9 escravos. Já para os senhores que possuíam 10 ou mais cativos em 1820, apenas 33,3% não possuíam prédios urbanos. Em 1840, entre os donos de até 4 cativos 68,7% não possuíam prédio urbano. Para os donos de 5 a 9 escravos, este número cai para 53,8% e para os donos de 10 ou mais escravos, este número despenca para 28,6%. Em 1860 os números são respectivamente de 65,7%, 59,1% e 40%.

No entanto há uma diferença notável entre os pequenos e os grandes escravistas desprovidos de prédio urbano. Reunindo os 11 donos de até 4 cativos em 1820, 2 possuíam prédios urbanos. Retirando-os da nossa amostra, temos 9 inventariados sem prédio urbano. Dentre estes 9, apenas 1 (11,1%) – Antonia Joaquina – possuía um bem de raiz, um “pedaço de terra” e uma “casa de telha”.<sup>85</sup> Os outros 8 inventariados (88,9%) não possuíam qualquer casa, sítio ou terra. Agora, se reunirmos os 15 donos de 10 ou mais cativos, o resultado é o inverso. Nosso número real é 5, pois apenas estes não declararam prédios urbanos em seus bens. Dentre eles, apenas 1 (20%) não tinha qualquer bem de raiz. Todos os outros 4 (80%) possuíam.

---

<sup>84</sup> Inventário *post-mortem*, Luiz José de Sá, 1820, ANRJ.

<sup>85</sup> Inventário *post-mortem*, Antonia Joaquina, 1820, ANRJ.

Assim, quanto maior a propriedade escrava maior era a possibilidade de o senhor diversificar seus bens rentáveis, o que pode também ser dito de outro modo, quanto maior o monte bruto do inventariado maior a possibilidade do senhor ter acesso a bens que potencialmente poderiam reverter-se em entesouramento. Para comprovar esta hipótese, recorreremos à tabela 10.

Continuaremos separando os senhores pela quantidade de escravos, no entanto lançaremos 5 categorias: 1) Aqueles que declararam quaisquer bens rurais; 2) Rentistas, donos de prédios urbanos; 3) Comerciantes e negociantes; 4) Aqueles que aparentemente viviam apenas de ganhos dos seus escravos; 5) Bens diversificados em 2 ou mais atividades.

Os critérios para caracterizar os grupos são os seguintes:

1) Estamos designando bens rurais para o que encontramos mesmo como chácaras, propriedades situadas na periferia da cidade. Sítios e fazendas situadas até mesmo dentro do núcleo urbano. Assim como quaisquer unidades produtivas que indique bens rurais: quartéis de café, mandioca, etc.

2) Possível rentista, aquele que possuía mais de uma casa, mas não outro investimento.

3) Comerciante e negociante, aqueles que declararam armazéns, oficinas, etc. Os comerciantes poderiam ser bem diferentes entre si, alguns poderiam viver apenas das rendas de seu armazém, não possuir casa e pagar aluguel tanto da moradia como do armazém, como é o caso de João Gomes Henriques (o mesmo citado acima), inventariado em 1820, dono de apenas 1 escravo e inquilino em 3 residências: a casa onde vivia, o armazém na rua de S. Pedro e o Armazém na rua das Violas. Morreria devendo a caixeiros 337\$600. Devia ainda o aluguel dos 2 armazéns e da casa onde morava, no valor de 46\$796.<sup>86</sup> Outros poderiam ser os próprios credores de João Gomes, os donos de sua moradia e lojas, os chamados negociantes de grosso trato, a “elite” dos “ramos-chave da economia colonial” sublinhada por Fragoso.<sup>87</sup> Sendo assim, de certa forma é problemático juntá-los, não só a própria composição das fortunas é diversa como os bens

---

<sup>86</sup> Inventário *post mortem*, João Gomes Henriques, 1820, ANRJ.

<sup>87</sup> Ver: FRAGOSO, 1992, op.cit. p.270. Os ramos-chave são aqueles que definem os traços estruturais da região: caráter agro-exportador, reposição externa da mão de obra, mercado de manufaturados importados (p.262), logo são aqueles negociantes que controlam o tráfico atlântico de escravos, as importações/exportações de manufaturados/mercadorias no império marítimo português, o crédito e o abastecimento/deslocamento do mercado interno, enfim, o negociante de longo curso.

totais podem guardar diferenças enormes.<sup>88</sup> Porém, para nossos propósitos, tal empreitada se torna válida, já que a distinção que buscamos é a existente entre senhores que viviam somente do ganho de escravos e aqueles que possuíam condições para investir em outras atividades.

4) No campo *escravos ao ganho* encontram-se aqueles que não possuíam qualquer bem rentável, além de seus cativos.

Ressaltamos que, mesmo aqueles que declararam escravos ao ganho ou artífices e possuíam bens de outra natureza que não só os arrolados em escravos foram deslocados para (5) Bens diversificados, ou seja, aqueles que possuíam investimento em duas ou mais atividades.

Antes de entrar nesta avaliação é importante dizer que o que buscamos aqui são resultados de cunho aproximativo, a própria fonte utilizada nos limita a esta consideração, já que um inventário reproduz uma fortuna individual de uma sociedade corporativa. Mais uma vez podemos voltar a Levi para esclarecer o que acabamos de afirmar:

“A história dos três irmãos Cavagliato, filhos de Martino, confirma, mais uma vez, o modelo geral. Dois deles foram arrendatários, e o terceiro cultivava os bens da família por conta própria. Mesmo sendo nítida a divisão dos núcleos conjugais, a cooperação interna foi uma constante e se deu através da troca de terras, de dinheiro e, provavelmente de prestações, de instrumentos de trabalho e de animais.”<sup>89</sup>

O modelo geral a que o micro-historiador se refere, é o da família extensa, “um conjunto de parentes e aliados” (...), “como um conjunto diferenciado e hierarquizado, muito embora bastante coeso”<sup>90</sup> Assim, separar os indivíduos por atividade econômica não quer dizer que estejamos cegos para relações econômico-sociais mais amplas.

O que buscamos é diferenciar as estratégias de investimentos entre grandes e pequenos senhores de escravos. E isso fica claro com os dados da tabela abaixo.

---

<sup>88</sup> Os bens totais de João Gomes somam 4:838\$264. No mesmo ano, o monte bruto de Gertrudes Pedro Leão, negociante – citada em Fragoso, op. cit. 1992, tabela 15.9, p.261 – da praça do Rio de Janeiro, inventariada no mesmo ano que Gomes, possuía 96:817\$348.

<sup>89</sup> LEVI, 2000.op.cit. p.112.

<sup>90</sup> Idem. p.110.

**Tabela 10\***  
**Composição dos bens em relação à posse escrava**  
**na cidade do Rio de Janeiro em 1820**

Escravaria	1 a 4		5 a 9		10 ou +	
	N. S.	%	N. S.	%	N. S.	%
<b>Bens Rurais</b>	1	9,1	2	33,3	6	40
<b>Rentista</b>	0	0	0	0	2	13,3
<b>Comércio</b>	1	9,1	1	16,7	0	0
<b>Escravos ao ganho</b>	9	81,8	2	33,3	2	13,3
<b>Bens Diversificados</b>	0	0	1	16,7	5	33,3
<b>Total</b>	11	100	6	100	15	100

N.S. = Número de Senhores

% = Percentagem de Senhores

Fonte: Inventários *post-mortem*.

\* Gráfico ilustrativo no anexo 1

A tabela 10 demonstra que os pequenos senhores, donos de até 4 escravos, em sua esmagadora maioria, 81,8%, viviam apenas dos ganhos de seus cativos. Apenas dois fogem a quase regra, os já conhecidos João Gomes Henriques e Antonia Joaquina, esta última, deslocada para “Bens Rurais” por ter declarado “um pedaço de terra, 3 bestas e 1 quartel de café”. Entre os donos de 5 a 9 escravos, apenas 33,3% possuíam apenas escravos como investimento e para os grandes senhores, somente 13,3% viviam somente das rendas de seus escravos.

Entre os pequenos senhores, apenas 9,1% possuíam bens rurais, já entre os donos de 5 a 9 escravos este número sobe para 33,3% e para aqueles que possuíam 10 ou mais cativos chega a 40%.

Entre os senhores de escravos, os grandes proprietários eram os que mais diversificavam seus bens, 33,3% deles. Logo depois vinham os médios, pois 16,7% dos proprietários de 5 a 9 cativos investiam em duas ou mais atividades. Já entre os pequenos escravistas, nenhum senhor possuía em 1820, bens aplicados em mais de uma atividade. Ou seja, a eles era vedada a diversificação, e se acoplarmos este dado com as informações da tabela 9, veremos que os pequenos senhores tinham como bem rentável, somente o trabalho de seus escravos.

Ainda de acordo com a tabela 10, três movimentos se relacionam harmonicamente. Primeiro, cresce o número de escravos, crescem os bens rurais. Segundo, quanto maior o número

de escravos, maior a diversificação dos bens rentáveis do inventariado. Terceiro, quanto menor a escravaria, maior a dependência do senhor em relação ao escravo, já que este seria seu único bem rentável. Esta observação corrobora o que apontamos ao comparar as tabelas 8 e 9 com o preço dos escravos e dos prédios urbanos em 1820. A diversificação nos negócios era uma estratégia para quem possuía condições de exercê-la, assim como utilizar os escravos como bens luxuosos era para uma minoria, não para todos.

Sobre o que acabamos de escrever, é possível chegar a algumas conclusões. Se relembarmos as tabelas 4, 5 e 6, veremos que na área urbana salpicavam as escravarias pequenas, nelas, a importância do escravo para o senhor seria individual. Para um grande proprietário de escravos, o mancipio devia ser percebido no conjunto dos bens, tendo claro sua importância, mas esta poderia ser sentida em conjunto, dado seu valor individual ínfimo em relação ao montante.<sup>91</sup> O que acabamos de escrever fica mais claro se lembrarmos o caso de Domázia e de Antônia, mas outros podem somar-se a estes. Em 1840, Mascima Amorin do Valle<sup>92</sup> possuía 865\$000 ou £ 111,72 de bens totais. Seu único bem rentável era sua escrava quitandeira, que com 28 anos de idade devia trabalhar duro para entregar o Jornal diário. A quitandeira valia 400\$000 ou £ 51,66, 46,2% de tudo que Mascima tinha. Os outros bens da inventariada eram 92\$600 ou £ 11,96 em prata e ouro, e 122\$400 ou £ 15,81 em móveis e roupas, além de mais dois escravos, um de 60 e outro de 4 anos, arrolados sem ocupação e que valem juntos 250\$000 ou £ 32,29. Assim, o investimento de Mascima Amorin em escravos chegava a 75,1% de seus bens.

Ainda citando outro exemplo, em 1860, Pedro Ferreira de Guerra<sup>93</sup> possuía 1:629\$900 ou £ 175,22 de monte-bruto, assim como Mascima, não tinha bem de raiz. Seu único bem rentável era seu escravo carpinteiro, que com 40 anos, valia 700\$000 ou £ 75,25, 42,9% de todos os bens de Pedro. Além de “trastes de casa” (200\$000 ou £ 21,5), “louças de porcelana com muito uso” (48\$000 ou £ 5,16), “móveis diversos” (184\$400 ou £ 19,82) e “objetos pessoais” (147\$500 ou £ 15,86), Pedro Ferreira possuía um outro escravo que não teve sua idade declarada, mas era do

---

<sup>91</sup> Estamos avaliando a questão de forma econômica, pensando o escravo como um investimento, e de que forma “ser mercadoria” poderia ser favorável para ele, escravo. Reconhecemos que o lado das relações pessoais e importância simbólica – um velho escravo que doutrinar os recém-chegados de África e ajudaria o senhor e o feitor a governar um plantel, por exemplo – não estão sendo considerados aqui, dada a própria natureza da fonte que manuseamos e o que sua análise nos permite realçar na pesquisa.

<sup>92</sup> Inventário *post mortem*, Mascima Amorin do Valle, 1840, ANRJ.

<sup>93</sup> Inventário *post mortem*, Pedro Ferreira de Guerra, 1840, ANRJ.

serviço doméstico e valia exatamente a metade do valor do carpinteiro, elevando os bens investidos em escravos para 1:050\$000 ou £ 112,87, 64,4% dos bens de Pedro Ferreira.

Tanto a quitandeira de Mascima, quanto o carpinteiro de Pedro, deviam conhecer sua importância vital para seus respectivos senhores. Afinal de contas, se Pedro ou Mascima justificaram sua proeminência naquela sociedade pelo simples fato de possuir bens que justificaram a abertura de seus inventários, o que os permitiu manter ou mesmo alcançar aqueles bens foram os jornais pagos por aqueles escravos.

Ao chamar atenção para este conhecimento específico do senhor e do escravo em relação à importância do cativo ao montante dos bens do proprietário não estamos aqui caracterizando esta relação entre senhor de poucos escravos e sua escravaria como a do *homem economicus* com seus bens. Eles realmente não deviam olhar para sua colher de prata no almoço e tentar calcular qual a relação dela com o preço de seu escravo. O nosso objetivo ao seguir esta linha de análise é o de conhecer como viviam estes agentes sociais, de que viviam e a partir daí seguir hipóteses sobre as relações advindas da realidade de cada senhor com cada escravo. Seguindo este raciocínio podemos concluir que alguns escravos urbanos teriam, para os senhores que apenas do trabalho deles viviam, uma importância individual, posto que eram sozinhos quase ou mais da metade dos bens que aqueles senhores acumularam ao longo da vida. Sem contar que seus escravos eram seu único bem com capacidade de prover renda.

Portanto, demonstramos até aqui que existiam diferentes senhores na vida urbana carioca. Não só sua propriedade era diversa, deveriam divergir também diante daquilo que esperavam de seus escravos, o que uma análise sobre a ocupação dos escravos dos diversos senhores poderá ressaltar.

## **2.2 – A diversificação é a regra**

Afirmamos acima que os senhores mais pobres investiam em escravos de acordo com a sua situação econômico-social, ou seja, só dispunham de um ínfimo capital, às vezes disponível para a compra de apenas um escravo. Como sua fortuna era pequena, era a eles vedada à diversificação nos negócios. Diversificação esta que foi tratada de forma bastante pragmática: vasculhamos os inventários atrás de quaisquer informações sobre bens rentáveis, anotamos e

separamos um a um, quando chegamos a um padrão de diversificação cada vez menor ou mesmo zero quanto mais se escasseava a escravaria.

Agora abriremos o leque. Pensemos uma Roleta... Neste jogo, a aposta pode ser feita no vermelho ou no preto, dentre estes os números são variados. Um bom jogador elege alguns números, um jogador abastado cerca sua aposta com vários, apostar em um número apenas é quase sinônimo de fracasso.

De forma ilustrativa, levemos o jogo da roleta para a área urbana do Rio de Janeiro no século XIX. Lá, o jogo era real, a sorte não pode ser colocada no tabuleiro, é a própria vida que está em jogo, a manutenção de *status*, o acesso a melhores condições de vida, não algumas fichas. O que chamamos de *bom jogador* pode ser traduzido em um agente social rico ou pobre que ao viver numa sociedade com mercado pessoal e restrito, com escassez de numerário, frágil divisão do trabalho e sujeito a bruscas oscilações dificilmente apostaria suas fichas em apenas um número.<sup>94</sup> Um agente abastado poderia apostar no preto, no vermelho e em números pares e ímpares. Para um agente pobre esta diversificação poderia ser bem menor, mas existiria.

Cabe agora nos voltarmos para os escravos de grandes, médios e pequenos senhores da cidade do Rio de Janeiro e perceber as diferenças de estratégia implementadas pelos senhores naquela sociedade escravista. Como agiria um grande senhor, como agiria um senhor de poucos cativos numa área urbana? Diferenças, semelhanças de estratégias?

O ano de 1820 será o escolhido para nossa empreitada, pois é nele que nossos dados são mais precisos em relação à propriedade escrava anotada nos inventários *post-mortem*. Relembremos que neste ano levantamos 32 inventários com informação sobre a quantidade de escravos possuídos pelos inventariados. Nos inventários, encontrados 483 escravos. 11 senhores possuíam até 4 escravos, 6 possuíam entre 5 e 9, enfim 15 eram donos de 10 ou mais cativos.

A parte destinada aos escravos da amostra de inventários que trabalhamos são lacunares em alguns aspectos, noutros são precisos. Alguns anotavam tudo: idade, gênero, preço, procedência, ocupação, jornal dividido em ganhos e dias trabalhados etc. Outros por satisfeito se davam com míseras anotações sobre o valor e a quantidade bruta dos escravos, menos pior que não eram todos, ainda nos restam inventários apetitosos no Arquivo Nacional. É com esta série que trabalhamos a seguir.

---

<sup>94</sup> Ver a análise do mercado em: FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992. Sobre tudo o capítulo III, item 13.

Nossa fonte é lacunar no que tange a procedência, idade e sexo, para o qual lançaremos mão de recentes trabalhos que enfocaram a cidade do Rio de Janeiro. As demais variáveis foram quantificadas como veremos a seguir.

Pretendemos reunir um leque de informações que nos ajude a definir de forma precisa quem eram os escravos dos diversos senhores da área urbana. Primeiramente, vejamos a representatividade de cada sexo em relação ao tamanho da unidade produtiva na cidade do Rio de Janeiro em 1820.

**Tabela 11**  
**Sexo dos escravos em relação ao tamanho da unidade produtiva**  
**na cidade do Rio de Janeiro em 1820**

<b>Escravistas</b>	<b>M</b>	<b>F</b>
<b>1 a 4</b>	6 (40%)	9 (60%)
<b>5 a 9</b>	4 (66,7%)	2 (33,3%)
<b>10 ou mais</b>	82 (70,7%)	34 (29,3%)
<b>Todos</b>	92 (67,2%)	45 (32,8%)

Fonte: Inventários *post-mortem*, 1820.

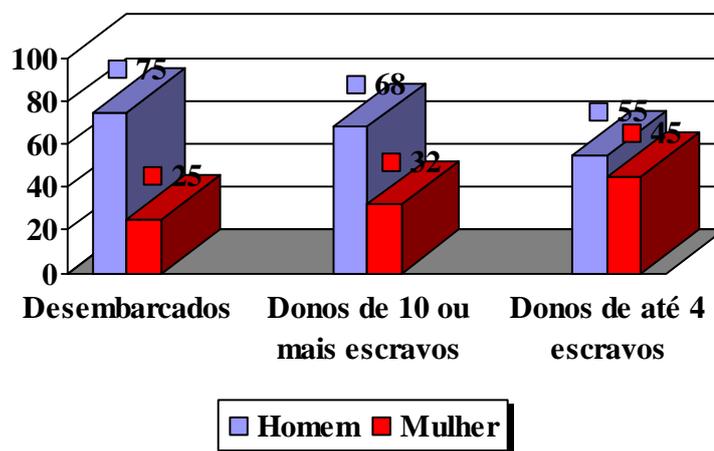
A maior parte dos escravos era do sexo masculino, sem dúvida acompanhavam os índices do tráfico atlântico de cativos, mas os donos de até 4 escravos reproduziam padrão inverso, a maior parte dos seus mancipios eram do sexo feminino.

Analisando a distribuição do sexo dos escravos pelas diferentes unidades produtivas da cidade do Rio de Janeiro, José Roberto Góes corroboram em parte o que acabamos de afirmar. Segundo este autor, apesar de os senhores de até 4 cativos possuírem a menor taxa de masculinidade da cidade em todas as épocas, esta taxa nunca foi negativa, ou seja, nos inventários de Góes os homens adultos não foram superados pelas mulheres. Os escravos do sexo masculino eram 52,3% dos cativos dos proprietários de até 4 mancipios entre 1790-1807, 54,3% entre 1810-1825 e 56,8% entre 1826-1835. Mas entre aqueles que possuíam 10 ou mais escravos, a taxa de masculinidade entre os adultos era bem maior: 67,4% no primeiro conjunto de anos, 70,8% no segundo e 65,6% no terceiro.<sup>95</sup>

<sup>95</sup> GÓES, 1998. op.cit. p.166.

O gráfico abaixo ilustra com mais clareza o percentual masculino de escravos nas unidades produtivas da cidade do Rio de Janeiro. Utilizando o handicap 100, compararemos de forma aproximativa, o número de desembarcados de cada sexo, o número de escravos na cidade por sexo em todos os plantéis, e a quantidade de homens e mulheres nas menores unidades produtivas (1-4 escravos).

**Gráfico 1**  
**Escravos desembarcados e diferença entre unidades produtivas,**  
**segundo o sexo dos escravos**  
**na cidade do Rio de Janeiro (1790-1835)**



Fontes e cronologia do gráfico: Desembarcados (1790-1830), FLORENTINO, Manolo. *A Paz das Senzalas. Famílias escravas e tráfico atlântico*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1997. p.131; Donos de 10 ou mais escravos e Donos de até 4 escravos. GÓES, José Roberto. *Escravos da paciência. Estudo sobre a obediência escrava no Rio de Janeiro (1790-1850)*. Tese de Doutorado, UFF, 1998. p.166.

O gráfico acima demonstra que os proprietários mais abastados tendiam a seguir, mais que qualquer outro grupo, a oferta do tráfico. A cada 100 escravos que desembarcavam na cidade do Rio de Janeiro, apenas 25 eram mulheres. No entanto, segundo os números apresentados por José Góes, a cada 100 escravos dos proprietários de até 4 mancipios 45 eram mulheres, para os senhores mais abastados apenas 32 o eram.

Nossa amostra de inventários em 1820, apresentando dados sobre o sexo dos escravos na cidade do Rio de Janeiro (tabela 11), confirma esta diferença entre o sexo dos escravos nas diversas unidades produtivas. A cada 100 cativos dos senhores de 10 ou mais escravos, 71 eram homens, já entre os senhores de 1 até 4 cativos, em cada 100, 60 eram mulheres.

Ora, este resultado devia seguir alguma razão. Nosso primeiro passo, será recorrer à análise da questão econômica. Como se comportava o preço dos escravos entre os diversos senhores?

Buscaremos, para resolver tal questão, discutir um elemento básico. Entendemos que duas situações eram fundamentais na definição do preço dos escravos: a saúde e a idade. Ser crioulo ou africano, mulher ou homem, também eram outras fortes variáveis que reunidas a personalidade do mancipio, sua habilidade em alguma profissão, sua capacidade de transferir essa habilidade na relação dias trabalhados / jornal pago, ajudavam a definir o preço de mercado do escravo.<sup>96</sup>

A tabela abaixo reúne informações sobre o preço dos escravos nos diversos plantéis em 1820:

**Tabela 12**  
**Preço dos escravos na cidade do Rio de Janeiro em 1820**

<b>Escravistas</b>	Escravos de 15 a 39 anos	Todos os Escravos	Homens	Mulheres
<b>1 a 4</b>	134\$075	108\$954	112\$966	106\$400
<b>10 ou mais</b>	172\$291	126\$805	126\$805	112\$514
<b>Todos</b>	158\$217	114\$490	128\$530	109\$107

FONTE: Inventários *post-mortem*, 1820.

Como pode ser visto acima, as mulheres alcançavam os menores preços da cidade.<sup>97</sup> Como vimos anteriormente, os proprietários menos abastados da Corte foram aqueles que reuniam em seus plantéis a maioria das mulheres. Além disso, seus escravos, homens ou mulheres, eram, na média, sempre os mais desvalorizados da cidade. Assim, esses dados apontam para o fato de que os poucos recursos disponíveis a estes senhores acabava por definir boa parte

<sup>96</sup> Digo preço de mercado, pois é arriscado, ao se tratando de uma sociedade corporativa, afirmar que seria o preço final. Sigo aqui, as idéias levantadas por Giovanni Levi sobre o preço em sociedades com tais características. Ver: LEVI, 2000. op.cit. p.133.

<sup>97</sup> As crioulas valiam menos que os crioulos e as africanas menos que os africanos. Entre 1790 e 1835, Góes chegou aos seguintes números: Africano: 88\$370, Africana: 75\$399; Crioulo: 103\$171, Crioula: 94\$896, para escravos com idade superior a 10 anos. Cf. GÓES, 1998. op.cit.p.243.

de suas escolhas.<sup>98</sup> Muitas vezes, eles não tinham a maioria das mulheres porque assim desejavam, ao mesmo tempo, seus escravos não alcançavam preços inferiores aos de outros senhores por que eles queriam. Possuir mais mulheres e escravos mais baratos era o preço que eles pagavam para manterem-se proprietários.

Estamos chamando atenção para os fatores externos que influenciavam na propriedade escrava dos senhores urbanos. Para além da escolha do sexo, a escolha da idade e da ocupação dos escravos também preocupava os senhores. Sendo um bem que forneceria ao mesmo tempo *status* e, sobretudo, ganhos e sustento financeiro, para dar cabo as escolhas, os senhores traçavam algumas estratégias.

Comprar escravos nessa sociedade era uma tarefa absolutamente medida e calculada.

No momento da escolha do escravo a ser adquirido, o senhor teria que colocar na balança diversas variáveis: quanto dinheiro teria que investir, a diferença entre o dinheiro investido e os possíveis ganhos, sejam eles monetários ou na sua posição social, o sexo do escravo de acordo com o trabalho que ele exerceria, a idade, a saúde, o grau de conhecimentos gerais que o escravo possuía e a sua personalidade. Neste momento, o senhor investidor que procurasse um escravo para trabalhar ao ganho deveria estar atento a muitas questões: O cativo oferecido ou procurado sabia lidar com dinheiro? Teria facilidade para isso? Falava bem português? Teria habilidade para trabalhar com vendas? Quanto tempo ele levaria para se encaixar nestes padrões? Certo é, que os senhores mais dependentes do ganho dos escravos, optariam por formar unidades produtivas balanceadas entre um preço que não arrasasse suas contas e um maior grau de escravos que pudessem lhes atribuir ganhos, como veremos com mais clareza abaixo. A falta de capital os levaria a optar por escravos desqualificados em profissões especializadas? Apostariam os senhores menos abastados na aprendizagem diária e numa boa relação com seu mancipio para fazê-lo trabalhar com fidelidade e captar dividendos para seu senhor? Primeiramente é necessário ter em conta que havia uma diferença entre os escravos dos senhores mais abastados e dos proprietários que possuíam menor cabedal, como pode ser visto na tabela 13.

---

<sup>98</sup> Digo “boa parte”, pois não analisamos aqui outras questões que também interferiam na preferência por escravos deste ou daquele sexo. Como a questão cultural, por exemplo. A este respeito ver: FARIA, 2004. op.cit. Ver especialmente o capítulo VI. “Sinhás pretas”: as damas mercadoras. pp.180-240.

**Tabela 13**  
**Grandes faixas etárias e idade média dos escravos em relação ao tamanho da unidade produtiva na cidade do Rio de Janeiro em 1820**

<b>Escravistas</b>	Até 14 anos	15 a 40 anos	Mais de 40	Idade Méd.
<b>1 a 4</b>	6 (28,6%)	12 (57,1%)	3 (14,3%)	23,8
<b>5 a 9</b>	2 (10,5%)	10 (52,6%)	7 (36,8%)	35,5
<b>10 ou mais</b>	46 (28,9%)	84 (52,8%)	29 (18,2%)	26,1
<b>Todos</b>	54 (27,1%)	106 (53,3%)	39 (19,6%)	28,4

FONTE: Inventários *post-mortem*, 1820.

Os senhores de até 4 cativos eram donos da maioria dos escravos jovens e da minoria dos idosos, tendo a escravaria mais jovem da cidade.<sup>99</sup> O trabalho de Góes, mais uma vez confirma nossos números. Entre 1790 e 1807, em plantéis de até 4 escravos, 65,7% dos escravos eram adultos e apenas 13,4% eram idosos. Entre 1810-1825, estes números eram respectivamente de 69,4% e exatos 12%. Em plantéis com 10 ou mais escravos, as taxas de adultos e a de idosos, agia em sentido contrário. No primeiro ano da amostra os adultos eram apenas 58,1% entre os cativos de grandes senhores e os idosos 19,4%.<sup>100</sup>

Tal padrão nos leva a incluir neste resultado a tabela 10 do capítulo II. Como mais de 80% dos senhores de até 4 cativos viviam apenas dos ganhos auferidos por seus escravos, era necessário possuir uma escravaria jovem. Ao mesmo tempo era imprescindível ocupá-la em serviços de onde se produziriam ganhos, como confirmam nossos dados sobre ocupação.

<sup>99</sup> GÓES, 1998. op.cit.p.168.

<sup>100</sup> Idem, ibidem.

**Tabela 14**  
**Ocupação dos escravos em relação ao tamanho da unidade produtiva**  
**na cidade do Rio de Janeiro em 1820**

<b>Escravistas</b>	<b>Uma Ocupação</b>	<b>Mais de uma</b>	<b>Especial.*</b>	<b>Não Espec.</b>	<b>Sem Ocup.**</b>
<b>1 a 4</b>	20 (95,2%)	1 (4,8%)	17 (81%)	4 (19%)	10 (32,3%)
<b>5 a 9</b>	16 (94,1%)	1 (5,9%)	13 (76,5%)	4 (23,5%)	24 (58,5%)
<b>10 ou mais</b>	98 (89,1%)	12 (10,9%)	82 (74,5%)	28 (25,5%)	301 (73,2%)
<b>Todos</b>	134 (90,5%)	14 (9,5%)	112 (75,7%)	33 (22,3%)	

FONTE: Inventários *post-mortem*.

\* Especializados. Todos os escravos não identificados como domésticos. Aqui estão somados os escravos com mais de uma ocupação.

\*\* Sem ocupação informada nos inventários.

Para mais de 25% dos escravos de nossos inventariados do ano de 1820, conhecemos informações precisas sobre suas ocupações. Sobre os senhores de até 4 escravos estas alcançam mais de 2/3 de seus cativos.

Dentre os escravos com ocupação declarada nos inventários, mais de 90% possuíam ocupação, o que nos permite dizer que os senhores da área urbana possuíam escravos com ocupação definida, variavelmente estes eram especializados, ou seja, mais de 75% dos mancípios urbanos de nossa amostra não foram definidos nos inventários nem como “domésticos” nem como “de casa”.<sup>101</sup>

Com inventários urbanos do Rio de Janeiro que compreende o período de 1801 a 1844, Roberto Guedes Ferreira encontrou números similares, apenas 17,4% dos cativos de sua amostra eram trabalhadores domésticos, enquanto mais de 80% eram especializados em alguma profissão.<sup>102</sup>

Proporcionalmente, os senhores de até 4 cativos eram os que possuíam o menor número de escravos não especializados, some-se a isso serem eles os donos da maior parte dos escravos

<sup>101</sup> Em certo sentido, existia uma linha tênue entre o trabalho doméstico e o trabalho ao ganho. A Atribuição de um avaliador à época da abertura do inventário fotografa a ocupação exercida por um escravo no dado período, em épocas de crise e segundo a ordem do senhor, o cativo poderia ser deslocado de serviços domésticos para o ganho na rua. Ou ainda exercer as duas atividades ao mesmo tempo. Ver a discussão sobre ocupações de escravos em: FERREIRA, 2000. op.cit. Para escravos domésticos, sobretudo. pp.125-130. Assim, utilizamos aqui a definição de escravo doméstico encontrada em Roberto Guedes Ferreira, quando afirma que: “entende-se aqui como *escravo doméstico* ou do *serviço de casa* aquele que não fornecia jornais ou quaisquer rendimentos ao seu senhor ou, ainda, o que era descrito exclusivamente como tal pelo avaliador.” (p.128.)

<sup>102</sup> FERREIRA, 2000. op. cit. p.128. Guedes encontrou um total de 1382 escravos com profissões anotadas nos inventários que pesquisou.

com uma ocupação, mais de 95% dos seus mancipios ocupavam-se em algum tipo de trabalho, 81% eram especializados em alguma ocupação.

Assim, o índice de escravos especializados é alto em todos os níveis de posse, e segue uma tendência de alta em escala decrescente da propriedade escrava, já o índice de escravos não especializados segue em sentido inverso, aumenta quando se trata de um senhor de 10 ou mais cativos, sem dúvida porque estes acumulavam mais condições de reproduzir seus excedentes em escravos domésticos, ou seja, seus cabedais lhes proporcionavam congelar suas fortunas em bens que seriam codificados em *status* social. Logo, quanto menos cativos um senhor possuía menor, ou igual a zero era a quantidade de escravos “de casa”. Para os senhores mais pobres desperdiçar sua única fonte de renda apenas em afazeres domésticos não devia ser o ideal. Thereza Maria de Jesus<sup>103</sup> tinha três escravos em 1820, todos eles eram “Mascates de Fazenda”, trabalhavam ao ganho, mas nada impedia que ao chegarem em casa com o jornal diário fossem ordenados a serviços caseiros, alguém duvida?

Os senhores de 10 ou mais escravos também eram os donos da maior parte dos escravos com mais de uma ocupação, os mais caros da cidade. Francisco José Montius<sup>104</sup> possuía 13 escravos em 1820. Listado com duas ocupações e com 23 anos de idade, seu escravo Marinheiro/Cozinheiro valia 240\$000, valor bem acima da média do valor dos escravos em 1820, como vimos na tabela 12.

O valor médio de um escravo saudável dos senhores de até 4 cativos não chega a 140\$000 de acordo com nossa amostra de inventários *post-mortem* de 1820. Neste mesmo ano, um senhor de mais de 10 escravos, possuía em média, escravos valendo cerca de 35\$000 a mais que os cativos dos pequenos senhores. Assim, esta escala crescente dos valores dos escravos saudáveis em relação ao tamanho da unidade produtiva tem algo a nos dizer. Quanto maior a escravaria, maior o valor médio dos escravos. Se aliarmos esta constatação com a que chegamos com os dados da tabela 9 transcrita no capítulo II – onde definimos a fortuna média de acordo com a propriedade escrava em 1820 – perceberemos que, havia, no momento da compra de escravos, quase definida, uma certa hierarquização da futura ocupação dos cativos na cidade. A tabela abaixo demonstra com exatidão o que acabamos de afirmar.

---

<sup>103</sup> Inventário *post mortem*, Thereza Maria de Jesus, 1820, ANRJ.

<sup>104</sup> Inventário *post mortem*, Francisco José Montius, 1820, ANRJ.

**Tabela 15**  
**Distribuição dos escravos por atividade ocupacional**  
**na cidade do Rio de Janeiro em 1820**

<b>Tipos de Ocupação</b>	<b>1 a 4 escravos</b>	<b>Mais de 10</b>
<b>Artesanal</b>	3 (14,3%)	32 (28,6%)
<b>No transp. e no com.</b>	14 (66,7%)	32 (28,6%)
<b>Agrária</b>	0	18 (16,4%)
<b>Doméstica</b>	4 (19,0%)	28 (25,5%)
<b>Com ocup. Declarada</b>	21 (67,7%)	110 (26,8%)
<b>Total de escravos</b>	31	411

FONTE: Inventários *post-mortem*, 1820.

A tabela 15 confirma o que dissemos acima, e nos mostra mais, nela podemos perceber estratégias mais concretas. Ao hierarquizar os senhores pelo tamanho da posse – distribuindo seus escravos pelos tipos de ocupação – podemos ver mais de perto de onde os senhores retiravam os ganhos de seus cativos.

De certa forma, ratificamos aqui o que fora encontrado por Carlos Lima. Com inventários de 1789 até 1835, Lima lançou-se a descobrir a “atividade ocupacional da pobreza”, como chama os proprietários de apenas 1 cativo. Destrinchando os inventários daqueles senhores e separando as datas em relação ao tráfico atlântico de escravos, Lima encontrou escravos em diversas ocupações: domésticos, artesãos, transporte e comércio e agricultura, o que o levou a afirmar que: “Não se deve, portanto, considerar a pobreza específica em termos ocupacionais”.<sup>105</sup>

Diferente da nossa abordagem, que busca perceber quais os padrões de investimento de senhores de pequenas e grandes escravarias, a de Lima visou demonstrar o acesso dos agentes mais pobres a fatores produtivos.<sup>106</sup> Apesar de caminhos diferentes, o trabalho de Lima nos chama atenção para outro fator importante, a diversificação. Destarte, se afirmamos acima que os pequenos senhores não tinham condições de diversificar seus negócios, ao conhecer as atividades ocupacionais de seus cativos devemos alterar o foco. Os pequenos senhores não diversificavam

<sup>105</sup> LIMA, 1997. p.70

<sup>106</sup> Idem, *ibidem*. Como fica claro nesta passagem: “Um caso tão somente nos levou a escrever que [os senhores de apenas 1 cativo] investiram na agricultura”.

seus bens em atividades distintas, mas o faziam com aquilo que possuíam em mãos, colocando os escravos em atividades diversas.

Mais de 2/3 dos escravos dos senhores de até 4 cativos trabalhavam no transporte e no comércio, mas 14,3% estavam ocupados no artesanato. Já entre os escravos dos senhores de mais de 10 cativos a distribuição foi mais uniforme. Pouco menos de 30% eram artesãos, número que se repete entre os ocupados no transporte e no comércio, e quase 17% foram declarados trabalhadores do agro. Os senhores com maior cabedal aparecem em maior ritmo de diversificação, mas os mais pobres senhores não se furtaram a diversificar.

Em suma, os senhores de até 4 escravos, com poucos cabedais disponíveis, comprariam muitas mulheres africanas, pois custavam menos, colocariam seus escravos para trabalhar em ocupações onde não se despendesse muito dinheiro e tempo para o aprendizado. Dificilmente estes senhores comprariam escravos para os servirem apenas em trabalhos domésticos. Diversificaria em meio a poucas possibilidades, com efeito, Domazia Romana<sup>107</sup> é exemplo disto. Em 1820, 2 de seus escravos eram artesãos, um principiante em funilaria, o outro carpinteiro. Este é um exemplo de uma senhora de poucos escravos que buscava investir em atividades distintas. Domazia, apostava em atividades tão diversas como a carpintaria e a funilaria.

Isto nos leva a considerar uma outra questão: grandes senhores de escravos no Rio de Janeiro dominavam o mercado dos escravos *top*<sup>108</sup> da cidade, escravos que praticamente apenas eles tinham acesso. Vejamos: 172\$291 era o valor médio dos escravos saudáveis dos senhores de 10 ou mais cativos na cidade do Rio de Janeiro em 1820.<sup>109</sup> Apenas um dono de menos de 5 escravos possuía um cativo com valor superior a este, Anna Maria da Lapa.<sup>110</sup> Esta senhora era dona de dois escravos no vigésimo ano do oitocentos, sua Cozinheira de 25 anos valia 192\$000,

<sup>107</sup> Inventário *post mortem*, Domazia Romana, 1820, ANRJ.

<sup>108</sup> Vários trabalhos já comentaram sobre o valor dos escravos, citando um exemplo, Manolo Florentino expõe a seguinte ordem crescente em valorização de cativos: mulheres velhas, meninas, meninos, homens velhos, mulheres adultas e homens adultos. Ver: FLORENTINO, Manolo. *Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa*. in. Topoi. Revista de História. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ / 7 Letras, set.2002, n.5, 404p.pp.9-39. p.17. José Roberto Góes, pesquisando em inventários *post-mortem* do Rio de Janeiro rural e urbano pode comparar os dois ambientes: “O Preço alcançado pelo escravo urbano era maior que o rural. Evidentemente, isso se devia a ocorrência maior de ocupações especializadas na cidade que no agro. Também não é novidade que africanos fossem mais caros que africanas e que o mesmo ocorresse na população crioula, no que diz respeito ao maior valor mercantil do trabalhador de sexo masculino. Chama atenção, todavia, a crioula valer mais que o africano da cidade e, no campo, quase o mesmo. E muito mais que as africanas, claro. Os africanos em geral, na verdade, valiam muito pouco, eram equivalentes ao que os seus corpos suportavam e ao que as suas mãos haviam sido treinadas a fazer. Ver: GÓES, 1998. op.cit. p.206.

<sup>109</sup> Ver tabela 12.

<sup>110</sup> Inventário *post mortem*, Anna Maria da Lapa, 1820, ANRJ.

não deve passar em branco que a outra escrava de Maria da Lapa era a própria filha da Cozinheira com apenas 1 ano de idade.

Dominar este mercado diferenciava-lhes duas vezes, uma por possuírem maior quantidade de escravos, outra por possuírem escravos mais valiosos. Numa possível venda de um escravo caro, necessariamente o mercado pessoal poderia trazer para sua rede um outro senhor abastado, jamais, ou quase nunca um pobre senhor.

Pode-se argumentar que não era necessário ir ao mercado para possuir um escravo valioso. Senhores menos abastados poderiam adquirir crianças ou mulheres, treiná-los e ter escravos valiosos no futuro. É incerto afirmar se Antonia Luiza de Mello<sup>111</sup> pensava nisto quando punha seu pequeno escravo de apenas 9 anos de idade para aprender o ofício de funileiro, mas valendo 121\$600 em 1820, salvo percalços acidentais, o futuro oficial de funilaria deve ter alcançado um valor superior a 170\$000 pelo menos a uma dúzia de anos depois. Se alguns destes senhores tiveram esta estratégia, é possível afirmar que ao levar um destes escravos ao mercado, pode ser que tenha feito contato com um senhor abastado. Não era apenas um mercado de compra e venda, alianças, proteção, crédito, reciprocidade, muito poderia advir dali.<sup>112</sup>

\* \* \*

A análise de um conjunto de inventários *post-mortem* nos permitiu uma aproximação dos investimentos feitos pelos senhores de escravos da sociedade urbana. Hierarquizando-os descobrimos que eles eram muito diferentes entre si. Argumentamos que estas diferenças, na prática, modificaria a relação senhor-escravo, pois estes senhores dependiam – e tanto eles quanto os escravos devia saber disso – somente do trabalho de seus escravos. Voltaremos a este assunto no capítulo IV.

Os proprietários mais ricos possuíam bens diversificados, eram rentistas, donos de prédios e sobradinhos urbanos, de armazéns comerciais e de bens rurais para além da posse de escravos. Diversificavam seus bens de forma mais intensa, buscavam acumular mais ganhos e além de outros investimentos que possuíam, distribuíam seus escravos em todas as atividades possíveis. Possuíam também, excessivo número de escravos domésticos, já que também procuravam

---

<sup>111</sup> Inventário *post mortem*, Antonia Luiza de Mello, 1820, ANRJ.

<sup>112</sup> Ver a análise do mercado no capítulo 1.

transmutar seus lucros em símbolos de diferenciação em relação àqueles que não tivessem cabedais para tanto.

Quando observamos os senhores de até 4 escravos o quadro se inverte, a minoração dos dividendos em relação aos mais ricos direcionava seus investimentos apenas para os escravos. Dificilmente tinham prédios urbanos e não eram rentistas, nem tampouco possuíam armazéns comerciais ou quaisquer posses que designasse bens rurais. Não obstante, os pequenos senhores não se furtaram a diversificação, agiam com lógica própria e procuravam sobreviver e acumular com o que possuíam em mãos. Como na maioria das vezes que investiram só tiveram acesso a escravos, procuravam distribuir seus cativos em atividades distintas, posto que conheciam as especificidades de uma economia instável como a da sociedade em que viviam.<sup>113</sup> Mesmo não tendo livre acesso aos escravos artesãos – talvez aqueles que pagassem os jornais mais altos da cidade – utilizaram a maioria dos seus escravos, em sua maior parte africanas e africanos desqualificados, trabalhando no transporte e no comércio como carregadores, quitandeiros(as) e ao ganho, ou seja, atividades distintas e lucrativas que talvez eles mesmos conhecessem de perto trabalhando ao lado de seus escravos.

Tudo isto reproduzia uma diversidade na vida daqueles diferentes escravistas. O tratamento que dispensava aos seus escravos também deveria divergir. Numa sociedade escravista com níveis de riqueza altamente diferenciados, não existia um modelo único de senhor, e assim a relação pessoal, o processo de negociação e as cartas na manga para barganhar deveriam ser distribuídas de forma diversa entre os escravos, assim como os recursos não eram iguais entre os diversos senhores.

Os mancípios então, deveriam adaptar-se segundo as posses de cada senhor, segundo aquilo que esperava o senhor do escravo e aquilo que esperava o escravo do senhor. Destarte, os escravos poderiam conhecer sua maior ou menor importância para seus senhores e o resultado disto é que níveis de barganha diversos informariam as relações dos diferentes escravos com os diferentes senhores, como veremos a seguir.

---

<sup>113</sup> Ver a análise da sociedade no capítulo 1.

## *Capítulo III*

### **Contornos de uma cidade escrava**

Agora que já conhecemos os senhores e a ocupação de seus mancipios na cidade do Rio de Janeiro<sup>114</sup>, vejamos qual foi a interferência do ambiente urbano na vida dos escravos.

Será visto que a composição demográfica com alta taxa de crescimento de agentes livres e escravos foi uma constante na primeira metade do século XIX (3.1); O aumento populacional foi acompanhado por um incremento no comércio local, que por sua vez abriu espaços a escravos e ex-escravos que ocuparam a maior parte dos serviços demandados. Discutiremos como as idéias que a sociedade nutria sobre o valor do trabalho, possibilitaram a entrada dos escravos em atividades rentáveis que lhes proporcionaram certos benefícios (3.2); Mas todos estes processos seriam realizados dentro de certos limites. Os senhores não tiveram condições de dominar todas as etapas e seus escravos conseguiram por meio de concessões e conquistas, uma certa autonomia. Mas os espaços concedidos pelo senhor seriam cobrados e, os escravos teriam que pagá-los com fidelidade e obediência. Por conta disso, a escravidão urbana foi o sistema possível, tendo que se ponderar sobre os benefícios para senhores e escravos (3.3).

#### **3.1 – O Crescimento da vida urbana no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX**

As duas primeiras décadas do século XIX trouxeram a ratificação de um “poderoso” Brasil no seio do império português. Se, por um lado, desde meados do século XVII, já se desenhava um quadro de crescente importância do Brasil para o Império português<sup>115</sup>, é no século XVIII que ele se consolida enquanto área privilegiada no império lusitano. Olhando para a América portuguesa no início dos setecentos, percebemos um forte movimento populacional em direção ao centro-sul com a descoberta do ouro em Minas Gerais na década de 1690. A metrópole

<sup>114</sup> Sempre deixando a ressalva que os resultados aqui publicados dizem respeito à um conjunto documental específico e reduzido de proprietários de escravos urbanos que viveram no Rio de Janeiro durante a primeira metade do século XIX. Portanto, pedindo desculpas pela redundância nossas conclusões não são conclusivas e devem ser encaradas como uma aproximação do vivido.

<sup>115</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000. p.247. “(...) O Brasil surge na Restauração como principal esteio do reino (...)”.

também virava seus olhos para aquela região, e uma cidade em especial ganharia extraordinária importância.

Em 1763, a cidade de São Sebastião passa a ser a capital do vice-reinado, quarenta e cinco anos depois, com o traslado da Corte, é a sede do império português.<sup>116</sup> É importante ressaltar que a inédita presença de uma Corte europeia nos trópicos, já fora pensada antes, por questões econômico-comerciais, como por exemplo, a idéia de transferência da Corte por Dom Luís da Cunha no trigésimo ano dos setecentos, e a de Dom Rodrigo de Souza Coutinho quase setenta anos depois, sem contar as palavras de um conhecido Jesuíta que via no Brasil potencialidades para se tornar o quinto império mundial. Todos esses processos, junto com a inserção estratégica do porto do Rio de Janeiro no comércio ultramarino, fariam da cidade a principal praça mercantil do atlântico sul já no limiar do século XIX.<sup>117</sup>

O crescimento da importância do Rio de Janeiro para a metrópole, assim como o seu desenvolvimento como centro da colônia, motivaram a dinamização da vida urbana, que por sua vez agiu na expansão do comércio autóctone, criando demandas e colocando em evidência a figura do escravo.<sup>118</sup> Uma vez na cidade, voltado para atender a demanda local, mancípios serviriam como “(...) sustentáculo da economia interna da colônia”.<sup>119</sup>

---

<sup>116</sup> BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o Império: O Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. pp.84-85. “A transferência da capital do Estado do Brasil para o Rio de Janeiro veio assim corroborar o caráter que esta cidade vinha assumindo desde o início do século XVIII como *locus* articulador de toda a região centro-sul da colônia. Isto se devia, por um lado, aos incessantes conflitos no seu extremo meridional em torno da delimitação das fronteiras entre os territórios dos países ibéricos, e, por outro, à importância da região mineradora que, embora decadentes a prospecção aurífera e os rendimentos régios, continuava a ser a *menina dos olhos* da política metropolitana.”

<sup>117</sup> RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no primeiro reinado*. Rio de Janeiro, Relume Dumará: FAPERJ, 2002. p.168. “Estudos recentes mostraram que entre finais do século XVIII e inícios do XIX, o Rio de Janeiro tornara-se de fato a capital do império português e o principal porto mercantil do hemisfério sul. (...)” entre outros a autora refere-se à: FRAGOSO, João Luís Ribeiro. A noção da economia colonial tardia no Rio de Janeiro e as conexões econômicas do império português. In: *O Antigo regime nos trópicos: A dinâmica Imperial portuguesa (sec. XVI-XVIII)* / João Fragoso, Maria Fernanda Baptista Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa, organizadores - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 321. “o Rio de Janeiro da virada do século XVIII para o XIX se apresenta como a principal praça mercantil do hemisfério sul ou, para ser mais preciso, do império ultramarino português. (...)”.

<sup>118</sup> Para as diversas atividades exercidas pelo cativo na cidade ver: KARASCH, op.cit. 2000. Capítulo 7 – Carregadores e propriedades: as funções dos escravos no Rio de Janeiro. pp. 259-291, ver também: SOARES, mar.88/ago.88. pp.107-142.

<sup>119</sup> ALGRANTI, Leila Mezan. *O Feitor ausente. Estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro 1808-1822*. Petrópolis, Vozes, 1988. p.95.

Ao exercer a sua função na escravidão urbana, o cativo não apenas agrupou-se, naquele que se esperava, fosse o seu lugar na sociedade (“o mundo do trabalho”<sup>120</sup>), mas pôde dispor de uma autonomia onde se multiplicaram os exemplos de que no “viver escravo” existia espaço para “outros mundos” que não apenas o do trabalho.<sup>121</sup>

Os senhores destes escravos chamaram a atenção de viajantes e estudiosos. Para Debret, a escravidão urbana proporcionava o aparecimento de uma nova classe: “(...) encontramos na classe média e mais numerosa o pequeno capitalista proprietário de um ou dois escravos negros, cuja renda diária, recolhida semanalmente, basta à sua existência. (...)”<sup>122</sup>. Em suas idéias, as características de uma vida urbana propícia ao investimento em cativos, trouxeram consigo vantagens para os agentes envolvidos no sistema, fazendo com que aumentasse o número de escravos ao ganho no Rio de Janeiro. Mary Karasch Também embarcou nesta visão:

“Do seu ponto de vista, os senhores de escravos haviam desenvolvido um sistema ideal no Rio, no qual (...) seus cativos lhes proporcionavam benefícios incalculáveis.(...)”<sup>123</sup>

A observação de Karasch ressalta que a existência de escravos ao ganho estaria relacionada à alta rentabilidade fornecida aos senhores, os “benefícios incalculáveis”. Voltaremos a este assunto adiante. Do outro lado temos que os escravos exerceram na cidade um sem número de ocupações especializadas ou não: carregadores, aguadeiros, vendedores de comestíveis, ervas, roupas ou miudezas; barbeiros, sapateiros, quitandeiras, marinheiros e muitos outros. Logo, podemos mesmo afirmar que o outro pólo viabilizador do sistema de ganho estaria na aceitação do escravo. Por medo do chicote se não vivesse ao ganho? Por medo de maus tratos se não

---

<sup>120</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema. A Formação do Estado Imperial*. São Paulo, Hucitec, 1990. pp.117-118. Na ocasião Mattos desenvolve as aspirações da elite imperial para meados do século XIX.

<sup>121</sup> Como ressalta Sheila Faria, atribuindo esta noção aos trabalhos da década de 1980. “O que era ser escravo? Difícil responder, após esta nova historiografia, entretanto, sabe-se que não era trabalhar, comer e dormir acorrentado a grilhões silenciosos. Em termos figurativos, é a ponta de um véu que, já levantada, deixa entrever uma comunidade não fechada em si mesma, que em seu dia-a-a-dia trabalhava, comia, amava, odiava, convivia intimamente com os livres, comercializava, andava por caminhos e ruas, conversava, tramava, etc. Vivia, em suma. Mas vivia escrava! E este dado é fundamental.”FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998. p.292.

<sup>122</sup> DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1989. 3 volumes, tomo 2º. p.66.

<sup>123</sup> KARASCH, 2000. op. cit. p.260.

aprendesse uma profissão? Não, para ele o sistema também poderia se mostrar rentável. Como escravo de ganho passava, ele próprio, a ter benefícios calculáveis.<sup>124</sup>

Como afirma Mary Karasch:

“(...) a venda de qualquer coisa de porta em porta era uma atividade constante dos escravos de todas as idades e ambos os sexos (...) a ponto de os estrangeiros se queixarem do grande número de vendedores de rua (...)”<sup>125</sup>.

Assim, se o número de jornaleiros ambulantes, quitandas, tabuleiros e barracas, eram grandes, também o eram o número de lojas, armazéns, armarinhos etc. Quem andasse um dia pelas principais ruas do Rio de Janeiro toparia com várias pessoas envolvidas em atividades comerciais, e isso vale tanto para a primeira década do século XIX, quanto para a década final do século XVIII, quadro que se acentua depois da chegada da família Real.

A presença do comando administrativo do império em terras cariocas, teria provido a cidade de inúmeras mudanças. Nunca se construiu, criou, fundou, nomeou tanto em tão pequeno espaço de tempo. Neste período houve a criação da fábrica de pólvora (1808), nomeação de Paulo Fernandes Viana a exercer a função de Intendente Geral de Polícia da Corte, criação da Imprensa Régia, fundação do Banco do Brasil, do Teatro Real de São João (Inaugurado em 1813), da Igreja da Candelária (inaugurada em 1811), a elevação do Brasil a Reino Unido (1815), entre outras.

O quadrado que compreende as antigas ruas, Direita, da Vala, do Cano – atuais: Primeiro de março, Uruguaiana e Sete de setembro – e a Rua da Alfândega marca o dinamismo da cidade, que com a chegada do século XIX multiplica-se, expande-se. Não observamos a chegada da Corte como um marco divisor, porém a chegada de Dom João e políticas daí resultante somar-se-iam ao quadro de crescimento da cidade advindo desde a segunda metade do século XVIII.

Neste contexto, a assinatura de uma carta do Príncipe Regente ao conde da Ponte, ainda na Bahia em 28 de Janeiro de 1808 “franqueando os portos do Brasil ao comércio estrangeiro”<sup>126</sup>,

<sup>124</sup> Para Karasch, um desses maiores benefícios era a possibilidade da mobilidade social, a própria autora lembra que “(...) era possível aos africanos começar como escravos recém-importados e chegar a ser donos de escravos, de outras propriedades e de si mesmos.” KARASCH, 2000. op. cit. p. 291.

<sup>125</sup> KARASCH, 2000. op. cit. 284.

<sup>126</sup> “E já neste ano de 1808 entravam no Rio 90 navios estrangeiros de comércio. Dois anos depois esse número subia a 422”. LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. V21, Belo Horizonte, Itatiaia, 1975. p.11.

teria certa importância por incentivar um crescimento nas atividades mercantis e na população urbana, como nos lembra Leila Algranti:

“A transferência da família Real alterou também o aspecto político e econômico da cidade. (...) Todos esses fatores contribuíram para o crescimento da cidade e provocaram um aumento na demanda de serviços e mão-de-obra, que por sua vez estimularam o tráfico negreiro. Crescia portanto a população escrava à medida que a cidade se desenvolvia. (...)”<sup>127</sup>

A mudança que pressupõe o estabelecimento da Corte e de seu séquito, o crescimento da cidade e o desenvolvimento do seu comércio com a chegada de estrangeiros<sup>128</sup>, a demanda por serviços diversos e o crescimento da população, seja livre ou escrava, com maior ou menor poder de consumo. Todos estes processos tiveram impacto na vida social e comercial da cidade do Rio de Janeiro. Ressalte-se que tudo isso ocorreu no primeiro quartel do oitocentos, processo iniciado ainda no século XVIII.

Um estudo minucioso de Carlos Lima captou o crescimento da cidade em anos anteriores a chegada do Regente da casa de Bragança a partir do crescimento das licenças e cartas de exame para ofícios mecânicos. Das 1.685 licenças para casas comerciais oficializadas pela Câmara municipal do Rio de Janeiro entre 1792-1808, apenas 62 informavam a localização da loja em que o artífice exerceria seu ofício. Como esta pouca representatividade não lhe proporcionava subsídios para conclusões mais abrangentes, Lima juntou estas informações com inventários de artífices abertos no período, além dos “Autos da Devassa ordenados pelo Vice-Rei Conde de Resende”.<sup>129</sup> De forma aproximativa, o autor procurou estabelecer o comportamento da cidade via entrada de novos mestres nos ofícios segundo a localização de suas lojas. O resultado foi o crescimento da cidade em relação ao meio rural:

“Conclui-se, primeiramente, que o âmbito propriamente urbano da cidade se diferenciava cada vez mais do meio rural circundante, à medida que os ofícios ligados ao consumo de

<sup>127</sup> Idem. p. 32.

<sup>128</sup> Segundo Martinho e GORESTEIN, a abertura dos portos motivou o comércio direto com outras regiões da Europa, principalmente com maior penetração de ingleses e franceses na cidade do Rio de Janeiro. “(...) os ingleses que já dominavam o comércio por atacado, penetravam no comércio a varejo, com graves prejuízos para o comerciante português (...)” MARTINHO, Lenira M. & GORESTEIN, Riva. *Negociantes e caixeiros na sociedade da independência*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, 1993. p.71.

<sup>129</sup> LIMA, 1993. op.cit. pp.99-107.

habitantes da cidade se multiplicavam em seu núcleo, ao passo que as atividades articuladas ao ambiente rural dele se afastavam. A cidade como que assumia um contorno mais nítido, expulsando atividades que a ela se tornavam estranhas.”<sup>130</sup>

Em suma, a cidade do Rio de Janeiro apresentava, antes mesmo de 1808, um comércio interno crescente.<sup>131</sup> Com a vinda da família Real, o que era notável, multiplicou-se, e tanto o crescimento populacional, como a europeização dos hábitos agiram no aumento do consumo interno. O sustentáculo deste crescimento foram os escravos e também os ex-escravos.

“O Comércio ambulante carioca apresentava uma grande variedade e quase todas as mercadorias eram vendidas por escravos de ganho pelas ruas da cidade, e ainda existiam aqueles cativos que ficavam pelas praças, praias e portas das igrejas, com seus cestos e tabuleiros ou em pequenas barracas improvisadas. (...)”.<sup>132</sup>

Esses anos foram marcados por mudanças políticas e administrativas na vida da cidade.<sup>133</sup> O comércio e a economia, e com eles a vida social responderiam a estas etapas de crescimento da forma possível naquela sociedade escravista, colocariam o comércio local e miúdo, sob os ombros de forros e cativos.

Pois bem, se olharmos para os números de escravos desembarcados na América ao longo de mais de três séculos de tráfico atlântico, veremos a preponderância do Brasil no comércio de almas, fomos aqueles que mais compraram escravos em todo continente americano. Philip Curtin nos informa que desembarcaram cerca de 10 milhões de escravos em toda a América, mais de 3 milhões e meio destes só no Brasil, ou seja 38,1% de todos os africanos que entraram nos tumbeiros, tinham os portos brasileiros como ponto de chegada.<sup>134</sup>

<sup>130</sup> Idem, p.106.

<sup>131</sup> Posso citar como exemplo o ofício de Segeiros (fabricante de Carruagens), Lima mostra que no triênio 1794-96 não houve nenhuma entrada de novo mestre no ofício, para 1803-05, entraram 4 e entre 1806-08 foram 12 o número de novos mestres. “(...) demonstrando uma demanda originada nos setores mais abastados da cidade. (...)”.Idem, p.71.

<sup>132</sup> SOARES, mar.88/ago.88.. op. cit. p.112.

<sup>133</sup> Para as mudanças político-administrativas, ver: GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *As Bases Institucionais da Construção da Unidade. Administração e governabilidade no período joanino (1808-1821)*. Texto inédito, UFF, Departamento de história, 2003. O artigo mostra o processo de constituição da nova corte com sede no Rio de Janeiro, assim como a política adotada por D. João e as bases administrativas criadas ou adaptadas à nova realidade do Império português.

<sup>134</sup> CURTIN, Philip D. *The Atlantic Slave Trade: a census*. Madison: The University of Wisconsin Press. Table 77, Estimated Slave Imports into the Americas, By Importing Region, 1451-1870 (000 Omitted), p. 268. Onde pode-se

As últimas seis décadas de tráfico atlântico de escravos (1790-1850) demonstram a importância do porto do Rio de Janeiro, como um dos maiores receptáculos de escravos no mundo à época.

*Em costas negras*, Manolo Florentino discorreu sobre o tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro. Para entrar em sua própria análise dos números de navios aportados no Rio de Janeiro e escravos que estes trouxeram, Manolo apresentou os números fornecidos por três importantes autores, reunindo tais dados, montamos a tabela abaixo:

**Tabela 16**

**Estimativa de escravos desembarcados no Rio de Janeiro (1790-1843)**

<b>Data</b>	<b>Autor</b>	<b>Nº de africanos</b>
1801-1839	Maurício Goulart	570.000
1800-1843	Mary Karasch	602.747
1811-1835	David Eltis	528.400
1790-1830	Manolo Florentino	697.925

Fonte: FLORENTINO, Manolo. *Em costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997. pp.44-45, p.51.

Apesar de números discordantes, o que é ocasionado por uma documentação lacunar, é lugar comum em Goulart, Karasch, Eltis e Florentino que foram em torno de 500 mil – e até mais do que isso – o número de escravos desembarcados no Rio na primeira metade do século XIX. Tais cativos seriam distribuídos pelo sul-sudeste escravista, parando nas mãos de diversos senhores, “caindo” em diversas atividades econômicas, desde o açúcar campista, o café do Vale do Paraíba ou a vida urbana carioca, sem contar a charqueada no Rio Grande do Sul e outras, além dos campeões da demanda, os pequenos e médios escravistas ligados a atividades de subsistência alocados em Minas Gerais.

Dados demográficos demonstram que a cidade do Rio de Janeiro absorveu boa parte destes escravos. Mas não foi só a população mancipia que aumentou na cidade do Rio de Janeiro durante a primeira metade do século XIX:

---

ver que o Brasil foi disparado o maior parceiro comercial da África na compra da mercadoria viva. Aqui desembarcaram cerca de 3.646.8 milhões de escravos, ou seja 38,1% de todos os escravos desembarcados na América (o total que utilizamos para este cálculo é de 9,566.1 milhões relacionado na tabela 77). Só para se ter uma idéia, todo o Caribe Britânico reunido (Jamaica, Barbados, Leewards Is., St. Vicent, St. Lucia, Tobago, & Dominica, Trindad, Grenada e Other BWI) , o vice-campeão da amostra, importou 1.655.0, 17,3% do total.

**Tabela 17**  
**Estimativa Populacional das Freguesias Urbanas do Rio de Janeiro (1799-1838)\***

Ano de 1799										
Freguesias	Livres		Escravos		Forros		Total		Fogos	escravo/fogo
	#	%	#	%	#	%	#	%		
Sacramento	5.759	50,1	3.372	29,3	2.356	20,6	11.487	100	2.072	1,6
São José	2.305	26,2	3.584	40,7	2.907	33,1	8.796	100	1.244	2,8
Candelária	4.082	43,0	4.636	48,8	770	8,2	9.488	100	1.329	3,3
Santa Rita	6.750	54,4	2.991	24,1	2.656	21,5	12.397	100	1.167	2,6
Total	19.578 <sup>(a)</sup>	45,1	14.986	34,6	8.812	20,3	43.376	100	5.827	2,6
Ano de 1821										
Freguesias	Livres		Escravos		Forros		Total		Fogos	escravo/fogo
	#	%	#	%	#	%	#	%		
Sacramento	12.525	55,7	9.961	44,3	-	-	22.486	100	3.352	3,0
São José	11.373	57,4	8.438	42,6	-	-	19.811	100	2.272	3,7
Candelária	5.405	43,4	7.040	56,6	-	-	12.445	100	1.434	4,9
Santa Rita	6.949	50,6	6.795	49,4	-	-	13.744	100	1.742	3,9
Santana <sup>(c)</sup>	6.887	63,5	3.948	36,5	-	-	10.835	100	1.351	2,9
Total	43.139 <sup>(b)</sup>	54,0	36.182	46,0	-	-	79.321	100	10.151	3,6
Ano de 1838										
Freguesias	Livres		Escravos		Forros		Total		Fogos	escravo/fogo
	#	%	#	%	#	%	#	%		
Sacramento	15.992	65,9	8.334	34,1	-	-	24.256	100	3.322	2,5
São José	9.362	64,9	5.084	35,1	-	-	14.410	100	1.648	3,1
Candelária	5.816	57,5	4.297	42,5	-	-	10.113	100	1.153	3,7
Santa Rita	8.850	60,8	5.707	39,2	-	-	14.557	100	2.095	2,7
Santana	10.282	65,1	5.491	34,9	-	-	15.773	100	2.499	2,2
Eng. Elho <sup>(d)</sup>	3.876	47,5	4.290	52,5	-	-	8.166	100	1.212	3,5
Glória <sup>(d)</sup>	3.950	60,1	2.618	39,9	-	-	6.568	100	982	2,6
Lagoa <sup>(d)</sup>	1.054	31,7	1.316	68,3	-	-	3.319	100	512	2,6
Total	60.025 <sup>(a)</sup>	61,8	37.137	38,2	-	-	97.162	100	13.423	2,8

(a)Inclui conventos (b)Inclui forros (c)Criada em 1814 (d)Nas estimativas, estão incluídas entre as paróquias rurais.  
 Fonte:Tabela citada em: FERREIRA, Roberto Guedes. *Na Pia Batismal: Família e Compadrio entre Escravos na Freguesia de São José do Rio de Janeiro. (Primeira Metade do Século XIX)*. Dissertação de Mestrado, UFF, 2000. p. 51. Utilizaremos esta bibliografia no capítulo II.

A tabela 17 ratifica o quadro pintado em parágrafos anteriores, nela temos que a população da cidade do Rio de Janeiro crescia abruptamente. De 43.376 em 1799, aumentou para 79.321 em 1821, ou seja, 82,9%. Em 1838 a população total já era de 97.162 habitantes. Assim, da segunda para a terceira data relacionada na tabela, a população cresceu mais 22,5%. Uma outra observação com relevante importância para nossos propósitos é a de que a população escrava alcançava índices astronômicos na área urbana. Enquanto a livre cresceu pouco mais que 82% entre 1799 e 1821, a escrava mais que dobrou (cresceu 141,4%). Entre 1821 e 1838 provavelmente o subregistro da população escrava foi a regra, um crescimento de apenas 2,6% é improvável, já que Manolo Florentino nos conta que somente entre 1826 e 1830 desembarcaram no porto da cidade algo em torno de 186.000 escravos. Como um dos grandes pólos de absorção da população escrava recém-saída dos tumbeiros, é realmente inviável acreditar que apenas 955 escravos<sup>135</sup> tivessem ficado nas mãos de escravistas urbanos entre 1821 e 1838.<sup>136</sup>

“Designado pelas fontes coevas como ‘praça mercantil do Rio de Janeiro’, o centro mercantil formado pela capital e por sua periferia imediata representava outro pólo de demanda por negros. Entre 1760 e 1780, sua população aumentou 29%, índice ainda maior entre 1799 e 1821, quando o crescimento atingiu 160%. A população da província como um todo passou de 170 mil habitantes, em 1789, para 591 mil, em 1830 – um acréscimo de 250%.”<sup>137</sup>

O principal motivo para este subregistro devia ser o mesmo da fase de crise no desembarque de africanos entre 1826 e 1830, o fim legal do tráfico de 1831, discutido nos bastidores do império e do parlamento inglês, e entre ambos desde a década de 1820.

---

<sup>135</sup> Nossa conta, apenas visa marcar que a população escrava devia ser maior que a relacionada na contagem de 1838, não estamos, por exemplo, relacionando taxa de mortalidade/natalidade para o estabelecimento da população cativa, conta impossível para a documentação que manipulamos. É certo que se, mesmo de forma simplista e pragmática possuíssemos dados para relacionar este crescimento, podemos retirar as palavras condicionais de nosso texto. Assim ela não apenas *devia* ou *provavelmente* era maior. Era maior mesmo.

<sup>136</sup> FLORENTINO e GÓES, 1997. op.cit. p.48. Os autores divide os anos de sua pesquisa em três períodos, relacionando-os ao desembarque de africanos da região Congo/Angola no Rio de Janeiro, são eles: 1790 – 1808, Crescimento anual de 0,35%, quando entraram pelo porto carioca em média 9.224 africanos. Entre 1809 – 1825, a taxa sobe para 2,4% ao ano (19.751 africanos), e no último período, de 1826 à 1830 a taxa cresceu para 3,5% ao ano (37.200 africanos).

<sup>137</sup> Idem, p.46.

### 3.2 – Trabalho e oportunidades na sociedade escrava

Se por um lado os dados acima demonstram o aumento populacional na cidade do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX, não nos explica como eles eram sentidos pelos escravos, senhores e outros agentes sociais à época. Entretanto, ao perceber mudanças em sua vida, pessoas mais atentas que trabalhavam em atividades comerciais – portanto que respondiam primariamente ao fluxo de “novas gentes” que chegavam ao Rio – deixaram suas impressões sobre o vivido, o que torna possível captar suas vozes. Para isso convidamos o leitor a voltar a 1804, mais precisamente ao dia 10 de março, dia em que ocorreria uma sessão da Câmara municipal do Rio de Janeiro, onde a “vereança” tentaria regular o trabalho de alguns oficiais mecânicos taxando dois ofícios.

O processo está depositado no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro e sua utilização, assim como a de um outro documento depositado no mesmo arquivo, é aqui relembrado de forma estratégica: primeiro demonstrar qual era a percepção de integrantes daquela sociedade que se dedicavam ao trabalho manual sobre o crescimento da vida urbana e do comércio local. Segundo, perceber em suas palavras e entrelinhas, o impacto do crescimento urbano no dia-a-dia daquelas pessoas.

Uma das interpretações para o quase monopólio do comércio miúdo por escravos e forros refere-se aos “impedimentos” relativos a inserção do homem branco nos ofícios mecânicos. O trabalho manual degradaria seu praticante, dado o caráter hierarquizante daquela sociedade.<sup>138</sup>

Sheila Faria, argumenta que os tais “impedimentos” devem ser reformulados, já que a realidade portuguesa era diversa da do Brasil colonial. A autora aposta na reedição das hierarquias do Antigo Regime, mas de uma forma diferente da ocorrida em Portugal. No Brasil, a escravidão teria deixado suas marcas. E, a utilização do escravo caracterizado pela cor da pele no comércio miúdo, pode ter sido um fator que desencadeou em brancos, ou naqueles que se viam como tal, a busca por afastamento destas atividades.<sup>139</sup> É assim que, ao especular que mulheres

<sup>138</sup> ver: BOXER, Charles R. *A Idade de ouro do Brasil. Doras de crescimento de uma Sociedade Colonial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000. 3ª edição. p.28 “(...) a noção de dignidade do trabalho não tinha em parte alguma, naquela época [séc. XVII], ampla divulgação, e isso assim continuou por muito tempo. (...)”.

<sup>139</sup> FARIA, 2004. op.cit. pp.156-157.

brancas praticavam o trabalho no “comércio ambulante, de alimentos e pequenos objetos”<sup>140</sup> em Portugal, e, constatar que elas teriam se distanciado desta função no Brasil colonial, a autora afirma que:

“(...) parece que de vendeiras, em Portugal, mulheres brancas, quando na colônia, deixaram ou foram obrigadas a deixar totalmente o comércio ambulante em favor das mulheres *de cor*. A hipótese mais consistente talvez seja a de que a atividade executada por negras fez com que as *brancas* deixassem de lado a mercância, identificada, no Brasil, como trabalho de *negra*. A tradição deste trabalho aparentemente varou séculos, mantendo-se estigmatizado até o fim do período escravista.”<sup>141</sup>

Segundo Giovanni Levi, numa sociedade segmentada em corpos, a luta por mobilidade social ascendente se daria entre iguais que competiam no interior de cada grupo. Assim, “(...) um mendigo aspirava antes a tornar-se o rei dos mendigos do que um comerciante pobre.”<sup>142</sup>

Roberto Guedes Ferreira discute a questão do trabalho em sociedades com tais características. Utilizando o Rio de Janeiro colonial-imperial como um dos exemplos, elabora uma visão que parte das noções de Giovanni Levi. Membros tão diversos e que conviviam na mesma sociedade teriam noções distintas sobre uma mesma situação. Assim é que pardos e pretos, escravos e ex-escravos utilizariam o trabalho como forma de melhorar sua situação social. Sendo o trabalho a mola propulsora de mobilidade ascendente ou mesmo de sustentação de algum *status*, dificilmente estas pessoas guardariam em relação a ele, o estigma do *defeito mecânico*<sup>143</sup> observado por certos membros da elite. Esta questão precisaria ser observada em cada área, em cada época, mesmo para se conhecer a noção que as elites guardavam sobre a questão.<sup>144</sup>

<sup>140</sup> Idem. p.146.

<sup>141</sup> Idem. p.147.

<sup>142</sup> LEVI, Giovanni. *Comportamento, recursos, processos: antes da revolução do consumo*. In REVEL, Jacques (Org) *Jogos de escala. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. p.212.

<sup>143</sup> “Dizia-se portador de *defeito mecânico* os que trabalhavam com as mãos, podendo ser o trabalho braçal propriamente dito ou atividades como pesar e medir mercadorias.” FARIA, 2004. op.cit. p.149. Nota 288.

<sup>144</sup> FERREIRA, Roberto Guedes. *Pardos: trabalho, família, aliança e mobilidade social*. Porto Feliz, São Paulo, c. 1798 – c. 1850. Tese de doutorado inédita. Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ver a discussão no capítulo II. pp.54-83.

Situação semelhante a de Sheila Faria fora encontrada na sociedade escravista cubana analisada por Rebeca Scott. A autora afirma que lá, a “composição da população moldou tanto as relações sociais quanto o mercado de trabalho.”<sup>145</sup>

No caso do Rio de Janeiro, um documento assinado por um tal de José em 1820, demonstra que alguns membros da sociedade eram afetados pelas noções de que fala Faria, influenciados pela composição da população que ressalta Scott, como pode ser visto abaixo:

“Pelo Regimento do Cirurgião Mor do Reino se acha acautellada a prohibição de exame de escravos, para que possam sangrar, sarjar, lançar ventozas e sanguessugas, e tirar dentes: Por isso admitti a exame ao preto Vicente, Escravo de Anacleto Jose Coelho. Não achei razão para, pelo meu Juizo, deixar de assim o obrar, quando considerando, que vivendo em hum paiz, onde os homens ingênuos, livres e libertos se negão ao exercicio de muitas occupaões. de modo que não ha sufficiente numero de sujeitos nellas peritos, para ocorrer a necessidade publica, julguei deveria mais attender a esta, do que a qualquer outra consideração, e tanto mais, por que as artes de que se trata, tem mais de mechanicas do que de liberaes. (...)”<sup>146</sup>

Talvez se defendendo por examinar um cativo – logo, dar a ele o título de mestre – José teria enfeitado seu ofício endereçado a Sua Alteza Real, mas isso não anula a principal voz do documento, o espaço foi aberto ao preto Vicente porque havia uma demanda, e para supri-la, atendendo ao bem público, nas idéias de José e de seus pares, quiçá só um preto poderia aceitar – ou aproveitar – o trabalho, já que as tais artes tinham mais de mecânicas do que de liberais.

O documento citado acima demonstra que o crescimento da cidade esteve acompanhado de maiores oportunidades de ganhos para os escravos, libertos e seus descendentes. Posto que estes dificilmente seriam tomados por ideais aristocratizantes que os impedissem, ou pelo menos os afastassem inicialmente da idéia de exercer atividades comerciais, como demonstra Roberto Guedes.<sup>147</sup>

Em suma, ver o trabalho como algo que possibilitava a conquista de autonomia pode ter sido mais um fator propulsor da permanência de escravos e forros em atividades manuais, assim

<sup>145</sup> SCOTT, Rebecca J. *Emancipação escrava em Cuba: a transação para o trabalho livre, 1860-1889*. Rio de Janeiro, Paz e Terra; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1991. p.25.

<sup>146</sup> AGCRJ.Código. 6-1-23. Officio sobre exercerem escravos o officio de sangrador e tirar dentes, 1820. fl.92-93. A data ao final do documento está ilegível, assim como parte do nome do fulano que o assinou: *Jose Corre(ilegível)icanço*.

<sup>147</sup> FERREIRA, 2005. op.cit. pp.54-83.

como, o repúdio de certos membros da sociedade em relação ao trabalho podem ter escancarado estes espaços. Espaços aproveitados por escravos e ex-escravos.

Mas deve-se destacar também, que perambular pelas atividades do comércio das ruas e praças no Rio de Janeiro oitocentista jamais fora atributo exclusivo de pretos, mulatos, escravos e libertos. Também o era de livres, brancos, portugueses, ingleses, franceses etc. Homens e mulheres, negociantes, mestres de ofício e simples prestadores de serviços, ambulantes e lojistas; todos e muitos outros estavam lá, mas se os negros e mulatos, libertos e escravos não eram os únicos, certamente formavam a maioria, pois foram os que mais chamaram atenção.<sup>148</sup> Não devia realmente ser comum para um viajante topar com a “(...) barulhenta turba de pretos e mulatos semi nus que ofereciam os seus serviços com a característica da grande insistência que lhes é peculiar. (...)”, como ocorreu com Von Spix e Von Martius, segundo aludem, no paço Imperial numa manhã de 15 de julho nos últimos anos da década de 1810.<sup>149</sup>

O outro documento prometido foi produzido numa situação especial. Uma contenda entre a Câmara Municipal do Rio de Janeiro e a Irmandade de São José. Torna-se necessário então, fazermos uma pausa para conhecermos como se dava à regulamentação dos ofícios mecânicos e sua interação com a Câmara Municipal, sem o qual seria impossível aproveitar toda a “fala” do documento.

Era atribuição da Câmara regular o espaço urbano naquilo que tangia ao público, ao bem público para ser mais exato. Vários editais eram fixados, espalhados pelos locais públicos para que transeuntes, passantes e, alvos deste ou daquele edital tomassem conhecimento das novas posturas. Estes deveriam ler e/ou ouvir ler e passar a respeitar as novas determinações.

Podemos citar como exemplo o publicado em 1820 no periódico *Gazeta do Rio de Janeiro*:

“O Senado da Câmara desta Corte faz saber, que sendo actualmente impraticável o fornecimento de carne verde desta cidade, pelo preço que até agora se tem vendido de trinta réis em arratel não só pelo grande consumo que ha, como pela carestia, a que tem chegado os gados, e a necessidade de fazer grandes

<sup>148</sup> MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio - Civilização e poder no Brasil as vésperas da independência (1808-1821)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000. “Se o diferente é o que capta o olhar, o burburinho das ruas, era o grande atrativo. O pulsar de uma economia em abertura, suportada por braços negros, era absolutamente exótico a ingleses, franceses, austríacos.” p.131.

<sup>149</sup> SPIX, J. B. & MARTIUS C. F. P., *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. Rio de Janeiro, Edições Melhoramentos, 1938. p.45.

depósitos para a supprir no tempo das invernadas e das secas e para que os gados descansados e bem nutridos possam dar hum alimento saudável e mais saboroso: se acha authorisado para o poder arrematar pelo preço de trinta e cinco réis o arratel. Todo aquelle, ou aquelles que quizerem arrematar com obrigação de fornecer de carne verde ao publico, podem comparecer nos paços do Senado da Câmara no termo de oito dias onde saberão as mais condições da arrematação, que se ha de fazer a quem por menos a der até o preço de trinta réis dando fiadores chãos e abonados. E para que chegue a noticia de todos se manda affixar o presente Edital. Aos 26 de Janeiro de 1820 – Luiz de Frias Vasconcellos e Souza.”<sup>150</sup>

Não obstante, a regulamentação de atividades comerciais passava também pela regulamentação de suas próprias agremiações. Existiam as irmandades e corporações de ofícios, a exemplo do que ocorria no Portugal medieval, um conjunto de artesãos praticantes de um, dois ou mais ofícios se juntavam em torno de uma bandeira e/ou um santo católico. As irmandades ligadas a ofícios possuíam funções religiosas, sociais e comerciais. Estas últimas iam desde a produção até a venda do serviço ou produto do ofício, regulando pesos, medidas, prazos e preços.<sup>151</sup>

Em torno de uma bandeira e tendo um compromisso, a irmandade poderia acumular notoriedade para se auto-representar através de petições e outros embargos judiciais, podendo fazer suas queixas chegarem à Câmara Municipal. Em 12 de Janeiro de 1813 chegou na Câmara Municipal do Rio de Janeiro um abaixo-assinado contendo 101 assinaturas promovidas pela Irmandade de S. Crispim e S. Crispiano:

“Dizem o Juiz e maes mezarios, da irmandade de S. Crispin e S. Crispiniano dessa corte, e outros mestres de lage aberta do officio de Çapateiro que tendo apresentado na Augusta presença de S.A.R. os inconvenientes, que se seguião á mma Irmd.e aos mais supp. es e athe ao publico de se venderem pellas ruas obras feitas em cazas particulares p.r escravos cativos, mulheres e pessoas imperitas; foi o mesmo senhor servido mandar p.o Real aviso de 2 de Abril deste corr.e anno, que este Senado desse, as providencias necessarias p.a se evitar semelhante abuzo; e com effeito se mandarão affixar Editaes porem tão suscintos que não infundem temor p.a a sua observancia, nem nelles se declarou o perdimento

<sup>150</sup> Gazeta do Rio de Janeiro, n° 10, Quarta feira, 2 de Fevereiro de 1820. C.f: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, seção de obras raras, Gazeta do Rio de Janeiro.

<sup>151</sup> Ver a este respeito: *Regimento do Governo Econômico da Bandeira e Ofício de Sapateiro desta Cidade do Rio de Janeiro*. Arquivo Nacional. Códice 773.

das obras aprehendidas depois da publicação dos d.os editaes, a pena de prisão, e que as condemnações pecuniarias serão applicadas metade p.a a Irmd.e e outra metade p.o este Senado, nem que o executor dessas apprihenções seriam o Juiz e Escr.m da m ma Irmandade ou do d.o officio (...) sendo depois os autos dellas levados ao m mo Senado p.a serem julgados nelle na forma do compromisso; e p.a que tal Edital assim suscinto foi emediatm.te arrancado, seguindo-se dahi, virem depois os transgressores allegando ignor.ca, recorrem os supp.es á este Nobre Senado p.a que se digne md.ar affixar novos Editaes que devera ser na forma do Edital de 12 de Dezembro de 1770, passado a favor do officio desta mesma irm.de, que se acha Registado a f.125 do Livro de Registo, que então servia, o qual Edital devera sêr affixado nos lugares do estilo com Pregão pelo Porteiro do Conselho, cujas despesas estão os supp.es promptos a satisfazer.<sup>152</sup>

O abaixo-assinado mostra a preocupação da Irmandade com a venda irregular de sapatos pelas ruas do Rio de Janeiro. Para punir os transgressores, a Câmara e a Irmandade estariam lado a lado, mas não era só nas punições que Câmara e Corporações de ofícios agiriam juntas.

Os indivíduos que desejassem exercer algum ofício ou abrir qualquer tipo de venda comercial necessitavam obter uma carta de exame. Um verdadeiro processo era verificado desde que um aprendiz dava suas primeiras marteladas, costurava seu primeiro pedaço de couro na confecção de um sapato ou aprendia com um mestre barbeiro a aplicar sanguessugas. Para tornar-se mestre, o candidato deveria ser avaliado pelos juizes e escrivões do seu respectivo ofício. Responder um questionário sobre os conhecimentos mais importantes ou mesmo fabricar uma obra referente ao ofício, estas eram as formas mais comuns de avaliação.<sup>153</sup> Habilitado, o juiz concedia uma certidão de exame que apresentada à Câmara era registrada no “Livro de Registro e provisões”, como segue exemplo abaixo:

“Registro da carta de exame do officio de Çapateiro passada digo do officio de Alfaiate passada a Salvador Joze de Miranda em 18 de Fevereiro de 1815”<sup>154</sup>

<sup>152</sup> AGCRJ, Cód. 50-1-12. Sapateiros, documentos sobre officios de juises e escrivães de sapateiros separados por ordem chronologica 1813-1827. f.2-4, 1813. Voltaremos a esse documento em capítulo posterior.

<sup>153</sup> FLEXOR, Maria Helena Occhi. *Oficiais Mecânicos na Cidade do Salvador*. Salvador, Departamento de Cultura, 1974. pp.31-34.

<sup>154</sup> AGCRJ – Códice 16-2-27, f.7. “Livro de Registro e provisões”. Uma outra forma de “obrar” em atividades comerciais, estando em dia com a legalidade, era obter a licença da Câmara. Essas licenças tinham a duração de seis meses que ao terminarem podiam ser renovadas mediante novo alvará. Segue exemplo ao lado: “Manoel de Amarin, por alvará de 25 de setembro de 1805 teve licença para usar de quitanda na praia de D. Manoel” AGCRJ – Códice 59-2-25, f.20. “Licenças para casas commerciaes”.

Vejam agora o documento prometido: Trata-se de um processo onde a Irmandade de S. José (pedreiros e carpinteiros) protestava contra as Posturas instituídas pela Câmara Municipal do Rio de Janeiro em março de 1804. O processo teve a duração de pouco mais de um ano, sendo encerrado em 6 de julho de 1805. A riqueza de detalhes na forma pela qual os representantes da irmandade argumentavam a “prejudicialidade” das Posturas nos permite entrar em contato com a voz daqueles agentes. Abaixo se encontram as partes mais importantes do processo – para os nossos propósitos –, vejamos agora o que motivou apelações, agravos e acordos entre a Câmara e a Irmandade:

“(…) em o 1º ar.to, que todo o Mestre que assistir de faetura de qualquer obra como direitos della, ganhara 640 por dia, não podendo tomar outra, durante tempo necessario para concluir aquella de que se tiver encarregado, com pena de que o proprietario da dita obra procedera a rateio do jornal diário, pagando ao d.o unicamente o que na sua parte tocar á proporção das obras a que o dito official assistir perfazendo assim os ditos 640 r.s.”<sup>155</sup>

Nessa pequena parte, atribuindo-se de sua função a Câmara tentava estabelecer um teto para o ganho do mestre, além de oficializar que este não poderia trabalhar em mais de uma obra ao mesmo tempo.

Vejam o que disseram os componentes da irmandade sobre o primeiro ponto:

“(…) pelas razoens da prejudicialidade desta, a dita taxaçon, apezar de que nunca athe agora se excederão os jornais de 640, que costumão ganhar os Mestres, nunca poderia ser tolerável quando conforme a Direito o preço das coizas, e consequentemente os salários, ou jornais dos officios se devem aumentar, ou diminuir com respeito á carestia, ou abundancia das coizas necessárias para a sustentação humana (...) ao exemplo do officio de Latoeiro, que não tendo alias alguma Irmandade e Compromisso se observou a respeito dos officiaes delle a Decisão favoravel deste Tribunal inscrita no 3º, documento em a 5ª, tendo delle nas palavras e não soffre por isso semelhante taxações de preços em feitos, que mais ou menos se aumentão quotidianamente a proporção da maior, ou menor industria do artífice.”<sup>156</sup>

<sup>155</sup> AGCRJ, Cód. 40-3-93. Autos dos officiaes das bandeiras, de Carpinteiros e pedreiros e officiaes dos ditos officios, 1805. fl.24. Retiramos algumas abreviações, procurando manter a grafia original. O mesmo foi feito nas citações deste documento, abaixo.

<sup>156</sup> Idem, f.27.

A defesa pela livre regulação dos jornais dos mestres é calorosa, nos mostra uma certa hierarquia: como que os Latoeiros, que alias era um ofício sem irmandade e sem compromisso, ou seja, sem devoção católica pública e sem lei, poderia ter uma decisão favorável do tribunal da Câmara e os irmãos de S. José não?

A irmandade dos carpinteiros e pedreiros defendia que os mestres deviam ganhar de acordo com o “preço das coisas”. Como o período era de abundancia, os preços deveriam respeitar a maior ou menor habilidade do artífice<sup>157</sup>, é o que fica claro na seqüência do processo:

“Quanto a segunda parte [que] obriga mais os Mestres a não tomarem conta de outra obra durante o tempo necessario para conclusão da primeira de que forem directores, a prejudicialidade, e damnos, e inconvenientes do publico he manifesto, por que *sendo esta Cidadee tão populosa enquanto poucos [são] os Mestres, são innumeras as obras, e maior ainda a necessidade dellas, que apesar de tantas em numero com acrescentamento de edificios todos os dias*, se achão estes no (ilegível) que a todos he notório, já para quem compra, e já para quem aluga, e se a pobreza geme com os grandes alugueis, não obstante tal aumento de Edifícios em crescimento, que so pode hir por diante com (ilegível) justa utilidade publica, [atendendo ao] bem commum. (...).<sup>158</sup>

Como que em uma cidade tão populosa (em torno de 45 mil habitantes em 1805) para os padrões da América lusa, com tão poucos mestres e inúmeras obras, poderia existir uma Postura que obrigava os mestres à não trabalhar em mais de uma obra ao mesmo tempo? É interessante que ao argumentar a necessidade do mestre trabalhar em diversas obras, os representantes da irmandade cercavam suas palavras por todos os lados; A Câmara não poderia parar as obras! Já que a construção de edifícios tinha que ir adiante, pois “o preço dos alugueis fazia gemer a

---

<sup>157</sup> Localizamos alguns anúncios no Jornal do Commercio que nos mostram que anos mais tarde o valor do trabalho diário dos pedreiros variava, são eles: (1) n° 78, Sabbado, 5 de Janeiro dr 1828, (2) n° 105, Quinta feira, 7 de Fevereiro de 1828, (3) n° 112, Sexta feira, 15 de Fevereiro de 1828, os seguintes anúncios: (1) *Na rua do Conde n. 15 vende-se hum preto boa figura ainda rapaz, official de pedreiro, e o jornal que dá todos os dias a seu Sr. he 640, he muito bom escravo (...)*. (2) *Vende-se hum escravo crioulo, excellente official de Pedreiro, que está ganhando 800 réis diário, almoço, janta e cêa, cuja venda he por se percizar de dois bolieiros no seu lugar; quem o quizer ver e ajustar dirija-se a padaria da rua dos Ourives n.21, das 9 horas em diante*. (3) *Na rua da Valla n.133, vende-se hum moleque bonito e reforçado, perfeito official de pedreiro, até de cimalthas, que ganha por dia 800 a 900 réis, e não se vende por moléstias ou vícios, mas sim por seu senhor se retirar para fora da província*. Apresentamos estes anúncios apenas para fazer uma relação com os ganhos do ofício. Aqui, trata-se de escravos, tais anúncios não nos mostram quanto estes escravos cobravam pelo serviço diário, já que \$640, 800\$ e \$900 eram os valores do jornal pago aos senhores, não do recebido pelos contratantes das obras. C.f: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, seção de periódicos. Jornal do Commercio.

<sup>158</sup> AGCRJ, Cód. 40-3-93. Autos dos officiaes das bandeiras, de Carpinteiros e pedreiros..., 1805, op.cit. fl.27. Grifo meu.

pobreza”, quanto mais prédios, maiores as chances daqueles aluguéis baixarem, ou seja, para o bem comum e utilidade publica era necessário o “acrescentamento de Edifícios todos os dias”.

O fim do processo demonstra que os Irmãos de S. José tiveram sucesso em suas palavras. A “Junta dos Autos” ocorreria no dia 25 de Junho de 1805, o texto confirma o motivo do processo:

“(…) Juizes e officiaes das Bandeiras dos officios de Carpinteiro e Pedreiro novos e velhos da Irmandade de S. Jose (...) por haver a dita Câmara em Vereança de 10 de Março do anno próximo passado (...) ordenado huma postura com varios artigos prejudiciaes aos officios, corporações e [a] Irmandade (...)”.<sup>159</sup>

Pouco mais de uma semana depois o processo chegaria ao fim, sendo favorável à irmandade:

“Provendo-os em seu agravo, q.to os autos, e como delle se mostra que as ditas Posturas alem de não serem feitas com as solemnidades legitimas sejam alem disso contrarias aos interesses do povo, como impeditivas do maior augmento e perfeição das artes fabriz, não se tendo nelles em vista a industria, e intelligencia para conferir a mesma ser regulado o ganho, promovendo-se assim a incapacidade de huns, quando se não attende ao mais merecimento de outros, todos (ilegível) com a mesma taxa.

Portanto, mandão, que o dito Juiz Presidente e mais officiaes reformem as ditas Posturas, que declaras (...) vaãs. Rio 3 de Julho de 1805.”<sup>160</sup>

Pois bem, o crescimento da vida urbana não foi apenas uma questão numérica que elevou praticamente todos os dados demográficos do período, estes números modificaram a vida dos agentes sociais autóctones. Paralelo ao aumento da população, ocorreu na cidade um incremento das atividades comerciais. Para os representantes de pedreiros e carpinteiros este desenvolvimento servia de argumento para que se abrissem espaços para o ganho de oficiais mecânicos, livres, forros e escravos.

Assim, é possível afirmar que a cidade do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX teve como uma de suas características, a valorização do investimento na escravidão urbana.

<sup>159</sup> Idem, f.51.

<sup>160</sup> Idem, f.53, assinado por *Joaquim Jose Freire Ferreira Soares*, escrivão do Senado da Câmara assinaria o acórdão.

Havia naquele ambiente, motivações para o investimento em mancipios para trabalhar a jornal, e benefícios para senhores e para os próprios escravos que ocupassem estas funções. Mas isto não quer dizer que este era um sistema ideal, como veremos a seguir.

### 3.3 – O sistema possível

O Rio de Janeiro foi uma das cidades mais freqüentadas do Brasil por viajantes estrangeiros no século dezenove. Como pode ser visto em diversas passagens da Gazeta do Rio de Janeiro, em cada navio, sumaca ou bergantim que atracava no porto poderia estar mais uma oportunidade para escravos ao ganho completarem o jornal diário. Barqueiros poderiam ajudar no desembarque de pessoas e cargas, carregadores poderiam levar as malas, muitas delas lotadas com o *pacotille* cheio de novidades francesas e/ou inglesas a serem vendidas em armazéns no entorno da rua Direita, ali seria indispensável o trabalho de pelo menos um escravo. Quitandeiras e vendedoras de água poderiam esvaziar seus tabuleiros com sedentos e pasmados viajantes. Este ambiente possibilitou que os escravos trabalhassem em diversas atividades, destacando-se nas ruas aqueles que estiveram ao ganho e à locação. Eles carregaram, costuraram, cozinham, varreram, limpavam, teceram, barbearam, venderam, entre muitas outras atividades.

Corroborando o dito acima, reunimos três anúncios da Gazeta do Rio de Janeiro, todos do ano de 1819, que retratam com alguma precisão aquele momento:

“Na rua do Ouvidor n.19 achar-se-ha tudo o que he de luxo e arte, linhas de todas as cores , retroz, botões, franjas de algodão e de seda, luvas e tudo o que he necessário para o arranjo de senhoras. *Para a mesma casa deseja-se huma negra de aluguel, que seja fiel e intelligente.*”<sup>161</sup>

“O armazem Francês, ao pé do Banco, tem recebido de Pariz hum grande sortimento de cortes de vestidos, peças de cassas transparentes bordadas muito ricas, tiras bordadas, çapatos de setim, chalés de lã á imitação de camelo, e vendas de todas as qualidades, que se venderão muito baratas.”<sup>162</sup>

“Bernardo Conolly n.1 rua Detraz do Hospício participa que tem recebido pelo navio Hero, de Londres, hum grande sortimento

<sup>161</sup> Gazeta do Rio de Janeiro, n° 9, Sabbado 30 de Janeiro de 1819. Grifo meu. C.f: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, seção de obras raras.

<sup>162</sup> GRJ, n° 28, Quarta feira, 7 de Abril de 1819. C.f: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, seção de obras raras.

de Sellins para Senhores e Senhoras, freios, mantas, malas e chicotes de todas as qualidades, graxa de Day e Martin, çapatos, bandejas, imagens, &c. &c.(...)”.<sup>163</sup>

Uma outra tônica seria o estabelecimento de oficias mecânicos europeus na Corte, estes forasteiros em busca de enriquecimento também não dispensariam o trabalho de pelo menos um escravo, como foi o caso de João Felipe Nolin, mestre de oficina de Marcineiro “de nação Francesa”, que dizia ter:

“vários móveis dignos de toda a aceitação, e obras de toda a qualidade, pertencentes a sua oficina, e que todos aqueles principiantes, que se quiserem applicar ao dito officio, ou quaisquer senhores, que na mesma quiserem adimittir seus escravos, o procurem na Rua de S. Jose n.19, que ajustando-se, promette uzar toda a fidelidade própria de homem de bem.”<sup>164</sup>.

Sem contar que o estabelecimento destes na cidade significava mais uma pessoa passando a consumir no mercado de alimentos, roupas e quinquilharias local, boa parte dominados por forros e escravos ao ganho. Todavia, reconhecer as oportunidades abertas aos senhores, e os espaços de autonomia concedidos aos escravos, não justificam acreditar que aquele era um mundo perfeito, como parecia crer Mary C. Karasch<sup>165</sup>, muitas vezes acreditando em palavras de viajantes.

Vamos rever então as palavras de Debret e de Karasch, o primeiro teria dito que:

“(...) encontramos na classe média e mais numerosa o pequeno capitalista, proprietário de um ou dois escravos negros, cuja renda diária basta à sua existência. (...)”<sup>166</sup>

Primeiro discordamos de que eram “pequenos capitalistas”, logo também não aceitamos a idéia de tratá-los como uma classe. Por outro lado, o artista francês teria acertado em dizer que se tratavam dos mais numerosos agentes sociais da Corte, com o adendo de que o eram entre os proprietários, como comprovam nossos inventários (ver tabelas 4, 5, 6 e 7 no capítulo I). Mas não sejamos tão radicais na crítica a Jean Baptiste Debret, ele se esforçava para entender aquela sociedade, e o fazia com olhar do europeu, a partir do modelo francês/inglês que possuía.

<sup>163</sup> GRJ, n° 30, Quarta feira, 14 de Abril de 1819. C.f: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, seção de obras raras.

<sup>164</sup> GRJ, n°3, sábado, 9 de Janeiro de 1819. C.f: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, seção de obras raras.

<sup>165</sup> Discutido abaixo.

<sup>166</sup> DEBRET, 1989. op. cit.p.66.

Contextualizando suas palavras podemos perceber informações riquíssimas. Quiçá, estar no meio de uma pirâmide de *status* social pensada por Debret [classe média], seria estar abaixo dos poderosos comerciantes e donos dos mais ricos sobrados da área urbana, aqueles que diversificavam seus bens como vimos no capítulo II, médios e grandes senhores da cidade. A base poderia ser formada por homens livres e libertos sem posses, o imenso contingente que não deixaria inventário, pois não acumularam bens suficiente para justificar sua abertura. Mas Jean Baptiste continua, retrata que às quatro horas da tarde esses “homens de pequenas rendas” chegam ao Largo do Palácio (atual Praça XV) “a fim de sentarem nos parapeitos do cais”<sup>167</sup>. Em sua palavras:

“É, por conseguinte, lá pelas quatro horas da tarde que se podem ver esses homens de pequenas rendas chegar de todas as ruas adjacentes ao Largo do Palácio (...). Em menos de meia hora todos os lugares estão tomados e, após as cortesias em uso entre gente que não tem o que fazer, cada um chama um vendedor de doces, menos para comprar uma guloseima do que para engolir de um trago a metade da água contida na pequena moringa que o negro carrega à mão (...).

Entre os numerosos e parcimoniosos consumidores, é fácil distinguirem-se os mais necessitados, cuja economia exagerada atinge as raias da avareza. A fim de satisfazer as exigências da sede, o bebedor malicioso chama de preferência um vendedor de aspecto tímido e, certo de confundi-lo, deprecia-lhe a mercadoria num tom extremamente duro e se aproveita da atrapalhão do negro para apossar-se da moringa e beber a água de graça; de carranca fechada, devolve-lhe em seguida a moringa, censurando-lhe a mesquinhez e a sujeira. Vítima dessa dupla injustiça, o infeliz escravo, ameaçado e injuriado, foge. Muito feliz ainda de escapar, a pretexto de encher o recipiente na fonte vizinha.”<sup>168</sup>

Muito provavelmente se tratavam de pequenos senhores. E assim podemos observá-los de forma distinta da de Debret. Não eram pequenos capitalistas de sucesso por investirem em um ou dois escravos conseguindo facilmente prover sua existência.<sup>169</sup> Muitos deles tinham apenas os escravos, nada mais, e com eles sustentavam-se. Isso fica claro quando o próprio francês aponta que entre os “numerosos e parcimoniosos consumidores” existiam os mais necessitados, avaros

---

<sup>167</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>168</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>169</sup> Idem. p.66.

senhores que se utilizavam de uma “tática recriminável” para beber – sem pagar – uns goles de água nas moringas dos negros.<sup>170</sup>

A avareza talvez não fosse uma escolha feliz, mas necessária para quem tinha pouco para gastar.

Desta forma, também discordo de algumas das observações apontadas por Mary Karasch:

“Do seu ponto de vista, os senhores de escravos haviam desenvolvido um sistema ideal no Rio, no qual, em troca de um mínimo de roupas, alimento e abrigo, seus cativos lhes proporcionavam *benefícios incalculáveis*: riqueza em termos do que geravam em rendimentos e bens; uma família extensa, em termos das mulheres e filhos que se incorporavam a ela; segurança, em termos de instabilidade monetária e garantias rápidas em emergências econômicas; um pequeno exército para protegê-los nas rixas e conflitos do período; e, por fim, uma rica herança para deixar aos filhos. No Rio daquela época, um senhor com escravos tinha tudo, e quem não os tivesse, era considerado pobre. O preço do privilégio de possuir escravos, está claro, era pago pelos próprios escravos, com trabalho debilitador e morte prematura.”<sup>171</sup>.

A brasilianista estaria correta até onde chama atenção para um ambiente favorável aos senhores para que eles investissem em escravos ao ganho, como vimos no início deste capítulo, mas por outro, Karasch teria exagerado. Suas palavras deixam no ar um controle total dos senhores sobre o desenvolvimento do sistema de ganho na escravidão urbana.

Aquele sistema estava longe de ser o ideal, era o sistema possível.

Para o escravo poderia significar maior poder de barganha e maior liberdade de movimentação, mas também maior cobrança senhorial, e trabalho a exaustão já que muitas vezes o jornal diário era a única fonte de renda daquele fogo.<sup>172</sup>

Para o senhor poderia significar perder parte de seu poder coercitivo, pois castigar abruptamente um escravo que era praticamente tudo o que ele possuía talvez não fosse uma boa idéia. E se o seu único bem rentável fugisse? Assim, “o preço do privilégio de possuir escravos” era dividido entre os dois agentes sociais: senhores e escravos. Este preço não era – e nunca foi no sistema escravista – pago apenas pelos cativos, como afirmou Karasch.<sup>173</sup>

<sup>170</sup> Idem. pp.66-67.

<sup>171</sup> KARASCH, 2000. op. cit. p.260. Grifo meu.

<sup>172</sup> Ver capítulo II.

<sup>173</sup> KARASCH, 2000. op.cit. p.260.

Este senhor poderia ser sustentado por um ou dois escravos, e estes escravos poderiam ter sim alguns benefícios, como um pecúlio próprio, ou até morar longe de seu senhor, ou talvez ter boas chances de alcançar a alforria, mas estes seriam apenas os exemplos bem sucedidos da amostra. Trabalhar com os inventários *post-mortem* de senhores da sociedade urbana nos permitiu conhecer quem eram os proprietários que investiam em escravos ao ganho. Vimos como se desenvolviam seus investimentos, e assim, conhecemos mais de perto a própria escravidão urbana.<sup>174</sup>

O sistema de ganho desenvolver-se-ia em um processo amplo onde a maioria dos senhores daria o primeiro passo – a compra do escravo – com poucos recursos. Este investimento não era o *cheque-mate*, mas o início do jogo. A relação senhor-escravo seria desenvolvida no dia-a-dia entre a propriedade que trabalhava para a sobrevivência do fogo e o proprietário que em último grau deveria manter sua autoridade medindo poder coercitivo e concessões. O cativo era negociado. Atitudes draconianas poderiam deixar o senhor e seus dependentes sem o escravo. E se com ele, alguns senhores chamaram a atenção de Debret pelas suas “táticas recrimináveis”, imagine o que certos senhores não fariam para saciar suas “exigências da sede” sem o ganho diário de seu único bem rentável?

Para Robert Slenes, uma visão mais atenta com a historiografia atual sobre escravidão estaria preocupada em desvendar as relações entre senhores e escravos e “refletir sobre o impacto de embates e negociações cotidianas na reprodução do sistema escravista.”<sup>175</sup> Neste sentido, deve-se atentar para o fato de que ao formar, isoladamente, a maior parte dos senhores de escravos na cidade do Rio de Janeiro, os pequenos proprietários que possuíam seu escravo como único bem rentável viviam uma realidade de dependência maior que a de médios e grandes.<sup>176</sup> Ao analisar os senhores de escravos, este dado deve ser relacionado a outras variáveis que interferiam naquela relação de poder, pois cada caso devia ter suas particularidades nos “embates e negociações cotidianas na reprodução do sistema escravista.”

\* \* \*

---

<sup>174</sup> Ver capítulos I e II.

<sup>175</sup> SLENES, 1999. op.cit. p.45.

<sup>176</sup> Como demonstramos no capítulo II.

Queremos crer que vários fatores reunidos foram ingredientes essenciais para que se alargasse o espaço do cativo urbano, e assim, a estratégia de preparar o terreno para o capítulo final se completa aqui.

Aliada a oferta do tráfico Atlântico de escravos, o crescimento de bens e serviços na cidade do Rio de Janeiro demandados pelo incremento populacional ocorrido entre fins do século XVIII e a primeira metade do século XIX ofertaram, como nunca antes, escravos a quem possuísse cabedais para comprar. A cidade em expansão necessitava de braços para carregar, limpar, construir, produzir etc. Estas atividades se transformavam em ganhos imediatos em dinheiro. Assim, colocar os escravos para exercê-las mostrou-se uma boa opção de renda para senhores. Considerando apenas estes aspectos, alguns trabalhos afirmaram ser os escravos de ganho o investimento ideal para os senhores urbanos<sup>177</sup>, e deram a entender que existia um controle total dos proprietários no desenvolvimento daquela relação de trabalho e poder. Discordamos. Apontamos que este investimento era a escolha possível para a maioria, não a ideal. Pequenos senhores não eram investidores abastados e poderosos. Quando foram investir, de um leque de opções existentes, só uma lhes era acessível, comprar escravo(s). Sopesando este aspecto, chamamos atenção para o cativo possível.

Afirmamos ainda que proprietários e cativos conviviam em meio a uma situação que forçava a relação senhor-escravo na área urbana para a negociação. A seguir, considerando o ambiente de trabalho e alguns aspectos da vida de senhores e escravos na cidade do Rio de Janeiro analisaremos como essa negociação era reproduzida na cidade.

---

<sup>177</sup> Como o de Karasch, citado acima.

## *Capítulo IV*

### **Os escravos da Corte: relação senhor-escravo e barganha cativa em uma área urbana**

O objetivo deste capítulo é entrar no cotidiano dos senhores e dos escravos da cidade do Rio de Janeiro. Primeiramente, discutiremos como os escravos se movimentavam dentro da cidade. Relacionando alguns fatores que ajudaram a aumentar esta movimentação, pretendemos demonstrar como o ambiente em que os escravos viviam – a época, a área urbana, o tipo de trabalho, os plantéis pequenos – contribuíam para que eles pudessem lutar por seus desejos com o acordo ou não de seus senhores (4.1); A seguir, veremos qual a influência do índice de parentesco e do padrão de fugas de escravos na relação entre dono e propriedade, sobretudo entre os senhores mais pobres (4.2); O contato nas ruas com outros agentes sociais: livres, libertos e escravos, dotaria os cativos de conhecimentos específicos. Observamos que conhecimentos eram esses e qual a interferência deles na relação senhor-escravo (4.3). Por sua vez, a ação dos escravos modificaria as estratégias de manutenção do poder e autoridade dos senhores. Discutiremos estas estratégias considerando que senhores e escravos possuíam margens de barganha a serem utilizadas no processo de negociação (4.4)

#### **4.1 – O ambiente e o escravo**

A historiografia tende a tratar o século XIX como um ponto de virada na história da escravidão, enfatizando a segunda metade do século, período em que acontecimentos políticos, econômicos e sociais alteraram profundamente o curso da escravidão.

Sheila Faria argumenta que esta foi uma época especial na história da escravidão no Brasil, pois:

“(…) A vinda da família real para o Rio de Janeiro, a interferência inglesa no tráfico de escravos, a abertura de novas e prósperas áreas de exportação, como o café, no sudeste, a independência do Brasil e, mais do que tudo, o processo de

abolição do tráfico e, posteriormente, da escravidão provocaram, conjuntamente, situações muito novas no mundo dos escravos e nas relações com seus senhores. (...)”<sup>178</sup>

Como ressalta Faria, estes acontecimentos ocorreram tanto na primeira quanto na segunda metade. A família real desfez suas malas por aqui em 1808, o café começa a ascender como produto de exportação na balança comercial brasileira na década de 1820.<sup>179</sup> A independência do Brasil data de 1822, e o processo de abolição do tráfico em torno das discussões no parlamento inglês e entre os estadistas do Brasil inicia-se na década de 1820.

O panorama contrário à escravidão aparece em algumas vozes nas primeiras décadas do oitocentos. Já circulava entre importantes figuras políticas do Brasil, neste período, o caráter de atraso que a escravidão legava o país e a sociedade, a idéia de que a escravidão corrompia a economia e os bons costumes, e o clamor pelo trabalho livre. José Bonifácio de Andrada e Silva, além de João Severino Maciel da Costa, Domingos Alves Branco Muniz Barreto, Frederico Leopoldo Césas Burlamaque etc., se juntaram em anos finais do período colonial para escrever umas memórias contra a escravidão.<sup>180</sup>

No capítulo assinado por Bonifácio, o Andrada declarava que:

“(...) o luxo inútil de um sem-número de escravos [que] apresentam as nossas cidades e vilas que sem elles poderiam limitar-se a poucos criados, a poucos e laboriosos obreiros e trabalhadores! Nem a natureza dos serviços que prestam estes escravos nas cidades nem o lucro que parecem dar aos seus proprietários compensa de maneira alguma os males que causam. Eles só servem nas povoações concentradas para corromperem os costumes privados, perturbarem a paz pública e sustentarem o ócio dos que se alcunham seus senhores.”<sup>181</sup>

<sup>178</sup> Ver: FARIA, 1998. op.cit. p.293.

<sup>179</sup> Ver EISENBERG, Peter L. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Rio de Janeiro, Paz e Terra; Campinas, Universidade Estadual de Campinas. 1977. p.31

<sup>180</sup> Memórias sobre a escravidão / João Severino Maciel da Costa... [et.al]; introdução de Graça Salgado – Rio de Janeiro; Arquivo Nacional; [Brasília]: Fundação Petrônio. Portella, ministério da justiça, 1988.

<sup>181</sup> SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Notar detalhadamente as vantagens que tem o serviço de homens livres sobre o que podem prestar braços cativos forçados ao trabalho*.pp.151-174. in: Memórias sobre a escravidão / João Severino Maciel da Costa... [et.al]; introdução de Graça Salgado – Rio de Janeiro; Arquivo Nacional; [Brasília]: Fundação Petrônio. Portella, ministério da justiça, 1988. p.169.

Seriam estas vozes isoladas? Pode ser que sim. Há autores que vêm nas idéias de José Bonifácio e companhia, uma rara exceção ao pensamento mais geral da sociedade no primeiro quartel do oitocentos.<sup>182</sup> No entanto gostaríamos chamar atenção para outra questão.

Segundo alguns estudos, dados sobre a alforria comprovariam que na segunda metade do século, sobretudo após 1871, a sociedade teria ungido forças mais mobilizadas contra a escravidão.<sup>183</sup> Assim como, somente neste período Joaquim Nabuco pôde sonhar com um movimento abolicionista forte e se declarar contra o “(...) regimem que é contrário aos principais fundamentos do direito moderno e que viola a noção mesma do que é o *homem* perante a lei internacional.”<sup>184</sup>

Peter Eisenberg identifica que na década de 1870:

“(...) a alforria refletia a correlação de forças na sociedade sobre a questão da legitimidade da escravidão. Na medida em que grupos de pessoas hostis à escravidão exerceram fortes pressões e minaram o poder de outros grupos que ainda sonhavam em preservar e prolongar a vida da escravidão, as alforrias cresceram em frequência.”<sup>185</sup>

Assim é que anualmente alforriava-se a uma média de 1,3 escravos, entre 1798 e 1808 e 32,9 entre 1869 e 1878. Um crescimento incrível, onde certamente a Lei conhecida como Ventre Livre (1871) teve papel de destaque. No entanto a média de alforrias em Campinas no período 1859-1868 foi de 14,1 escravos/ano, exatamente o dobro do decênio anterior.<sup>186</sup> Ou seja, se aceitamos que as tais forças contrárias à escravidão levantaram-se contra os escravistas com mais força no final do século, pode ser que isto faça parte de um processo iniciado na primeira metade do século. Pode-se argumentar que esta seria uma visão evolucionista do processo histórico, e que estaríamos procurando um marco inicial para um fim, hoje conhecido. Não se trata disso, apenas queremos crer que os escravos na primeira metade do século também possuíam margens particulares de negociação. E certos traços característicos da escravidão na segunda metade do século XIX – como uma possível melhora nas condições de vida dos escravos pelo aumento da

<sup>182</sup> Ver, por exemplo: COSTA, Emilia Viotti da. *Da Senzala à Colônia*. 4ª ed. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1998. p.70.

<sup>183</sup> Abordaremos este assunto abaixo.

<sup>184</sup> NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Petrópolis, Vozes, 1977. 4ª edição. p.110

<sup>185</sup> EISENBERG, Peter. *Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil. Século XVIII e XIX*. Campinas, Editora da Unicamp, 1989. p.260.

<sup>186</sup> Idem, *ibidem*.

negociação com os senhores<sup>187</sup>, o aumento do acesso a alforria etc – podem ter existido, mesmo com menor incidência, na primeira metade do século.

Chalhoub demonstra que no século XIX ocorreu uma virada nas idéias de diversos componentes da sociedade sobre a escravidão, sendo esta alteração de fato, um processo ocorrido ao longo do oitocentos. Aliada a “causa negra”, ou seja, as lutas cotidianas de escravos para alcançar a liberdade, entraram em cena juízes municipais, autoridades policiais, o “carismático Imperador” e, posteriormente um movimento abolicionista organizado. Juntavam-se peças importantes do aparelho institucional, do executivo, do judiciário e do legislativo, assim como lutas individuais, familiares e de grupos dos principais interessados, os próprios escravos. Um processo que resultou no tiro de misericórdia nos desejos dos escravistas “das últimas décadas da escravidão na corte”.<sup>188</sup>

Escravos travaram luta nos tribunais por meio de seus curadores contra senhores que não respeitassem “seus direitos”. A escrava Izabel é um desses exemplos, já na metade do século, em 29 de Agosto de 1850 taxou uma apelação cível contra Antonio Dias de Souza Castro, seu proprietário. Entre apelações, agravamentos, protestos, contraprotostos, interrogatório de testemunhas, exames de corpo e delito, avaliações para a venda de Izabel e uma reviravolta que definiu que a escrava retornasse ao seu dono, o processo durou mais de um ano. Vejamos os motivos do processo:

“Diz Izabel creoula, representada por seu curador nomeado, o qual sendo escrava de Antonio Dias de Souza Castro tem a suplicante sofrido maus tratamentos, e actos de crueldade de sua senhora, M. do T. Castro, obrigando-a athe a trabalhar continuamente sem attender ao lastimoso estado em que a suplicante se acha, de extrema magresa, com contusões pello corpo, tosse, calafrios quotidianos, respiração difficil, dores de peito, e muitos sofrimentos constados do corpo delito a qual se procedeo, e que levarão a suplicante a huma infallivel (Ilegível) como declarão os peritos, accrescendo a tudo isto que o suplicado falta a suplicante com o mínimo alimento para sua subsistência e que taes actos são inteiramente contrários a (Ilegível) e Religião e tornão insupportável o já tão desgraçado estado da escravidão que em todos os tempos mereceo a proteção das leis, e governos ainda

<sup>187</sup> Como afirma Hebe Mattos. Ver: CASTRO, Hebe H. Mattos. *Laços de família e direitos no final da escravidão*. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de, (org.), *História da vida privada no Brasil*. Império: a Corte e a modernidade nacional, São Paulo, Companhia das Letras, 1997. p.355.

<sup>188</sup> Ver: CHALHOUB, Sidney. *Visões de Liberdade: Uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo, Companhia das Letras, 1990. Sobre tudo o capítulo II, cenas da cidade negra.

mesmo dos absolutos (...) além de outras pretende a suplicante, visto que encontrou hum bem feitor, que esta prompto a fornecer-lhe a quantia para obter a sua libertação fasem citar o suplicado [para que se nomeie avaliadores] (...) que avaliem a suplicante.<sup>189</sup>

As palavras de Izabel são expressivas, mas não impressionam, para Hebe Mattos, no século XIX:

“Crescia a pressão pela alforria entre os cativos com maiores recursos comunitários, escancarando as válvulas de escape do sistema [escravista]. Mas isso ocorria porque, ao contrário do cativo recém-chegado da África, o escravo crioulo, negociado no tráfico interno, trazia toda uma bagagem de práticas costumeiras (...) Ele tinha concepções preestabelecidas de castigo justo ou injusto, de ritmos de trabalho aceitáveis ou inaceitáveis, das condições que deveriam dar acesso ao pecúlio e à alforria (...)”.<sup>190</sup>

Mattos reporta sua observação para um período posterior à extinção do tráfico atlântico de africanos. Ou seja, a autora valida um maior cabedal político dos escravos de acordo com a conjuntura pela qual a escravidão passava, tentando sobreviver no Brasil da segunda metade do século XIX.

Neste sentido, o que deve ser contextualizado são as condições para que os escravos expressassem suas indignações contra seus senhores, sejam elas produto de injustiças ou luta por maiores espaços em seu cativeiro.

Esta é a questão central, pois se a conjuntura da segunda metade do século XIX pode ser entendida como a causa de um certo afrouxamento no regime escravista, argumentamos que diversos fatores faziam com que os escravos da área urbana pudessem acumular condições de lutar por direitos pessoais, utilizando-se do caminho da negociata com seus senhores.

É interessante que muitos dos escravos que acionaram a justiça em busca de “direitos”, o fizeram em áreas urbanas na primeira metade do século XIX.<sup>191</sup> Ou seja, fizeram suas reclamações chegarem ao foro da justiça, contrariando até aquilo que designa sua posição jurídica na sociedade, um ser sem direitos.

<sup>189</sup> ANRJ, Apelação Cível, Cx 3683, n° 4975. Izabel, 1852.

<sup>190</sup> CASTRO, 1997. op.cit. p.355. Em sintonia com Chalhoub, Hebe Mattos marca muito bem as mudanças ocorridas no sistema escravista nesse período.

<sup>191</sup> GRINBERG, 1994. op.cit. Passim

José Roberto Góes acredita que “(...) qualquer direito assegurado ao escravo é um direito tomado ao seu senhor (em tese o escravo não tem direitos) (...)”<sup>192</sup>. Ao utilizar a palavra “tomado”, Góes demonstra sua visão teórica do sistema escravista, onde se reforça a idéia de que negociação pressupõe conflito, logo o direito pode ter sido tomado, ainda que negociado.

Apoiando-se neste aspecto da visão de Góes podemos dizer que no espaço urbano os escravos foram negociando e certas vezes, tomando direitos de seus senhores. A negociação sempre existiu, e muitas das artimanhas efetivadas pelos escravos em trabalhos específicos de décadas finais da escravidão estiveram presentes entre os cativos urbanos contemporâneos de D.João VI na primeira metade do século.

Em suma, na cidade do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX, podemos encontrar diversos exemplos de escravos exercendo seu poder de barganha com seus senhores. Se o escopo da sociedade alargou diversos canais onde escravos puderam modificar sua situação pessoal na segunda metade do século por questões políticas, outros canais, que passavam por outras vias foram abertos aos cativos no início do século XIX, ou até mesmo ainda no XVIII. A natureza da ocupação exercida pelos escravos citadinos os punha em contato com uma vida fora do ambiente de domínio senhorial, e assim a escravidão urbana caracterizou-se por ser reproduzida em um ambiente onde o escravo possuía liberdade para barganhar por seus direitos costumeiros e posteriormente direitos legais. A barganha escrava desenvolvia-se num processo e aumentaria de acordo com conjunturas especiais. Canais foram abertos aos escravos, não sem lutas cotidianas, ou até mesmo jurídicas promovidas pelos próprios escravos, magistrados e intelectuais da Colônia e do Império. Alguns buscavam, num determinado período, acabar com a escravidão, outros apenas melhorar suas vidas.

Diante deste panorama, a escrava Izabel é um exemplo. Sofrendo “mau cativo” na primeira metade do século XIX, ela não descansou ao tentar valer seus direitos. Sua ação demonstra que não aceitaria mais ser escrava de quem não cumprisse com certas exigências, que eram: comida suficiente, ritmo de trabalho aceitável e descanso.

Talvez não seja a toa que naquela mesma área urbana por volta de 1820 e 1830, alguns senhores fossem obrigados a vender seus cativos por motivos como estes...

---

<sup>192</sup> GÓES, 1998. op.cit. p.156. Voltaremos a esse tópico mais tarde, pois Góes utiliza o argumento citado para propor maior severidade aos pequenos escravistas.

“Vende-se uma negra de nação Benguella, sem moléstia alguma, nem defeitos conhecidos, superior lavadeira, cosinha o ordinário, faz compras para casa, também vende quitanda e he muito trabalhadeira. *Vende-se por não querer servir sua senhora*, quem a pertender, dirija-se a rua Glória, n.º55, que ahi achara com quem tratar.”<sup>193</sup>

“Quem quiser comprar huma preta de nação Moumbe, sabe lavar, engomar, cosinhar, e coser bem, *vende-se por que ella não quer servir ao seu senhor*; dirija-se a rua do Lavradio n.50 que la achara com quem tratar.”<sup>194</sup>

“Vende-se huma bem feita e reforçada crioula, a qual sabe perfeitamente coser, engomar, cosinhar, e lavar, tudo com muita perfeição e aceio, veste e prega qualquer Snr., he capaz de tomar conta de huma casa, pelo seu bom comportamento e desembaraço, *advertindo que se vende pela mesma escrava assim o pedir*, quem a quizer dirija-se a rua do Alecrim n.274.”<sup>195</sup>

...Mesmo quando estes escravos eram perfeitos, superiores, bem reforçados, eram muito trabalhadores e tinham bom comportamento.

Outrossim, tomar tal fonte ao pé-da-letra é algo feito não sem correr riscos. Estes senhores poderiam estar camuflando o verdadeiro motivo das vendas. Outra hipótese refere-se aos elogios: Fariam eles parte de uma bisonha estratégia de valorização da mercadoria anunciada?

Pende para o lado de aceitarmos tais anúncios o fato de conhecermos algumas centenas de outros onde os proprietários não aludiram o motivo da venda, estes três senhores poderiam fazer o mesmo. Além do mais, o simples aparecimento deles nos jornais, informa-nos que tais motivos poderiam ser aceitos pela sociedade.

Ainda sobre o assunto, Stuart Schwartz é esclarecedor quando cita um caso já relatado por Henry Koster. Uma escrava teria tentado ser comprada por um certo senhor, transação que fora prontamente efetuada. Dias depois a cativa repetia o pedido, agora para trazer um provável parente para seu novo plantel. Pedido desta vez negado por seu antigo dono. Entretanto, menos de uma semana depois, lá estava o cativo ao lado da pidona escrava, a venda, desta vez, foi

---

<sup>193</sup> Biblioteca Nacional, Seção de obras raras. O Volantin, N. 34. Rio de Janeiro, Quinta-feira, 10 de Outubro de 1822. Grifo meu.

<sup>194</sup> Biblioteca Nacional, Seção de obras raras. Jornal do Commercio, N.78, Rio de Janeiro, Sábado, 5 de Janeiro de 1828. Grifo meu.

<sup>195</sup> Biblioteca Nacional, Seção de obras raras. Jornal do Commercio, N.108, Rio de Janeiro, Terça-feira, 13 de Janeiro de 1829. Grifo meu.

motivada por pura pressão do parente da escrava, pois ele recusava-se a trabalhar e ameaçara tirar a própria vida se não fosse vendido.<sup>196</sup>

Enfim, se aceitamos que fatores políticos interferiram mais na vida dos escravos e de seus senhores nos dois quartéis finais do oitocentos, deve-se atentar para o fato de que os escravos que viveram em outras épocas também refinaram a negociação com seus senhores a partir de fatores políticos, econômicos, trabalhistas e sociais, que lhes foram particulares. O que deve ser feito não é supervalorizar a realidade vivida por um agente social num determinado período em detrimento do vivido por ele em outro, e sim demonstrar quais eram as peculiaridades de cada época experimentada pelos atores sociais. Sabemos que na cidade do Rio de Janeiro entre 1800 e 1850, diversos fatores referentes à vida cotidiana de senhores e escravos causaram impacto na negociação entre eles, é o que demonstraremos a seguir.

#### **4.2 – Fuga, família e dependência: o aumento da barganha entre os escravos dos pequenos senhores**

Ao alforriar sua escrava, a crioula Vivência, na Campinas de 1834, Dona Josefa Maria de Amaral assim declarava os motivos da manumissão:

“pelo amor que lhe tenho, bons serviços que me tam prestado, como também por vezes gasto (comigo) seus dinheiros que lhe dá seu marido... declaro mais que o dito Antônio [marido (de Vivência)] me serviu (durante) quatro anos como meu escravo, e com a maior fidelidade e presteza prestando-me os seus jornais de \$480 por dia para remediar as minhas necessidades, e quando lhe dizia que juntasse o seu dinheiro para comprar alguma coisa para si, respondia-me que o que queria era a liberdade de sua mulher e por isso a minha consciência pede que eu a liberte.”<sup>197</sup>

O documento acima capta como escravos poderiam, através de trabalho e obediência, levar senhores a satisfazerem seus desejos.

<sup>196</sup> SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos. Engenhos e Escravos na Sociedade Colonial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p.318.

<sup>197</sup> Carta de 28 de Junho de 1844, 1º Ofício, livro 33, folhas 5-5v. “Essa carta foi originalmente escrita em Sorocaba em 3 de janeiro de 1834 e foi registrada em campinas 10 anos depois.” Apud: EISEMBERG, Peter L. *A carta de alforria e outras fontes para estudar a alforria no século XIX*. In: *Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil – séc. XVIII e XIX*. Campinas: Editora da UNICAMP, p.284, nota na página 307.

Percebe-se que Antonio já havia sido escravo de Dona Josefa. Provavelmente ao comprar sua alforria, ele continuou trabalhando e morando próximo a antiga senhora, pois já havia se amasiado com uma outra cativa do plantel, a crioula Vivência. Junto, o casal buscava agora a alforria da escrava, provavelmente para agendar filhos pós-alforria, para que seus rebentos nascessem livres. Traçaram uma estratégia de obediência, trabalho assíduo e demonstração de carinho e amor. Dona Josefa soube reconhecer o esforço de Vivência e de Antonio deixando claro na carta os motivos de sua ação.

Começa justificando a alforria por motivos sentimentais a Vivência – *pelo amor que lhe tenho* –, passa para o reconhecimento de seu trabalho – *bons serviços que me tam prestado* –, sua disposição em ajudar na sobrevivência da senhora, provavelmente comprando para ela comida, remédios e pagando suas contas – *como também por vezes gasto (comigo) seus dinheiros que lhe dá seu marido* –. Ou seja, a escrava merecia a alforria por que era fiel, obediente e trabalhadora, ademais era amada por sua senhora.

Mas não era só isso, ainda existia Antonio, que quando escravo de Dona Josefa a servia com a maior fidelidade, estando sempre pronto a acatar as ordens de sua senhora. Pagando jornais de \$480 réis diários ajudava a sustentar sua senhora – *e com a maior fidelidade e presteza prestando-me os seus jornais de \$480 por dia para remediar as minhas necessidades* –. Ao alforriar-se, Antonio teria algum dinheiro de sobra para comprar coisas para si, já que embolsaria toda a grana que recebesse de seu trabalho. Indagado pela antiga senhora o motivo de não gastar todo seu dinheiro comprando coisas para si próprio – de forma sincera ou talvez teatralizando o dia-a-dia, como diria Eduardo França Paiva<sup>198</sup> –, Antonio olhava para senhora e respondia que o seu maior desejo era libertar sua mulher, e que estava juntando todo o dinheiro que podia para isso – *e quando lhe dizia que juntasse o seu dinheiro para comprar alguma coisa para si, respondia-me que o que queria era a liberdade de sua mulher* –, enfim pesou a consciência da senhora que resolveu dar a alforria conquistada – *e por isso a minha consciência pede que eu a liberte*.

Documentos como este demonstram que os escravos, através de estratégias atingiram sucesso com inteligência e muito suor.

---

<sup>198</sup> Paiva observa que alguns escravos demonstraram “(...) fidelidade, submissão e gratidão e dedicaram afeto aos respectivos senhores, tanto de maneira sincera, quanto teatralizando pragmaticamente os sentimentos e práticas (...)” como estratégia para obter ganhos. PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na Colônia. Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2001. p.205.

O reconhecimento senhorial era o outro lado da moeda que justificava tanta fidelidade e obediência. Certamente não foi gratuitamente que outros escravos obtiveram o mesmo reconhecimento em outros momentos da vida do senhor.

Alguns senhores declararam a dependência econômica que tinham em relação a seus escravos e que sabiam que sua sobrevivência estava atrelada o trabalho de seu mancipio. Por exemplo, a dependência de José Antonio Peixoto para com seu escravo pelo que declarou a inventariante:

“(...) Declara mais que o único rendimento do casal é o jornal do escravo Alexandre... Que dá 640 rs por dia, cujo jornal mal chega para subsistência dos tres filhos d'ella Inventariante que viveu em sua companhia”<sup>199</sup>

Às palavras deixadas pela companheira de José confirmam com alguma precisão a dependência que aquela família tinha do trabalho de Alexandre. Pode ser que ela estivesse sonhando ou criando informações por motivos particulares, como o de se vir livre de impostos, por exemplo. Mas o fato de a inventariante poder utilizar este argumento reforça a idéia de que ele na era alienígena naquela relação. Sendo assim, o que seria dos Peixoto se aquele escravo fugisse?

A fuga de um escravo devia ser sentida por todos os senhores, mas devia trazer maiores tempestades entre os donos de poucos cativos. José Antonio Peixoto era dono do escravo Alexandre em 1860. Com 34 anos, oficial de sapateiro, o cativo valia 1:400\$000 réis. O sapateiro foi a peça chave da abertura deste inventário *post-mortem*. Ali, Peixoto declararia seus ínfimos bens, 26\$000 em “móveis diversos”; 38\$000 réis em “móveis de Jacarandá”; 64\$800 réis em “um aparelho de prata para seis pessoas”; Seu escravo era tudo o que possuía com capacidade de prover renda para ele, 3 filhos e sua mulher. Na verdade, Alexandre era praticamente tudo que aquele senhor tinha, sozinho, o escravo compunha 91,6% deus bens.<sup>200</sup>

Casos como este elucidam o que apontamos nos dois primeiros capítulos. Donos de poucos escravos e com pequeno monte-bruto, a maioria dos senhores de escravos na cidade do Rio de Janeiro merecem atenção particular, pois tendo o escravo como única fonte de renda,

---

<sup>199</sup> Inventário *post mortem*, José Antonio Peixoto, 1860, ANRJ.

<sup>200</sup> Idem.

aqueles senhores poderiam tornar-se dependentes dos ganhos de seus cativos, e esta dependência, na certa teria forças para afetar aquela relação de poder.

Se a fuga de um escravo para um proprietário de poucos cativos seria terrível para suas contas, alguns dados nos dão condições para acreditar que os escravos da cidade, ainda mais aqueles inseridos em pequenos plantéis, poderiam utilizá-la como elemento de barganha contra seu senhor.

“No dia 16 de julho do corrente Anno [de 1814], fugio hum mulato, official de Alfaiate, por nome Amaro, de idade de 25 a 30 annos, de estatura regular: quem delle tiver noticia ou trazer a seu senhor João Francisco da Gamma, na rua do Rozario, no Botequim da esquina do Ourives, receberá de Prêmio 20\$reis, e ao dito escravo *se vier ter a casa lhe promette por esta vez não o castigar.*”<sup>201</sup>

O morador da rua do Rozário, João Francisco da Gamma oferecia de prêmio vinte mil réis – mais de 10% do valor de um escravo jovem, do sexo masculino e saudável no primeiro quartel do oitocentos – a quem o entregasse seu escravo, o mulato Amaro, Alfaiate de mais ou menos 27 anos. No entanto o anúncio nos diz mais, sem seu escravo por mais ou menos 50 dias, Gamma não apelou apenas a “quem delle tiver noticia”, declarou ao próprio escravo que lhe prometia “por esta vez não o castigar”.

Mas, qual o significado da promessa deste senhor?

**Pro.mes.sa.** Ato ou efeito de prometer; promessa. Coisa prometida. Voto, juramento.<sup>202</sup>

**Pro.me.ter.** Obrigar-se verbalmente ou por escrito a (fazer ou dar alguma coisa); comprometer-se a. Pressagiar, anunciar. Dar esperança, ou mostrar probabilidade de. Prometer. Oferecer (certa quantia, valor). Fazer promessa. Dar esperança de bom futuro, de progresso.<sup>203</sup>

<sup>201</sup> Biblioteca Nacional, Seção de obras raras. Gazeta do Rio de Janeiro, N.63, Rio de Janeiro, Sabbado, 6 de Agosto de 1814. Grifo meu.

<sup>202</sup> FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa*. 6ed. rev. atualiz. – Curitiba, Posigraf, 2004. p.658.

<sup>203</sup> Idem, ibidem.

Caso aceitemos os recentes significados da palavra ou ato de prometer<sup>204</sup>, as últimas palavras do anúncio de Gamma têm algo a nos dizer. Ele não apenas clamava pela volta de seu escravo, ele se obrigava por escrito, se comprometia, enfim, anunciava publicamente o compromisso de “por esta vez não o castigar”. Se o ato do escravista traria consigo alguma esperança de um melhor cativo, quiçá, sem castigos – para aquela sociedade até justificáveis (i.e. castigar um escravo fujão) – não o sabemos, mas uma coisa é certa, este anúncio nos mostra que a fuga merece ser tratada com cuidado.

Também não sabemos os motivos do escravo para fugir, não sabemos nem ao menos se Amaro os possuía. Certo é que Gamma abria mão até do seu poder senhorial de castigar seu escravo para tê-lo de volta. Abria mão até do chamado “castigo justo”. Ou seja, na sociedade vigente, aquele senhor abria mão daquilo que parecia mais importante naquela relação, seu poder de punir. Assim, a fuga instaurava naquele fogo um diálogo onde o dono se obrigava a abrir mão de direitos em favor da propriedade.

Definida desta forma a fuga poderia desdobrar-se na área urbana em elemento de barganha dos escravos com os senhores, tal como fizera a fuga de Amaro para Gamma, já havia quase dois meses, outros senhores sofreriam o mesmo.

Para testar esta hipótese, vejamos alguns dados sobre uma pesquisa quantitativa de fugas de escravos extraídas de um jornal do Rio de Janeiro.

Na cidade do Rio de Janeiro, dois Jornais se destacaram quando da liberação da imprensa na então colônia de Portugal: a Gazeta do Rio de Janeiro, com anúncio de fugas entre 1809 e 1821, e o Jornal do Commercio, com anúncios a partir de 1827.<sup>205</sup>

A amostra que trabalhamos, trata-se de 351 anúncios de escravos fugidos publicados no Jornal Gazeta do Rio de Janeiro entre 1809 e 1821.<sup>206</sup> Compararemos a incidência de escravos na cidade através de inventários *post-mortem* com os fugitivos e os alforriados. Buscamos na dança destes números, reconhecer aspectos que inflaram a negociação entre senhores e escravos.

---

<sup>204</sup> Podemos aceitar, pois Moraes Silva dava o mesmo significado a esta palavra no início do século XIX. Para ele, PROMÉSSA significava “o acto de prometter, e a obrigação, em que ficamos por este acto” e PROMETTÈR era “Dar palavra de fazer, ou dar, ou não fazer alguma coisa. (...)”. SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da Língua portuguesa*. Lisboa: Typografia Lacerdina. 1813. p.512

<sup>205</sup> Pesquisamos também, um outro periódico de vida curta: O volantim, de 1822.

<sup>206</sup> Este periódico teve uma vida média, de 1808 a 1822, sendo que nem no ano da chegada da corte, muito menos no ano da independência do Brasil houve qualquer fuga de escravo anunciado. A amostra corresponde aos 13 anos entre 1809 e 1821. Mais de 30 destes escravos levaram seus senhores ao desespero, ao qual anunciaram mais de uma vez a fuga, tais repetições serão retiradas dos dados para que não se supraregistre as quantificações.

Segundo João José Reis e Eduardo Silva, a fuga poderia ter várias faces, mas a sua característica principal era a de causar, imediatamente o rompimento da produção.<sup>207</sup> Ela era, ainda segundo os autores, um ato extremo e poderia garantir aos escravos, espaços de negociação. Como veremos, a amostra que trabalhamos nos permitiu acompanhar estas idéias, além de lançar hipóteses novas segundo o padrão encontrado.

Começamos, então com a naturalidade dos escravos fugitivos da cidade do Rio de Janeiro.

**Tabela 18**

**Área de procedência dos escravos fugitivos da cidade do Rio de Janeiro (1809-1821)**

<b>Fugitivo</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
<b>Africano</b>	233	88,9
<b>Crioulo</b>	26	9,9
<b>Outros*</b>	3	1,1
<b>Total</b>	262	100

\* Os escravos com procedência não identificada são: 1) Cabo da Boa Esperança; 2) Nação Hespanhola e; 3) Hespanhola. Fonte: Anúncios de fuga de escravos, Gazeta do Rio de Janeiro, 1809-1821.

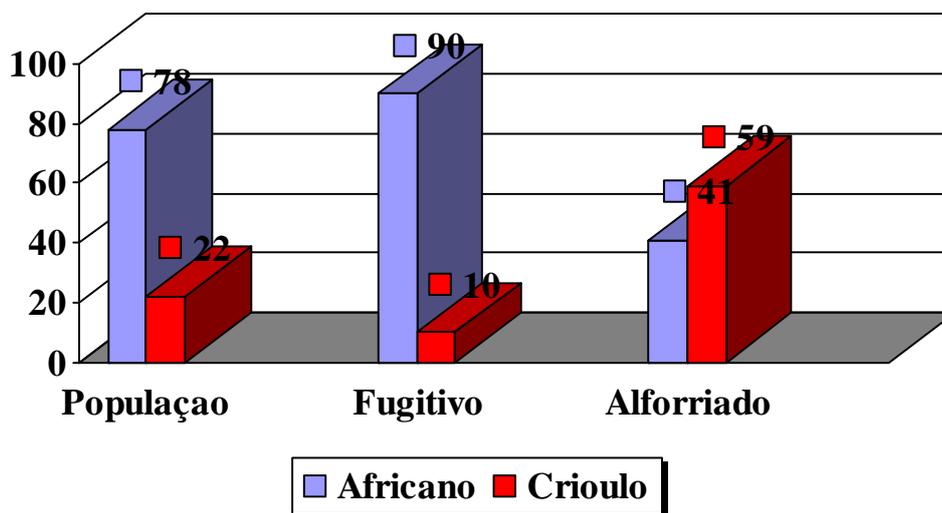
Segundo José Roberto Góes, dos 2.673 escravos com a procedência anotada em inventários *post-mortem* entre 1810 e 1835, 77,8% eram africanos e apenas 22,2% eram crioulos.<sup>208</sup> Estes números apontam para o seguinte fato, os africanos fugiam mais que sua representatividade na sociedade, enquanto os crioulos fugiam muito menos.

Para discutir este padrão, coloquemos a alforria em pauta. Abaixo, montamos um gráfico *com números aproximados*, onde comparamos o índice de fugas e a taxa de alforria com a população escrava na cidade do Rio de Janeiro em períodos afins do século XIX. Utilizaremos para facilitar a demonstração dos dados o handicap 100.

<sup>207</sup> Ver: REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e Conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Brasiliense, 1988. ver o quarto texto do livro: *Fugas revoltas e quilombos: Os limites da negociação*. pp.62-78.

<sup>208</sup> GÓES, 1998. op.cit. p.165.

**Gráfico 2**  
**Procedência dos escravos da cidade do Rio de Janeiro (1790-1835)**

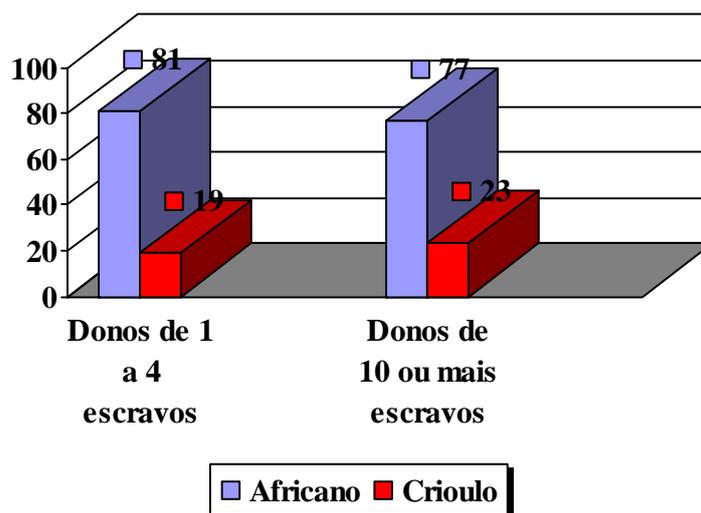


Fontes: População estimada: GÔES. 1998. op.cit. p.165; Fugas: Jornal Gazeta do Rio de Janeiro (1809-1821); Alforriado: FLORENTINO, Manolo. *Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa*: in. Topoi. Revista de História. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ / 7 Letras, set.2002, n.5, 404p.pp.9-39. pp.23-24.

Os africanos fugiam mais que os crioulos, tanto em números totais, quanto proporcionais, ao passo que os crioulos suplantavam os africanos na conquista ou concessão da alforria. Africanos estavam representados na sociedade em 78 a cada 100, mas apenas 41 por 100 tiveram acesso à alforria. Estes índices denotam uma proporção inferior de alforrias em relação a sua representatividade na sociedade. Além disso, os africanos eram 90 a cada 100 fugitivos. Índice superior à sua representatividade na sociedade, o que significa dizer que não apenas eram os maiores fugitivos em números totais, mas também proporcionalmente fugiam mais que crioulos. Com os crioulos ocorria o contrário, eram mais alforriados que a sua proporção na sociedade e fugiam em taxas menores que ela.

Se verificarmos a incidência de africanos nos plantéis dos senhores de poucos cativos, veremos que estes eram a grande maioria dos seus escravos, como pode ser visto no gráfico 3.

**Gráfico 3**  
**Procedência dos escravos por tamanho do plantel na cidade do Rio de Janeiro (1810-1835)**



Fonte: GÓES, 1998. Op.cit.p.165.

Assim, se a maioria dos fugitivos eram africanos entre 1809 e 1821.<sup>209</sup> Entre 1810 e 1835, os proprietários da maior parte dos africanos eram os pequenos senhores. Em média, a cada 10 escravos que paravam nas mãos dos proprietários de até 4 mancipios, 8 eram africanos.

A hipótese que seguimos refere-se ao fato de a fuga poder ser utilizada pelos escravos não como um rompimento, pelo menos não em primeira instancia, mas como um ato de reivindicação do escravo por melhoria nas condições de vida e trabalho. A fuga significava o rompimento imediato da produção. Este rompimento teria um peso muito maior para senhores que possuíssem apenas 1, 2 escravos pagando jornais, do que para aqueles que possuíssem mais escravos trabalhando ao ganho, ou mesmo outros investimentos. A conclusão que se chega é que principalmente os pequenos senhores teriam de evitar ao máximo a fuga de seus escravos, portanto ela poderia se transformar numa carta na mão de escravos urbanos. Uma carta que certamente seria utilizada em um processo de negociação.

<sup>209</sup> Carlos Eugênio Líbano Soares e Flávio dos Santos Gomes. “Dizem as quitandeiras...” Ocupações urbanas e identidades étnicas numa cidade escravista: Rio de Janeiro, século XIX. pp. 3-16. In: Acervo. Revista do Arquivo Nacional. v. 15, nº 2, Jul/Dez 2002: Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2002. Os autores também pesquisaram na Gazeta do Rio de Janeiro. Nossos dados batem, mas apesar de utilizarmos a mesma fonte, eles não coincidem exatamente. Os autores apresentaram um número total de 337 fugitivos e não informaram os anúncios repetidos. Como computamos 14 fugas a mais, pode estar aí a origem das discordâncias. p.8

Encontramos o mesmo padrão desproporcional fuga / alforria ao verificarmos a distribuição da alforria pelas procedências africanas. Compararemos aqui a origem dos africanos fugitivos, o padrão de desembarque do tráfico Atlântico de escravos no Rio de Janeiro e a procedência de africanos encontrada em inventários *post-mortem* em época afim. Vejamos primeiro quem eram os fugitivos africanos. A tabela abaixo demonstra a distribuição quantitativa das fugas, dos desembarques e da distribuição em % dos escravos por grandes regiões africanas.

**Tabela 19**  
**Fugas, desembarque e população escrava no Rio de Janeiro por grandes regiões africanas (1790-1835)**

<b>Escravos</b>	<b>Fugitivos*</b>	<b>Desembarcados**</b>	<b>Trabalhadores***</b>
<b>África Centro-Occidental</b>	74,6%	82%	84,9%
<b>África Oriental</b>	20%	16,1%	9,1%
<b>África Occidental</b>	5,4%	2,9%	6%

Fontes: \* Escravos fugitivos anunciados no Jornal Gazeta do Rio de Janeiro (1809-1821); \*\* Estimativa de desembarque de escravos no Rio de Janeiro (1790-1835), FLORENTINO, 1997. op. cit., Apêndice 13, p.234.; \*\*\* Escravos encontrados em inventários *post-mortem* no Rio de Janeiro (1810-1825), GÓES, op.cit. Tabela 19, p.241. .

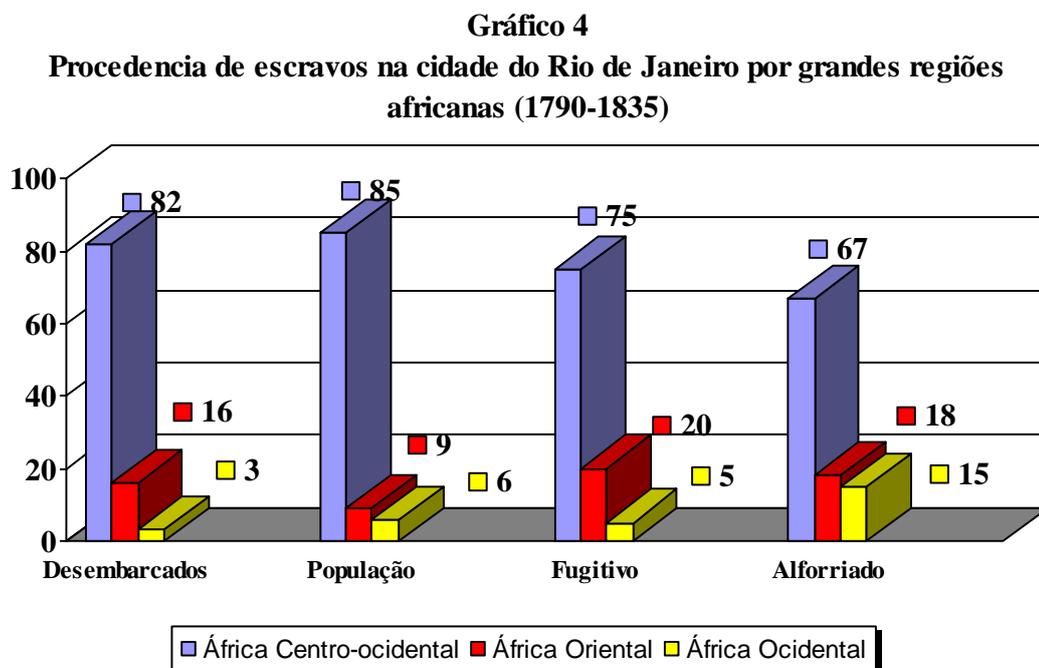
Os dados apresentados por Manolo Florentino<sup>210</sup> sobre a flutuação do tráfico são acompanhados pelos padrões encontrado nos inventários *post-mortem* de José Góes.<sup>211</sup> Incluindo neles nossos dados sobre os fugitivos, estes números ganham alguns significados.

Enquanto 74,6% dos fugitivos africanos eram da região Congo-Angola, 82% dos recém-chegados da África eram daquela região, assim como entre 1810-25, 84,9% dos escravos que tiveram a etnia declarada em inventários *post-mortem* eram da África central atlântica. Outros 20% dos fugitivos provinham da África oriental, enquanto 16,1% dos desembarques entre 1795 e 1830 foram de escravos daquela região, e apenas 9,1% dos inventários declarou entre 1810-25 procedência de Moçambiques, Quilimanes, Sennas e Macuas, ou seja, escravos da África Oriental. Enfim, apenas 5,4% dos fugitivos na cidade tiveram antes da diáspora, a África ocidental como residência, enquanto os tumbeiros que partiram daquela região entre 1795 e 1830 eram apenas 2,9% de todos os navios negreiros e a pesquisa de Góes detectou entre 1810-25, 6% de Minas, Minas-Nago, São Tomes, Guiné, Calabares e Cabo Verdianos. Incluindo nestes

<sup>210</sup> FLORENTINO, 1997. op. cit., Apêndice 13, p.234.

<sup>211</sup> GÓES, 1998. op.cit. Tabela 19, p.241.

números, dados sobre a alforria de africanos na cidade do Rio de Janeiro entre 1807 e 1831, vejamos o gráfico 4.



FONTE: Fontes relacionadas na tabela 19; FLORENTINO, Topoi V, Setembro de 2002 op.cit.pp.27-28.

Em números proporcionais, apenas os escravos da África Oriental fugiam em índices maiores que a sua representatividade na sociedade. Já comparando a proporção entre a representatividade na cidade e a alforria, temos que apenas os escravos da África Centro-ocidental foram libertados numa proporção menor que a sua existência na sociedade. Destacam-se na alforria, os escravos da África Ocidental, posto que quase triplicaram proporcionalmente sua representatividade na alforria em relação a sua existência na cidade. Assim, os cativos africanos provenientes da África Centro-ocidental perdiam terreno exatamente para boa parte dos afro-ocidentais, o que ficará mais claro se compararmos as nações que mais conquistaram a alforria de cada uma das três grandes áreas.

Segundo dados de Mary Karasch na amostra de 504 cartas de alforria que informa a nacionalidade do africano, destaca-se da África Central Atlântica, os provenientes de Benguela

com 107 alforriados. Do lado ocidental africano, destacam-se os Minas, com 48 manumissões.<sup>212</sup> Já entre os Africanos Orientais, os que mais receberam manumissões foram os moçambicanos, num total de 11. Ou seja, os que partiram de Benguela abocanharam 21,2% das cartas para africanos no Rio de Janeiro entre 1807 e 1831, ao passo que os Minas abocanharam 9,5% de todas as alforrias, e já os que vieram de Moçambique perfizeram 2,2% dos alforriados. Se aplicarmos estes números na população escrava, a dança dos números se inverte, sendo favorável aos Minas, eles eram, entre 1810 e 1825, apenas 5,2% dos cativos que viviam na cidade do Rio de Janeiro, enquanto os africanos que embarcaram de Benguela eram 26,5%, e os de Moçambique, 8,9%.<sup>213</sup> Ou seja, os Minas eram alforriados numa escala de 5,3% a mais que sua representatividade na população escrava, os Moçambiques tinham este índice negativo em 6,7%, e os escravos que vieram de Benguela, também eram alforriados em menor índice que sua representatividade na população mancipia (5,3%).

A este dado deve ser acrescentado que os maiores fugitivos da região central atlântica eram os africanos provenientes de Benguela, 18,8%, ao mesmo tempo em que os moçambicanos foram os vice-campeões de fuga na cidade com 18,3% – claro que eram os maiores fugitivos de sua região – enquanto os Minas eram apenas 1,8% de todos os fugitivos africanos<sup>214</sup>.

Estaria este padrão nos dizendo algo?

Continuemos a checar, vejamos agora o sexo dos escravos. Numa amostra de 5.340 cartas de alforria consultadas por Sheila Faria sobre o Rio de Janeiro do século XIX, 59% dos manumitidos eram mulheres. Sobre estes números, a autora comentou que,

“Realmente, uma das poucas unanimidades entre os historiadores é a de ter sido a mulher privilegiada no acesso à manumissão, apesar de bem menos numerosa na população escrava.”<sup>215</sup>

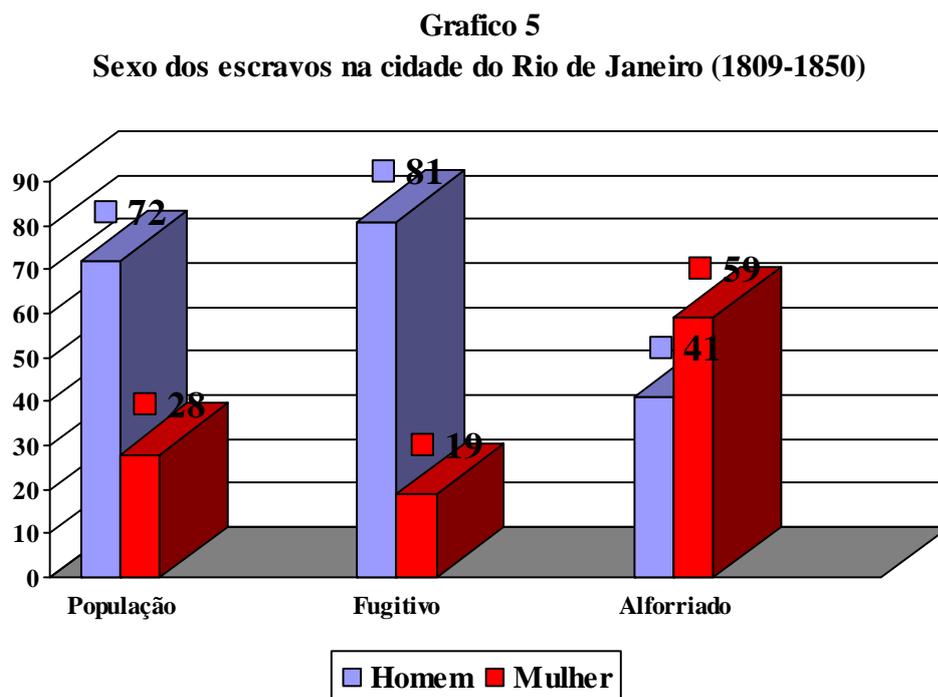
<sup>212</sup> KARASCH, 2000. Op.cit. p.459.

<sup>213</sup> GÓES, 1998. op.cit. p.241

<sup>214</sup> Jornal Gazeta do Rio de Janeiro. Total de 224 africanos com a etnia declarada nas fugas. Os Minas encontrados são: No dia 4 de março de 1813 foi anunciada a fuga da negra Gertrudes, seu senhor, morador no Beco dos Ferreiros 1º andar, prometia boas alvícaras a quem lhe entregasse sua escrava ladina. Em 1809, um outro preto fora anunciado, sendo estes, além do muleque José em 1820 e um mulecão ladino, escravo de José Antonio de Freitas Amaral em 1819, os únicos Minas anunciados na Gazeta do Rio de Janeiro entre 1809 e 1821

<sup>215</sup> FARIA, 2004. op.cit. p.111.

Para entrar nesta discussão, apresentamos o gráfico 5, onde comparamos a representatividade de escravos homens e mulheres na sociedade com os índices de fugitivos e alforriados de ambos os sexos.



FONTE: GÓES. Op.cit. p.169. FARIA, 2004. Op.cit. p.113.

A cada 100 escravos na população cativa do Rio de Janeiro entre 1810 e 1825, aproximadamente 72 eram homens, apenas 28 eram mulheres.<sup>216</sup> No entanto, apesar de sua pequena representatividade na população, entre os alforriados elas eram a grande maioria, 59 a cada 100.<sup>217</sup> Fugiam ainda menos que seu número na população escrava, apenas 19 por 100. Os homens agiam em sentido inverso, eles fugiam em maior número e eram alforriados em número bem menor que existiam na população escrava do Rio de Janeiro.

Parte da historiografia recente, ao constatar a grande maioria de mulheres entre os forros considera entre outras variáveis possíveis, que as escravas possuíam um leque de estratégias,

<sup>216</sup> GÓES, 1998. Op.cit. p.169.

<sup>217</sup> FARIA, 2004. Op.cit. p.113.

algumas das quais jamais poderiam ser posta em prática pelos congêneres do sexo masculino. Segundo Eduardo França Paiva, as mulheres:

“(...) não exitaram em usar de variados subterfúgios, práticas e estratégias para alcançarem o objetivo [da alforria]. Dispensaram atenção redobrada aos senhores quando esses caíram doentes e quando, convalescentes, mostraram-se mais susceptíveis a pedidos, mais dispostos a promessas e muito mais dependentes dos cuidados alheios. Esmeraram-se no serviço do dia-a-dia, esperando reconhecimento posterior. Ajudaram prontamente os proprietários a construir suas fortunas ou, modestamente, a obterem uma renda suficiente para as despesas básicas. Demonstraram fidelidade, submissão e gratidão e dedicaram afeto aos respectivos senhores, tanto de maneira sincera, quanto teatralizando pragmaticamente os sentimentos e práticas. (...) Deitaram, também, com os donos, obrigadas ou sedutoras, e com eles produziram mais que bastardos. Criaram vínculos de sangue, omitidos e negados por alguns genitores, mas por outros reconhecidos. (...) O resultado não poderia ser muito diferente: as mulheres, que eram minoria entre os escravos, constituíram a maioria entre os libertos. (...)”<sup>218</sup>

Em suma, os dados que apresentamos apontam para um padrão. Se aplicarmos estes dados nas fugas observando-a como uma estratégia de reivindicação, podemos enxergá-la como uma forma de barganha. Alforriada, crioula, mulher e Mina é a antítese do fugitivo, africano, homem e Benguela.

Vista por este prisma, estes cativos não a utilizariam como uma primeira opção, mas no limite. Homens, africanos e Benguelas, estariam fugindo em maior número por reivindicar espaços que lhes estivessem sendo tomados ou negados. Na luta diária por melhores condições de vida, estariam perdendo espaço para escravos de outro sexo e etnia. Seus senhores estariam lhes negando melhores condições de vida e trabalho. Se o outro possuía maior aptidão para o comércio, maior capacidade de negociação ou mesmo maiores chances de alcançar as concessões senhoriais pelas características de seu sexo são discussões para outro trabalho. O importante é afirmar aqui que os cativos preteridos não ficariam inertes, tentariam conversar e negociar com seus senhores e no limite, estariam utilizando a fuga para isso.

Inclui-se nesta questão, não só a luta pela alforria, mas qualquer negociação por espaço no cativeiro. Nesse sentido, vejamos em que áreas moravam os senhores dos escravos que mais fugiam.

---

<sup>218</sup> PAIVA, 2001. op.cit.. p.205.

Tabela 20

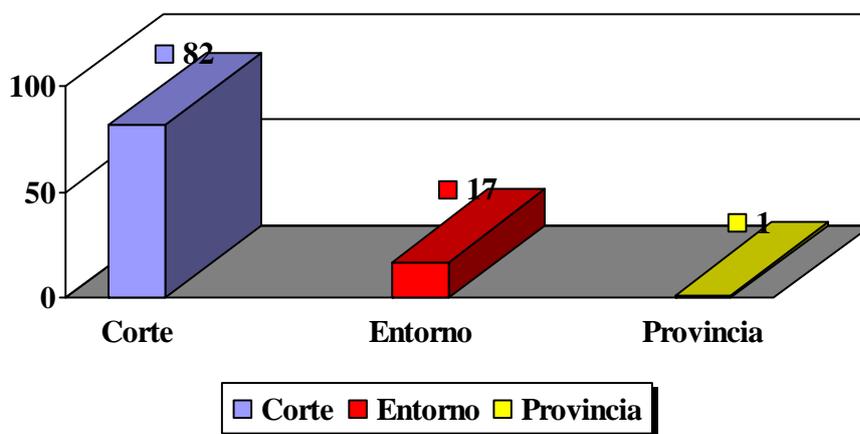
## Área de residência dos escravos fugitivos da cidade do Rio de Janeiro (1809-1821)

Local das fugas*	N	%
<b>Corte</b>	255	81,5
<b>Entorno</b>	55	17,6
<b>Províncias</b>	3	1
<b>Total</b>	313	100

Fonte: Jornal Gazeta do Rio de Janeiro. 1809-1821. \* A partir dos anúncios que informam a residência dos senhores – ou dos escravos fugitivos – designamos *Corte* aqueles que viviam nas ruas circundantes à rua Direita (hoje Primeiro de Março), Entorno, os residentes em Freguesias rurais, tais como Inhaúma e outras, e Províncias foram aqueles anunciados com residência fora do Rio de Janeiro. Para a história das ruas do Rio, onde pode-se acompanhar a mutação dos nomes ao longo do tempo, ver: GERSON, Brasil. *História das Ruas do Rio*. 5ª ed., Rio de Janeiro, Lacerda, 2000.

Gráfico 6

## Área de residência dos escravos fugitivos da cidade do Rio de Janeiro (1809-1821)



Fonte: Ver fontes relacionadas na tabela 20.

Por se tratar de um jornal da Corte, a cada 100 fugitivos, mais de 80 moravam nas ruas circundantes ao coração da cidade. Ao constatar que a maior parte das fugas parte da rua Direita (hoje Rua Primeiro de Março), rua do Ouvidor e outras circundantes, chamamos atenção para o impacto das fugas. A partir de 1809, as quartas e sábados, qualquer um que abrisse uma Gazeta, geralmente na página 4, veria estampado a desagradável notícia: *fugio, desapareceu, sumui*,

*perdeo-se, acredita-se que foi furtado*, enfim, a fuga era uma realidade próxima. Mesmo senhores que em um determinado momento contavam com todos os seus escravos no plantel, ouviriam comentários, ou comentariam eles próprios, e talvez um dia correriam até o escritório da Gazeta a fim de pagar *alviçaras* para qualquer um que prendesse seu escravo fugitivo.<sup>219</sup>

Reforçamos aqui a idéia de que a fuga de um mancípio, ou a ameaça dela era um fator que proporcionava um canal de barganha para o escravo. Independentemente se ela era uma instituição corriqueira ou não, ela era uma realidade e a impressão que fugas tão próximas causariam nos senhores, sobretudo nos pequenos proprietários, não seria o único dado a instalar mais pontos de barganha em favor do escravo. O número de escravos que possuíam os pequenos senhores instaurava um ínfimo laço de parentesco entre seus escravos.

Roberto Guedes Ferreira estima em 31% o índice de laços de parentesco entre os escravos da freguesia urbana de São José entre 1801-1844.<sup>220</sup>

Guedes partiu de um índice de laços de parentesco de 19,2%. Como se atirou sobre comentários de testadores, inventariantes e herdeiros nos testamentos, “os percentuais de cativos com parentesco de primeiro grau se eleva(ra)m um pouco, chegando a 23,3%. Acrescentando, ainda, informações dos registros de batismo que, além de pais e filhos, incluem(iam) cativos envolvidos em laços de parentesco ritual, os escravos aparentados chega(ra)m a 31%.”<sup>221</sup>

Se nos debruçarmos apenas sobre o casamento este índice cai abruptamente, variando ao longo destes 44 anos o número jamais superou 10%, ficando em 6,8% numa amostra de registro de batismos que vai de 1802 ao cabo de 1821.<sup>222</sup>

Números sobre áreas rurais elevam os índices de casamento entre os cativos. Dados apresentados por Robert Slenes em sua pesquisa sobre a região de Campinas demonstram que 39,7% dos cativos estavam casados em 1801, 31,4% em 1829 e 39,1% em 1872.<sup>223</sup>

---

<sup>219</sup> Digo qualquer um porque na hora do desespero, até à outros escravos um senhor poderia recorrer para que prendessem seu escravo em fuga, é o que se pode ver no anúncio que segue: *No dia 11 de Abril de 1814 fugio a Joaquim Antonio de Begonha Lobo, morador na rua da Quitanda, n.91, hum escravo João de nação Libollo, de idade de 25 annos para mais, muito ladino, altura ordinário, delgado de perna a proporção do corpo, olhos grandes e muito vivos, que tem huma cicatriz em huma face e alguma falta de cabelo na moleira e he rendido de huma virilha, he official de currador e que também sabe serrar, e de roça. Costuma mudar o nome, e dizer que he forro. Quem delle der noticia tem de prêmio 50\$ réis, e sendo algum cativo, que de conta delle, se lhe dão cinco doblas para ajuda da sua liberdade. N° 63, GRJ, Quarta-feira, 9 de Agosto de 1815. Grifo meu.*

<sup>220</sup> FERREIRA, 2000. op cit. p.147.

<sup>221</sup> Idem, ibidem.

<sup>222</sup> Idem, ibidem.

<sup>223</sup> SLENES, 1999.op. cit. O ano de 1801 in: p.263, o ano de 1829 in: p.264 e o ano de 1872 in: p.265.

O contraste entre uma área rural e uma urbana, pelo que vimos, pôde chegar à mais de 30%, caso comparemos os 6,8% de São José entre 1802 e 1821 com o ano de 1801 em Campinas. Mas estes dados ainda precisam ser peneirados. Separemos os escravos pelo tamanho da unidade produtiva. Em plantéis com menos de 5 cativos 26,2% dos escravos estavam casados em Campinas no ano de 1801, 25,7% em 1829 e 20,5% em 1872. Já em plantéis com mais de 10 escravos, 41,2% dos cativos estavam casados no primeiro ano do oitocentos, 32,4% em 1829 e 42,7% em 1872.

Estes números apontam para um dado importante: o casamento era mais provável para um escravo em um grande plantel. Para um cativo que vivesse em um plantel diminuto o casamento seria bem mais difícil. Sem contar que os números da freguesia urbana trabalhada por Roberto Guedes trazem índices altos para o parentesco cativo nas cidades. Para José Roberto Góes entre 1790 e 1807 o índice de parentesco entre escravos na cidade do Rio de Janeiro não ultrapassa 18%, chegando a cair para 13% no período 1810-1830.<sup>224</sup>

Sobre o parentesco através de casamento, ressalte-se que ao trabalharmos com as uniões sancionadas pela igreja através do matrimônio, acabam ficando de fora as não oficializadas. O que de certa forma torna complicada a comparação entre áreas distantes, pois a motivação à oficialização matrimonial variava entre as diversas regiões e períodos. No entanto, o que buscamos aqui é ratificar um dado enfatizado por recentes pesquisas, que afirmam que:

“Áreas urbanas caracterizavam-se por atividades que não requeriam grandes unidades produtivas. Ao contrário, estas áreas possuíam pequeno número de escravos por proprietário, dificultando os casamentos entre os cativos, uma vez que estes se efetivavam basicamente entre cativos de um mesmo senhor.”<sup>225</sup>

O argumento proposto não trata a falta de parentesco no plantel como um motivo para que escravos urbanos fugissem, mas como a grande maioria daqueles cativos não deixaria parentes para trás numa possível fuga, eles tinham um quinhão a menos a pesar na balança contra ela.

Um anúncio de escravo fugitivo apresenta o ponto de vista de um senhor que viveu na cidade do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX sobre a fuga de escravos:

<sup>224</sup> GÓES, 1998. op.cit. pp.267-268.

<sup>225</sup> FERREIRA, 2000. op cit. p.149.

“No dia 25 do corrente mes [de janeiro de 1830], desapareceu da casa n.16, do beco do Guindaste, hum moleque novo de nação, por nome Francisco, idade de 8 para 9 annos, ha alguma cousa fulla, feições miúdas, levou vestidas calças de riscadinho azul, e camiza de panno de linho, *desconfia-se que fosse furtado, porque elle não teve causa para fugir, e nem sabe as ruas da cidade, quem delle souber queira annunciar, que será bem recompensado.*”<sup>226</sup>

O senhor de Francisco fora pego de surpresa, mas nos deu duas dicas importantes sobre motivos que faziam escravos optar por fugir. Segundo ele, conhecer as ruas da cidade e “ter causa” eram essenciais para que os escravos pudessem fugir, se isto era verdade “conhecer as ruas da cidade” pode não designar apenas a orientação geográfica de um cativo transeunte, mas acima disso, conhecer supostos canais de ajuda mútua onde pudesse esconder-se, alimentar-se, dormir, etc.

Estes conhecimentos dificilmente poderiam ser retirados dos escravos de ganho, já que para o sucesso de sua ocupação, para pagar o jornal diário, ele teria tempo para trabalhar transitando por ruas, praças, praias etc. Fora isso, os pequenos senhores teriam menores condições ainda de tratar seus escravos com severidade, de aplicar “mau cativo” ou castigos injustos, pois estas seriam, certamente, causas em potencial.

Em suma, a fuga era uma instituição utilizada por escravos para reivindicar perante os senhores melhora nas condições de vida e trabalho. Sendo mais um aspecto que aumentava a barganha escrava na cidade.

### 4.3 – Relações pessoais no mundo urbano: o perambular dos escravos urbanos

“Em todas as noites d’espétaculo foi permitido aos quitandeiros de frutas e doces, centarem-se ao arredor dos theatros, e ali commerciareem com quem concorre ao divertimento, e mesmo em noites que espetáculos não haja.

Entretanto os Srs. Guardas Fiscaes, quando querem comer galinha mais gorda, vão prendendo tudo a torto e a direito. Inda no dia 8 [de Agosto de 1830] fomos testemunhas d’esses maus (sic) senhores, que entenderão prender tudo, de sorte que até um pobre preto, talvez escravo d’alguma mulher, para escapar as *garras d’essas águias de nova espécie*, tudo deixou porque menos valia o taboleiro, que a multa que pagaria se o levassem, de cujo

---

<sup>226</sup> Biblioteca Nacional, Seção de obras raras. Jornal do Commercio, N.2, Rio de Janeiro, Segunda-feira, 4 de Janeiro de 1830. Grifo meu.

procedimento, muitos espectadores ficarão indignados, e na verdade, não se dá maior escândalo.”

Um espectador.<sup>227</sup>

O oculto espectador, autor do anúncio acima deve ter chegado em casa indignado para escrever para o Periódico dos Pobres contando tudo que viu naquele dia de inverno de 1830. Talvez não tivesse noção, mas suas palavras foram congeladas no tempo e delas podemos retirar algumas das características da escravidão ao ganho no Rio de Janeiro do século XIX, mas para torná-las mais expressivas vejamos um outro anúncio publicado no jornal O Volantin oito anos antes:

“Anda fugida, desde o dia 15 de Agosto do presente anno 1822 humra escrava por nome Agostinha, crioula, rapariga de idade de 22 annos, altura ordinária, olhos pequenos, e vesgos, com sinaes de seis dedos em cada mão e nos pés, por terem sido cortados em pequena: *consta com certeza*, que anda comprando e vendendo laranjas, e mais quitandas nas praias desta cidade, e as vezes na Praia Grande: Por tanto Roga-se a quem tiver a bondade de a pegar queira metella no Callabouço avizando immediatamente a seu senhor que mora na rua das Marrecas n.11, a fim de pagar, e agradecer a segurança da dita escrava. Previne-se a quem a pegar, que não se fie no que ella disser, porque tudo he para enganar, e fugir das mãos de quem a pegar como já tem feito repetidas vezes.”<sup>228</sup>

Inúmeros viajantes fizeram alusão a escravos localizados em pontos estratégicos: igrejas, praças, no cais, praias, teatros e onde “ocorresse” o público lá estavam eles, uma multidão barulhenta “(...) de pretos e mulatos semi nus que ofereciam os seus serviços com a característica da grande insistência que lhes é peculiar. (...)”, nas palavras do zoólogo Joham Baptiste Von Spix e do médico e botânico bávaro Karl Friedrich Von Martius, como, segundo aludem, foram incomodados pelos ganhadores numa manhã de 15 de julho nos últimos anos da década de 1810 no Paço Imperial.<sup>229</sup> No protesto do camuflado espectador os “pretos quitandeiros” aparecem

<sup>227</sup> Biblioteca Nacional, Seção de obras raras. Periódico dos Pobres, N.52, Rio de Janeiro, 20 de Agosto de 1830. p.3.

<sup>228</sup> Biblioteca Nacional, Seção de obras raras. O Volantin, N. 9, Rio de Janeiro, Quarta-feira, 11 de Setembro de 1822. p.36. Grifo meu.

<sup>229</sup> SPIX, J. B. & MARTIUS C. F. P., *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. Rio de Janeiro, Edições Melhoramentos, 1938. p.45.

vendendo frutas e doces nos arredores dos teatros “em todas as noites de espetáculos e mesmo em dias que estes não houvesse.”<sup>230</sup> Agostinha andava vendendo e comprando laranjas nas praias da cidade.

Ou seja, a natureza de suas ocupações fazia com que os cativos urbanos apregoassem suas mercadorias ou oferecessem seus serviços por locais movimentados, onde houvesse público. Isso faria com que estes escravos aumentassem suas chances de sucesso na labuta diária e conhecessem as ruas da cidade, além de boa parte dos livres, libertos e outros escravos que transitassem por ela.

É claro que os senhores deveriam lançar mão de algumas estratégias para dominar alguma etapa deste tempo de trabalho onde o escravo estava longe de seu controle. Alguns devem ter obrigado seus escravos a trabalharem em lugares fixos onde os outros cativos eram de amigos seus ou até mesmo de parentes. Outros podem ter forçado seus cativos a estarem próximo daquela igreja onde passaria em revista durante a missa das seis, entre outras formas de olhares de terceiros como as próprias autoridades policiais. Mas por mais que se esforçassem, os senhores nunca conseguiriam dominar todas as ações de seu escravo, principalmente daqueles que trabalhavam longe de sua alça de mira.

Certo é que algumas ocupações tornavam este monitoramento muito difícil. Sapateiros deveriam conhecer as pessoas que vendessem os couros por preço mais baixo, e recorrer a mais de um comerciante para adquirir suas parcas ferramentas, colas e outros materiais. Barbeiros ambulantes deveriam ir onde a freguesia se apresentasse, andando de lá para cá com tesouras, giletes e cremes, fazendo contato com diversos clientes. Carregadores seguiriam os passos ordenados por sua freguesia, cantando e suando, conheceriam gente nova quase todo dia. Sendo assim, estes senhores perderiam parte do domínio sobre a vida de seus escravos.

O anúncio da fuga da crioula Agostinha é um exemplo disto, ele apresenta a fugitiva *com certeza* comprando e vendendo laranjas e mais quitandas nas praias do Rio de Janeiro. Anúncios como estes podem ser recuperados aos montes em jornais do século XIX. Em 23 de março de 1816, o senhor do moleque africano Joaquim, Manoel Gomes de Oliveira Couto, acreditava que seu escravo, fugido havia dois meses, estava servindo a espanhóis, porque “He acostumado a alugar-se por liberto e sempre procura cazas de estrangeiros”.<sup>231</sup> Três anos depois, seria a vez do

<sup>230</sup> O título da reclamação publicada no jornal é: *Os pretos de Quitanda*.

<sup>231</sup> Biblioteca Nacional, Seção de obras raras. Gazeta do Rio de Janeiro, N.24, Rio de Janeiro, Sábado, 23 de Março de 1816.

Oficial da secretaria de Negócios do Reino João Carneiro de Camposo anunciar a fuga do seu cozinheiro africano Paulo. Camposo dizia que seu escravo “anda[va] inculcando por livre, afim de ser como tal, [e que devia estar] acomodado em alguma caza ou a bordo de algum Navio”.<sup>232</sup> Em 1820 foi publicado o anúncio do escravo Domingos, Francisco Gomes Sandin, seu senhor, mesmo após dois anos, ainda acreditava na captura do seu cativo. Deve ter tido alguma pista para afirmar que “sabe-se que anda nos arrebaldes dessa cidade, dizem que uza o nome de Estevão”.<sup>233</sup>

Escravos que mudavam o nome quando fugiam, caminhavam pelas cercanias e praias da cidade e eram acostumados a alugar-se por libertos demonstram a possibilidade de ocultar-se numa cidade movimentada e que confundia em seu interior cativos e libertos. Para se ter uma idéia, ainda em 1799 o Rio de Janeiro contava com uma população de forros de 8.812 pessoas, que compunham mais de 20% da população. Outros 34.6%, ou 14.986 eram escravos, enquanto 19.578 ou 45.1% eram livres.<sup>234</sup> Considerando os domicílios,<sup>235</sup> neste mesmo ano foram declarados na cidade do Rio de Janeiro 10.322 fogos para 43.376 habitantes. O que dá uma média de 4,20 habitantes por fogo, 2,75 destes eram livres e libertos, contra apenas 1,45 escravos.

A interpretação refinada de Manolo Florentino sobre o mapeamento populacional do penúltimo ano do século XVIII salienta que os legítimos caucasóides não estariam representados em mais que 5% daqueles tidos como branco na fonte. Assim, os demais 40% livres, seriam pardos e pretos libertos, apenas considerados brancos, já que de ventre livre nasceram.<sup>236</sup> A observação não causa espanto, já que se tratava de uma sociedade onde a cor não designava somente a aparência da tez do indivíduo. Como uma sociedade escravista hierarquizada, o Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX ainda guardava características da sociedade colonial, onde as pessoas não possuíam apenas posições diversas, mas qualidades diferentes. Estas qualidades deveriam estar expressa na cor, que comportaria a condição jurídica de cada um.<sup>237</sup> O interessante é que ao se levar em conta esta idéia e rever as palavras de Von Martius<sup>238</sup> pode-se arriscar que ele e outros viajantes confundiram muitos pretos e pardos livres com escravos, por

<sup>232</sup> Biblioteca Nacional, Seção de obras raras. Gazeta do Rio de Janeiro, N.98, Rio de Janeiro, Quarta-feira, 8 de Dezembro de 1819.

<sup>233</sup> Biblioteca Nacional, Seção de obras raras. Gazeta do Rio de Janeiro, N.44, Rio de Janeiro, Quarta-feira, 31 de Maio de 1820.

<sup>234</sup> Ver Cap.I, Tabela 12.

<sup>235</sup> Para esta amostragem utilizo os dados apresentados em LIMA, 1997. p.199.

<sup>236</sup> FLORENTINO, Topoi V, Setembro de 2002. op.cit. p.12.

<sup>237</sup> Ver: FÁRIA, 2004. op.cit. “Cor e condição social no período escravista.” pp.61-74.

<sup>238</sup> SPIX e MARTIUS, 1938. op.cit. p.45.

isso incomodavam-se tanto com a multidão de pele escura com quem topava pelas ruas, muitos deles ainda trabalhando em atividades comerciais.

Observando os escravos no terceiro quartel do oitocentos, Perdigão Malheiro escreveu a famosa frase sobre os escravos urbanos: “Nas cidades já se encontram escravos tão bem vestidos e *calçados* que ninguém o dirá que são. (...)”.<sup>239</sup>

Chalhoub chama atenção para isto em seu trabalho.<sup>240</sup> Segundo ele, por volta de 1865 a população escrava teria se reduzido em relação a metade do século, ao passo que o aumento no número de libertos na cidade dificultaria a identificação de pretos como escravos. Neste período eles poderiam se camuflar no meio dos libertos.<sup>241</sup> De qualquer forma os anúncios aqui selecionados evidenciam que já existiam escravos que passavam por livres nas décadas iniciais do século XIX, como o africano Joaquim, escravo de Manoel Gomes de Oliveira Couto em 1816<sup>242</sup> e Paulo, escravo de João Carneiro de Camposo em 1819.<sup>243</sup>

Mas os anúncios têm mais a nos dizer: o escravo que fugiu dos Senhores Guardas Fiscaes que queriam comer galinha mais gorda, teve sorte por não ser pego, na certa sua dona, *talvez uma pobre mulher*, pagaria uma multa alta, além de perder seu quitandeiro por alguns dias, como ocorreu com Theodora Eufrásia de Jesus em 1800. Sua única escrava, a “preta mina velha do nome Thomasia” foi presa pelo juiz do ofício dos sapateiros por ter sido encontrada vendendo sapatos pelas ruas do Rio de Janeiro sem licença da Câmara e colocada em um depósito, além de ter tido apreendido os três pares de sapatos que carregava.<sup>244</sup> De qualquer jeito, *as águias de nova espécie* também levaram as frutas e doces que o pobre escravo carregava na sua quitanda.

Já Agostinha, fugida há quase um mês, precisava se sustentar, a rapariga de olhos pequenos colocava em prática a destreza que, quiçá, tenha sido seu próprio senhor que lhe ensinara. Como sabia lidar com dinheiro, sobrevivia de comprar e vender frutas e mais quitandas nas praias da cidade. Mas seu dono conhecia sua esperteza, no anúncio, arrumou espaço para

---

<sup>239</sup> MALHEIRO, Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social*. Petrópolis, Vozes/INL, 1976. 2v. Vol.II, pp. 95-96. Digo famosa por que ela fora citada, pelo menos em dois trabalhos recentes. FERREIRA, 2000. op cit. p.116, e CHALHOUB, 1990. p.212.

<sup>240</sup> CHALHOUB, 1990. op. cit. ver a discussão no capítulo III. pp.212-233.

<sup>241</sup> Idem. pp.214-215.

<sup>242</sup> Biblioteca Nacional, Seção de obras raras. Gazeta do Rio de Janeiro, N.24, Rio de Janeiro, Sábado, 23 de Março de 1816.

<sup>243</sup> Biblioteca Nacional, Seção de obras raras. Gazeta do Rio de Janeiro, N.98, Rio de Janeiro, Quarta-feira, 8 de Dezembro de 1819.

<sup>244</sup> AGCRJ. Códice. 6-1-23, Documentos sobre escravidão.

suplicar a quem a pegasse: *não (...) fie no que ella disser, porque tudo he para enganar, e fugir das mãos de quem a pegar como já tem feito repetidas vezes.*

Provavelmente a quitandeira já fugira em outras ocasiões, talvez tivesse uma história de “maus tratamentos inaceitáveis” como a de Izabel, e quem a pegava expressava sua bondade duas vezes, uma atendendo ao pedido do senhor das ruas das Marrecas, outra não entregando a crioula quitandeira.

Hipóteses a parte não há como saber quem diz a verdade nessa história. O que chama atenção nela é que o mundo urbano abria espaço para os escravos colocarem em prática uma convivência longe do domínio do senhor, quando podiam tecer alianças com pessoas desconhecidas por ele. Estes escravos poderiam inserir-se em redes de amparo e ajuda mútua que seriam acionadas em diversas ocasiões. Numa possível fuga, como a de Agostinha, podia ter de quem comprar e para quem vender frutas, doces e quinquilharias, um local para dormir, uma nova vida para viver, tudo isso sem o acordo do senhor.

Chalhoub cita um processo que representa com clareza o que acabamos de afirmar. No final da década de 1870, Serafim seria colocado no Pacote Espírito Santo, quando deixaria para trás sua vida numa fazenda de cana ao lado de seu antigo senhor, João Manoel d’Almeida em Maceió, província de Alagoas. O Preto Mina contava com mais ou menos 40 anos de idade e não deixaria família na província nordestina. Em junho de 1885, Serafim já estava no Rio de Janeiro, mais precisamente estava sendo interrogado e, após uma história de fugas e brigas por onde passou, trabalhava e morava numa fazenda de café na Comarca de Leopoldina, interior de Minas Gerais. Seu novo senhor era Domingos Pedro Rubem.<sup>245</sup>

Por algum motivo, Serafim não concordou mais em trabalhar naquela fazenda e resolveu ganhar o mundo a pé, caminhando passou mais de um ano de fazenda a fazenda, de mato a mato, recebendo a ajuda de várias pessoas, quando devia contar sua história e a vontade de alcançar o Rio de Janeiro. A fuga como foi contada pelo cativo, mais se parece com uma odisséia onde fica marcada a destreza de um escravo ao acionar redes de amparo se relacionando até mesmo com estranhos que comprassem sua causa, ajudando-o a fugir. Foi assim que Serafim:

“(...) veio até esta Corte, a pé pousando ora numa ora noutra fazenda, com os escravos, ora no mato; que nas fazendas onde pousava [com] seus conhecidos e até desconhecidos, como ele,

<sup>245</sup> CHALHOUB, 1990. op.cit. pp 59-65.

escravos, davam-lhe mantimentos e continuando seu caminho com eles [os mantimentos] se sustentava (...)”.<sup>246</sup>

A história deste escravo demonstra, pelo menos, dois fatos importantes: um, o já citado relacionamento com pessoas desconhecidas pelo senhor que os escravos poderiam tecer e um dia ter com quem contar para colocar em prática, projetos seus, sem o acordo do senhor. O de Serafim, neste caso, era fugir; Outro, não nos deixa míopes ao avaliar as condições dos cativos urbanos para tais empreitadas. Os rurais, como Amaro, também poderiam fazê-lo, ainda que os urbanos pudessem dispor de uma rede mais ampla de cativos e livres para fazer contato pela forma de seu trabalho nas ruas.

No ambiente urbano existia espaço para a escrava Izabel articular um plano contra seu senhor, colocá-lo na justiça, arrumar um comprador, mas no seu caso não para deixar de ser escrava, mas sim deixar *aquela* cativo, que julgava injusto. Para isso, foi necessário tecer algum tipo de relação com seu curador, ou alguém que a apresentou a ele, tudo isso fora do ambiente senhorial.

Nas ruas não seria difícil para os escravos formarem alianças com outros cativos. Em conversas, muitas vezes devem ter comparado seus cativos, seus senhores e a vida que levavam. Assim devem ter agido os escravos da rua da Glória, do Lavradio e do Alecrim, para que um dia, virassem para seus senhores e falassem: *me vende vai, eu não quero mais lhe servir*.<sup>247</sup> Infelizmente o que conhecemos sobre os agentes envolvidos nestes casos começa e termina nestes anúncios. Nem é possível interarmos-nos a fundo sobre o motivo das vendas, ou melhor, o que levou aqueles escravos à não aceitarem mais servir seus senhores. O importante nestes casos é relatarmos que os escravos conseguiam fazer valer suas vontades<sup>248</sup>, negociando com o senhor.

---

<sup>246</sup> Serafim, réu; processo criminal, nº 1077, maço 153, galeria C, 1884, AN. Apud. CHALHOUB, 1990. op.cit. p.64.

<sup>247</sup> Biblioteca Nacional, Seção de obras raras. O Volantin, N. 34. Rio de Janeiro, Quinta-feira, 10 de Outubro de 1822, Biblioteca Nacional, Seção de obras raras. Jornal do Commercio, N.78, Rio de Janeiro, Sábado, 5 de Janeiro de 1828, Biblioteca Nacional, Seção de obras raras. Jornal do Commercio, N.108, Rio de Janeiro, Terça-feira, 13 de Janeiro de 1829.

<sup>248</sup> O momento da venda também é visto por historiadores como um “local” onde os escravos tentavam expressar suas vontades. Seguimos aqui os passos de Sidney Chalhoub. “(...) havia maneiras mais ou menos estabelecidas de os cativos manifestarem sua opinião no momento decisivo da venda.(...)” CHALHOUB, 1990. op. cit. p.27.

Conde da Ponte, governador da Bahia a partir de 14 de dezembro de 1805, demonstrou que as práticas relatadas acima eram comuns entre os escravos de ganho de Salvador. Com carta endereçada a Lisboa no início do oitocentos ele assegurava que quando tomou posse:

“os escravos desta cidade não tinham qualquer obrigação imposta por ordem ou determinação do Governo. Eles se reuniam onde e quando desejavam, dançavam, tocavam batuques ensurdecedores em toda a cidade e a qualquer hora; nas festas campestres, eles sozinhos se tornavam os mestres do local, interrompendo qualquer outra função ou canto; detestavam os seus senhores que os oprimiam e até os ameaçavam de morte; reuniam-se em casebres, onde escondiam jovens escravas das quais usavam impunemente. A escravidão consistia geralmente em empregar seus serviços durante o dia; à noite tinham plena liberdade; para retribuir a seus senhores com 8 e até 12 vinténs, buscando livremente o meio de ganhá-los; (...)”<sup>249</sup>

Pelo menos uma parte do que afirmou o governador, a situação não teria mudado muito trinta anos depois. A revolta Male, na Bahia de 1835, o contradiz, seus líderes eram cativos urbanos que se reuniam em casa de libertos, conversavam, traçavam planos de ajuda mútua, comparavam a vida que levavam, comparavam seus senhores e se organizavam para juntar dinheiro para suas liberdades. É o que se pode ler nos autos dos processos avaliados por João José Reis.

No dia 11 de fevereiro de 1835, Pacífico Licutam, escravo de Antonio Pinto de Mesquita Varella, foi interrogado. Perguntado sobre as conversas que levava com outros escravos que iam visitá-lo, seja na casa de seu senhor ou agora na cadeia, Licutan assegurou que “os negros seus parentes somente se queixavam do mau cativo, e ele respondente os aconselhava que sofressem porque ele também sofria mau cativo”.<sup>250</sup>

Corroborando o que acabamos de expor, em meados da década de 1840 perambulava pelas ruas do Rio de Janeiro um tal Miguel Moçambique, vendendo chapéu de palha e trabalhando como cabouqueiro, o escravo arrecadava o suficiente para pagar seu jornal diário, o de sua amásia Justina Mina, além de pagar dívidas da preta Mina e comprar para ela cortes de vestido. O processo criminal citado por Luis Carlos Soares demonstra que estes escravos de

<sup>249</sup> PETRAUSKAS, 1987. op.cit.pp.49-51.

<sup>250</sup> REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. (Edição revista e ampliada). São Paulo: Companhia das Índias. p.290.

ganho levaram sua vida com algum espaço livre onde podiam trabalhar, namorar, contrair dívidas e até pegar dinheiro emprestado.<sup>251</sup>

O espaço de tempo longe da alçada senhorial era utilizado por muitos escravos não só para trabalhar, mas para colocar em prática, estratégias de sobrevivência bem ou mal articuladas dependendo da habilidade e da capacidade de cada um. A preta Mina parecia ter sucesso, mas um certo dia, sabendo das “velhacarias” aprontadas pela escrava, Miguel não conversou, esfaqueou-a até a morte. Em seu depoimento deixou o seguinte relato após ser perguntado pelo motivo do crime:

“Respondeu que tendo ele como já disse amizade ilícita com a dita preta com quem *gastava todo seu dinheiro*, veio a saber que ela era-lhe traiçoeira e sabia suas velhacarias com outras pessoas, e isso até mesmo na ilha das cobras, aonde todos os dias ia a dita preta falar com ele respondente, e pedir-lhe dinheiro para pagar os seus jornais, e as quitandas de sua Senhora, a fim de que não fosse castigada como algumas vezes anteriormente havia acontecido, e que ele respondente para evitar esse castigo sempre lhe deu o dinheiro que ela pedia, assim como *pagou por ela algumas dívidas de dinheiro* que ela pedia emprestado a algumas pessoas que trabalhavam na ilha *dando-lhe além disto tudo quanto ela pedia para seu vestuário, até cortes de vestidos*; e por que viesse a saber que ela estava metida com um soldado que até alugou uma casa na mesma Ilha das Cobras aonde a tinha sempre que queria (...) e tendo-se ele verificado desta traição, e não querendo ela deixá-lo, antes continuando a procurá-lo, e pedir-lhe dinheiro, por isso ele zangando lhe deu as facadas que já descreveu (...)”<sup>252</sup>

O trecho é rico em detalhes, então vamos entender melhor o que disse Miguel. O que temos, é um escravo de ganho que consegue pagar seus jornais diários e ainda lhe sobra dinheiro para socorrer a amásia, que por sua vez, devia dinheiro que pegava emprestado, mal conseguia pagar o jornal que devia dar a sua senhora e ainda comprava roupas para seu vestuário. Pode-se argumentar que Miguel teria mentido em seu depoimento. Teria ele, ou quem sabe seu curador, inventando a história dos excessivos gastos de dinheiro com Justina para justificar sua ira assassina. Mas se em um depoimento policial, componentes daquela sociedade ouviram o escravo e anotaram suas palavras, esta ação social não era estranha a ela. Mesmo sendo inventada, seu criador procuraria algo possível.

<sup>251</sup> Apelação criminal, 1843, caixa 3678. nº 1140, ANRJ. Apud: SOARES, mar.88/ago.88. op. cit. pp.134-135.

<sup>252</sup> Idem, ibidem. Grifo meu.

O espaço livre que Justina dispunha ao vender suas quitandas pela cidade a fez descortinar relações pessoais com outros agentes sociais que não os previstos por sua “cruel” senhora. Em tais relações inseria-se Miguel, o escravo de ganho que “gastava todo seu dinheiro” com a amásia. Mas não era só ele, talvez até as tais “velhacarias” que Miguel citou no processo, faziam parte de estratégias que Justina colocava em prática para aumentar sua rede de aliança partindo até para “outros mundos”, que não só o dos escravos. É aí que entra o tal soldado que teria deixado furioso Miguel Moçambique.

Uma outra informação interessante que podemos retirar do depoimento de Moçambique é que a quitandeira “pedia dinheiro emprestado a algumas pessoas que trabalhavam na ilha [das cobras]”. Ora, trabalhar ao ganho pode ter sido uma garantia de pequeno crédito àqueles escravos. Quando foi pedir dinheiro emprestado a pessoas da ilha, provavelmente Justina não levou sua senhora como fiadora, Miguel pode até ter ajudado, mas sua quitanda e trabalhar ao ganho deve ter sido essencial.

Assim, estar ao ganho nas ruas não apenas colocavam os escravos em posição compatível com alianças extra-senhor, mas o produto disto é que estes escravos viveriam parte de suas vidas fora da alça de mira de seus donos. Onde poderiam traçar planos próprios de vida, e de desejos futuros. Uma vez com vontades próprias que se chocassem com o que esperavam os seus senhores, estariam abertas contendas onde cada parte utilizaria suas armas no processo de negociação.

A seguir, apontamos para o produto desta realidade, onde observamos como seria a relação entre senhores e escravos de acordo com cada realidade, observando o poder, a fraqueza e os passos de cada parte. Escravos que acumulavam conhecimentos que os deixara aptos a barganhar com seus senhores, e senhores que imporiam suas regras a partir de estratégias particulares.

#### **4.4 – Uma via de mão dupla**

Jacob Gorender, que observou a alforria apenas sob a perspectiva dos senhores, alegou que:

“(…) Para os negros (e negras) de ganho, dotados de liberdade de locomoção e isentos de estrita vigilância, a expectativa da

emancipação funcionava como inibição às fugas e incentivo a produtividade”.<sup>253</sup>

Isso porque para ele, “a expectativa da liberdade *condicionou* o comportamento do escravo beneficiado”.<sup>254</sup> Ou seja, ele observava a questão apenas pelo prisma senhorial.

Nossa proposta age na contramão da de Gorender, nela observamos que não apenas os senhores teriam cartas na manga para fazer valer suas vontades contra a de seus escravos. Era a escravidão uma via de mão dupla, e os escravos possuíam algumas cartas para barganhar com seus proprietários. Sendo assim iniciamos este tópico com uma visão mais condizente com o escravo que apresentamos neste trabalho, tal como as de Manolo Florentino e Sheila Faria, Florentino afirma que:

“A noção de liberdade manejada pelos escravos confundia-se com a possibilidade de, em graus diversos, dispor de si. Sem nenhuma garantia de êxito, a grande maioria buscava dispor de si no dia-a-dia, na lida impetuosa ou manemolente, associando a ‘liberdade’ a pequenas conquistas tendentes a alargar sua autonomia *na* escravidão. Tem razão os historiadores que, longe de absolutizar a resistência, nela descobrem sentidos múltiplos, alguns apenas reivindicativos, outros claramente absorvíveis. (...)”<sup>255</sup>

De acordo com Sheila Faria:

“(...) O negro escravizado não teria sido passivo, nem, muito menos, massacrado pelo engenho perverso da escravidão. Mesmo como escravos, criaram e recriaram laços culturais próprios, inúmeros deles herdados de suas raízes africanas. Desta forma, a escravidão (...) [foi] um sistema socialmente coercitivo, mas em que eram passíveis adequações, resistências, acomodações e barganhas (...)”<sup>256</sup>

<sup>253</sup> GORENDER, 1985. op.cit. p.357.

<sup>254</sup> Idem. p.356.

<sup>255</sup> FLORENTINO, Topoi V, 2002. op.cit, p.14.

<sup>256</sup> FARIA, 2004. op.cit. pp.23-24.

Os lucros que os escravos de ganho forneciam aos senhores poderiam deixar proprietários menos aptos a aplicar o chamado “mau cativo”. Penas deveriam ser pensadas e articuladas. Açoite deveria ser empregado somente com a culpa reconhecida pelo escravo, e até o perdão de algumas faltas, e uma maior liberdade para estes escravos resolverem assuntos próprios, poderiam ser colocadas em cena, trazendo os escravos para o lado do senhor. Neste sentido, principalmente os pequenos senhores teriam que refinar a negociação e a forma de tratar seus escravos.

O que acabamos de apontar colocam nossos argumentos em rota de colisão com as palavras de José Roberto Góes. Indagando sobre os pequenos escravistas, Góes levantou uma importante discussão:

“(…) Possivelmente, eles [os pequenos senhores] tendiam a ser mais severos na observância dos direitos que julgavam ter sobre os cativos (...) [isso, porque] muito mais ameaçador e custoso é ao pequeno escravista qualquer margem de autonomia escrava. Se hipóteses como essas se comprovassem mediante uma análise quantitativa de fontes, poderíamos calcular, por exemplo, o impacto de um domingo livre no orçamento de um pobretão dono de escravos (...)”.<sup>257</sup>

Tentemos captar em que sentido age o pensamento de Góes: o cálculo acima pende para o lado econômico. Nele um *pobretão* teria menos razões para dar autonomia a seus escravos – um domingo livre, por exemplo – pois como eram extremamente dependentes do ganho destes, tal perda seria impactante nas contas daquele fogo.

Um destes fogos pode ser o que vivia o escravo Alexandre em 1860. Alexandre pagava 640 réis de jornal diário, assim, em 30 dias, o escravo de ganho renderia 19\$200 réis caso trabalhasse todos os dias conseguindo completar o jornal diário cotidianamente.<sup>258</sup> Bem, pouco mais de 19\$000 réis seria tudo o que José Antonio Peixoto, senhor de Alexandre, teria para sustentar a si próprio e família. Abrindo mão dos quatro domingos que teria o mês, sofreria uma queda de 13,3% em seus rendimentos, ou seja, ficaria com 16\$640. Sendo assim, em um ano Peixoto deixaria de ganhar 30\$720 réis. Em pouco mais de dois anos esta soma seria maior que o bem mais valioso – retirando o escravo – que o escravista adquiriu ao longo da vida, um aparelho de jantar de prata para seis pessoas no valor de 64\$800.

<sup>257</sup> GÓES, 1998. op.cit. pp.155-156.

<sup>258</sup> Inventário *Post-mortem*, ANRJ, José Antonio Peixoto, 1860.

Em um fogo que faltava dinheiro, como afirmou a inventariante, a perda realmente seria grande.<sup>259</sup> Multipliquemos então Alexandre por 10, em um plantel com 10 escravos pagando diariamente 640 réis, a soma total em 30 dias seria de 192\$000. Excetuando os domingos, ao senhor deste fictício plantel restaria 166\$400 réis por mês. Proporcionalmente, a perda seria a mesma, de 13,3%. A diferença é que enquanto no primeiro caso, com apenas um escravo o senhor levaria 4 dias para somar 2\$560 réis, no segundo, com dez, apenas quatro escravos em um dia pagariam este valor. 10 escravos em 4 dias pagariam 25\$600 réis, algo que Peixoto levaria bem mais de um mês para receber. Em certo sentido o argumento proposto por José Roberto Góes está correto, o domingo livre para um escravo de um “pobretão” teria mais impacto no seu orçamento do que entre escravistas mais abastados.

Logo, esta hipótese não é problemática. Mas apenas em tese, pois ela se torna problemática quando Góes atribui maior severidade aos pequenos escravistas na observância dos direitos que acreditavam possuir sobre seus escravos pelo custo econômico de qualquer autonomia que concedessem a seus cativos.<sup>260</sup>

Roberto Guedes já comentou as palavras de Góes, para ele o autor “tem razão, até certo ponto”, mas, caso se extreme esta perspectiva “afirmar-se-á que em áreas urbanas os escravos teriam menores margens de autonomia, uma vez que, nelas, as pequenas escravarias eram predominantes, se comparadas às rurais, o que efetivamente não creio que seja o caso.”<sup>261</sup> Mais adiante Guedes continua: “a relativa perda do controle senhorial sobre o trabalho cativo ocorria mesmo entre os que só tinham um escravo”.<sup>262</sup> Ou seja, “a mobilidade dos cativos nas cidades independia do tamanho da escravaria e, em grande parte, ela era ocasionada pelas suas ocupações.”<sup>263</sup> Sendo assim, o trabalho exercido pelos escravos nas cidades deixaria os senhores de mãos atadas contra uma menor mobilidade de seus escravos. Desta forma, Roberto Guedes, apesar de não discordar inteiramente de Góes, apresenta uma nova abordagem para o caso, antes de proibir qualquer espaço de autonomia a seus cativos, o senhor urbano não poderia negar uma das características básicas da ocupação exercida pelos seus cativos, dispor de parte do seu dia

---

<sup>259</sup> Idem.

<sup>260</sup> GÓES, 1998. op.cit. pp.155-156.

<sup>261</sup> FERREIRA, 2000. op.cit. p.119.

<sup>262</sup> Idem, p.121.

<sup>263</sup> Idem, ibidem.

para completar o jornal diário.<sup>264</sup> Pois, quanto mais imóvel menor poderia ser o jornal pago, o que, com certeza não era o desejo dos senhores.

Mas acredito que podemos colocar mais tempero nesta discussão. O cálculo que fizemos com o escravo Alexandre de certa forma validou as palavras de Góes. Mas será que os senhores o faziam desta forma? Aí está o “X” da questão. O que seria mais custoso ao pequeno senhor, tolher a autonomia de seu escravo, ou deixar de incentivá-lo com ela?

Para Hebe Mattos, o “segredo do código paternalista de domínio escravista estava no poder senhorial de transformar em concessão qualquer ampliação do espaço de autonomia do cativo. (...)”.<sup>265</sup> Ou seja, perceber o escravo como agente ativo do sistema escravista não deve nos levar a exageros, muitas de suas conquistas andaram ao lado de instrumentos de dominação senhorial. Mas nem por isso deixaram de ser conquistas. Talvez, muitos senhores anteciparam-se a escravos que criaram pressões insustentáveis por mais espaços no cativo, tomando as rédeas da situação em seu poder.

É esta a visão do sistema escravista proposta por Frank D. Lewis, tendo por base as idéias desenvolvidas por Ronald Findlay:

“(...) Given this interpretation, the relationship between slave and owner might be described as one of principal and agent. The owner, as principal, is trying to induce the slave, as agent, to act in the owner’s interest. Ronald Findlay, who was the first to approach slavery in this way formally, argued that it was in the owner’s interest to combine positive incentives with physical force or threats of force to increase his slaves’ effort. (...)”.<sup>266</sup>

Assim, para aumentar a produtividade dos seus escravos, os proprietários combinavam incentivos positivos com a força física ou a ameaça dela. Neste sentido, Findlay, alia poder coercitivo com incentivos.

<sup>264</sup> Roberto Guedes deduz que “(...) mesmo nas cidades, escravos estariam sob *severa disciplina* quando trabalhassem junto a seus senhores, isto é, diante da presença física destes, aqueles teriam seus espaços de autonomia reduzidos. A proximidade, ao que parece, seria física e de *categoria*.” Ou seja, para Guedes, a questão estaria realmente no exercício do trabalho, ele concorda com Góes no que tange aos cativos que trabalhavam ao lado do senhor. FERREIRA, 2000. op.cit. p.118.

<sup>265</sup> CASTRO, Hebe Mattos de. *Laços de família e direitos no final da escravidão*. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de, org., História da vida privada no Brasil. Império: a Corte e a modernidade nacional, São Paulo, Companhia das Letras, 1997. p.354.

<sup>266</sup> LEWIS, Frank D. *The Transition from Slavery to Freedom through Manumission: A Life-Cycle Approach Applied to the United States and Guadeloupe*. In: Slavery in the Development of the Americas. Edited by David Eltis and others. Cambridge University Press. 2004. p.154.

Incentivos positivos pode ter sido o que levou as escravas Cristina e suas filhas a tomarem parte numa “briga encarniçada entre herdeiros”, como define Chalhoub.<sup>267</sup> Por volta de 1862, após a morte da senhora de Cristina, Dona Rosa Rita dos Reis, a escrava apresentava em juízo as razões pelo qual acreditava que devia ficar com um dos herdeiros:

“Diz Cristina, de nação Rebola, que foi escrava da finada Dona Rosa dos Reis, cujo inventariante e herdeiro Albino José dos Reis, grato a serviços prestados pela suplicante à sua finada irmã, e a toda a família, e por anos de criação, lhe concedeu liberdade, obrigando-se a tomar em seu quinhão na herança o valor de ambos [*sic*], e somente com a condição de o servir a si e a sua mulher enquanto vivos. A suplicante sempre serviu e tem servido não só ao finado Albino José dos Reis, em sua vida, como a toda a sua família até hoje, e sempre também tem sido tratada com sua dita filha, e outra de nome Josina, que teve posteriormente, como pessoas livres, praticando fatos de plena liberdade, como seja viver só e em separado do senhor ou senhora alguma, quando a viúva de Albino José dos Reis dispensa seus serviços, e vindo ao serviço desta, quando ela precisa, e sem que, há mais de sete anos, pague jornal ou dê contas de sua vida a pessoa alguma; (...)”<sup>268</sup>

Separámos os argumentos de Cristina e de seu curador em duas partes. Na primeira, acima, ficamos sabendo que quando do falecimento de Dona Rosa, Cristina e seus rebentos passaram a servir o inventariante e herdeiro Albino José dos Reis. Está intrínseco no documento um acordo entre Albino e as escravas. Ele garantiria, condicionalmente, a liberdade se estas aceitassem “servir a si e a sua mulher enquanto vivos”, para isso dava em troca mais que um quinhão de sua herança no valor das escravas, tratava-as – quando eram dispensadas de seus serviços – “como pessoas livres”, pois deixava as escravas praticarem “fatos de plena liberdade, como seja viver só e em separado do senhor ou senhora alguma”, não precisando pagar jornal ou dar conta de suas vidas a ninguém.

A segunda parte do relato visa confirmar a primeira, e atesta que a suplicante não só escolhera um lado, mas também foi escolhida por ele...

“(...) Havendo porém graves rixas entre os herdeiras de sua finada senhora Dona Rita Rosa dos Reis; teme a Suplicante que se lhe faça alguma violência por parte de alguém, em menosprezo do

<sup>267</sup> CHALHOUB, op.cit. 1990. p.110.

<sup>268</sup> Cristina (de nação rebola) e suas duas filhas Emilia e Josina, por seu curador; execução, nº 3838, maço 856, galeria A, AN. Apud. CHALHOUB, 1990, p.110.

estado de liberdade, em que há tantos anos se acha a mesma Suplicante com suas duas filhas, e não possa então defender-se da escravidão, a que a queiram reduzir. Acresce que é público e notório que sua dita senhora tinha feito testamento, em que dava a liberdade à Suplicante, o qual fora subtraído por herdeiros, e como quaisquer que sejam as rixas entre os herdeiros tudo é indiferente à Suplicante, e se reduz à indenização de uns para com os outros, pois que o quinhão pertencente na herança a seu libertador Albino José dos Reis é muito excedente a seu valor, e mesmo pelo favor que merece a liberdade. Requer que, nomeado curador às suas filhas e pupilas, e justificado quando baste se lhe passe mandado de manutenção em suas liberdades com a obrigação somente de servirem à viúva de Albino José dos Reis, enquanto viva.”<sup>269</sup>

... como adverte a aguçada interpretação de Chalhoub sobre as palavras do curador:

“(...) A primeira tentação de um leitor atento é ponderar que o caso era essencialmente uma briga entre herdeiros, sendo que Cristina e suas filhas eram apenas parte de um butim de guerra entre proprietários. Essa interpretação é reforçada pela constatação de que as partes em conflito usam estratégias diferentes, porém desejam garantir para si os serviços das negras ou pelo menos sua inclusão no espólio a ser dividido no inventário de d. Rita, Albino Reis, o herdeiro que passou a carta de liberdade a Cristina, teve o cuidado de estabelecer que a preta devia ‘servir a si e a sua mulher enquanto vivos’. Tudo indica, portanto, que o que está em questão é apenas a posse da escrava Cristina e de suas filhas, *sendo que a alforria da negra parece apenas a melhor estratégia concebida por uma das partes para conseguir seu objetivo.*”<sup>270</sup>

Esta última frase exemplifica nossa hipótese. A estratégia de Albino era a melhor porque levava em conta não somente a sua vontade de usufruir das escravas, mas comportava também os próprios desejos delas. Ou seja, o escravista colocava em prática uma política de incentivos para trazer Cristina para seu lado, negociou com ela e por isso ficaram lado-a-lado no processo. Mais um caso ilumina o nosso caminho.

Morando no Brasil em meados do século XIX, Charlhes Expilly teve tempo para observar o trabalho das negras de tabuleiro. Talvez impressionado com a beleza e astúcia da preta mina Manuela, o escreveu:

---

<sup>269</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>270</sup> CHALHOUB, 1990, *op.cit.* p.111. Grifo meu.

“A quinta do sr. Madrinhão possuía um pomar, onde bananas, laranjas, cajás, pitangas, abacaxis, figos, etc. cresciam em abundância. Confiavam um tabuleiro a Manuela [escrava], e todas as manhãs ela ia à cidade carregada das frutas da quinta. O feitor fixava um preço para a perfumada mercadoria. *Desde que a soma estipulada fosse regularmente entregue todas as noites, Manuela ficava livre todo o tempo restante, e ainda poderia guardar para si o excedente da receita. (...) Foi a partir dessa época que o seu pescoço, as suas orelhas, os seus dedos se cobriam de colares, brincos e anéis. (...)*<sup>271</sup>.

A história demarca a relação de trabalho entre uma escrava urbana e o senhor – neste caso na figura do feitor – que incentiva a segunda a pagar religiosamente o jornal diário. Caso completasse a quantia Manuela receberia em troca um quinhão de liberdade, além de poder ficar com tudo o que sobrasse.

Parece-me que cada vez mais ficam evidentes as referências que estamos dando à relação senhor-escravo em áreas urbanas, nas cidades onde a escravidão levou um grande contingente de cativos às ruas e estes dispuseram de parte de seu tempo enquanto trabalhavam, o poder senhorial se misturava e em parte dissolvia-se na autonomia que estes escravos poderiam abocanhar. Mas isso não significa que estes senhores estivessem perdendo o poder sobre seus cativos. Eles estavam adaptando-se à conjectura urbana.

Como escreveu Perdigão Malheiro na década de 1860:

“(...) a muitos [escravos] permitem os senhores que *vivam sobre si*, com a obrigação apenas de darem um certo salário ou jornal, o restante é pecúlio dos escravos, que assim lucram, e vivem quase que isentos da sujeição dominical, quase livres”.<sup>272</sup>

O assustado jurista não assistia apenas o perambular de escravos “quase livres” pelas ruas da Corte, ele via passar muitos escravos de ganho que obtinham de seus senhores o incentivo da liberdade dominical, tendo “apenas” a exigência do pagamento de jornal. Este era o caso do pedreiro Jerônimo envolvido em processo por furto na mesma década em que a pena de Malheiro escrevia as palavras acima. Chalhoub nos conta que o escravo:

<sup>271</sup> EXPILLY, Charles. *Mulheres e Costumes do Brasil*. 2<sup>a</sup>. ed., São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL. 1977. pp. 81-82.

<sup>272</sup> MALHEIRO, 1976. 2v. Vol.II, op.cit., p.96.

“(...) parecia gozar de certa autonomia para negociar salários e condições de trabalho com as pessoas interessadas em seus serviços de pedreiro; *ele precisava apenas cumprir a obrigação ‘de dar a sua senhora 1500 réis por dia, quantia esta que unicamente lhe é exigida por sua senhora (...)’*.”<sup>273</sup>

Como Jerônimo era um bom pedreiro, ele conseguia ganhar entre 2000 e 2500 réis por dia, o escravo ainda teria “condições de juntar algum pecúlio com o que conseguia ganhar a mais do que o exigido por d. Libânia [sua proprietária]”. Sem contar que no acordo que fez com sua proprietária, Jerônimo tinha os domingos livres, nos quais ele sempre “trabalhava para si”.<sup>274</sup>

Podemos agora responder a questão levantada a partir das palavras de José Góes. Mesmo perdendo muito proporcionalmente, pode-se afirmar que os donos de poucos escravos da área urbana teriam menos a ganhar se não se antecipassem aos seus cativos e tomassem as rédeas na concessão da autonomia, utilizando-a como incentivo. Foi por isso que D. Libânia pôde cobrar um jornal alto ao pedreiro Jerônimo, sua margem de autonomia lhe garantia alcançar tais ganhos e mesmo se estes escasseassem em períodos de baixa, seus domingos livres poderiam lhe render um pecúlio que garantiria o pagamento do jornal.

Pode-se argumentar que nem todos os escravos urbanos dispunham de seu tempo, conquistaram autonomia e puderam barganhar com seus senhores. Estaríamos, assim, esquecendo da enorme quantidade de escravos domésticos e daqueles que trabalhavam junto a seus senhores, ou seja, nossa hipótese valeria apenas para uma certa quantidade dos escravos, não para todos, quiçá, para uma minoria dos cativos urbanos.

Pois bem, a escrava Izabel vivia junto a seu senhor, e mesmo assim tascou-lhe aquela ação cível de liberdade.<sup>275</sup> O escravo Jerônimo era amigo de Maria Felisberta, a escrava doméstica de Joaquim José de Souza Breves. Felisberta teria sido persuadida pelo pedreiro para arrancar dinheiro da carteira de seu rico senhor.<sup>276</sup> Lembremos que ela era uma escrava doméstica, e isso não a impediu de conviver e ser amiga de um ganhador de um outro plantel.

Chamamos atenção para a diferença existente entre um escravo doméstico do agro para outro de uma área urbana. E na própria urbe, existiria diferença entre um cativo urbano de um pequeno senhor, para outro com maiores recursos.

<sup>273</sup> CHALHOUB, 1990, op.cit. p.218. Grifo meu.

<sup>274</sup> Idem, ibidem.

<sup>275</sup> ANRJ, Apelação Cível, Cx 3683, n° 4975. Izabel, 1852.

<sup>276</sup> Jerônimo, réu; processo criminal, caixa 3669, apelação n° 6930, 1869, AN. Apud. CHALHOUB, 1990. pp.216-219.

No sabado dia 12 de janeiro de 1828, um oculo senhor anunciava a quem “quizer alugar huma preta de Nação que sabe cozinhar o ordinário de huma caza, lavar e engomar bem, serve muito bem huma caza, [é] muito habil para todo o serviço, e compra muito bem, dirija-se a rua dos Ferradores, n.422, que achara com quem tratar.”<sup>277</sup>

A africana praticava serviços domésticos, mas apesar de servir “muito bem huma caza”, também “compra[va] muito bem”. Ou seja, sabia lidar com dinheiro, ir a rua, local onde poderia fazer contato com outros agentes sociais fora do raio de ação de seu senhor, como fez Maria Felisberta, aliás, uma de suas motivações para surrupiar a carteira de seu proprietário pode ter sido uma dívida que contraiu com um Mascate que lhe vendeu “umas fazendas”. Ela devia 1\$000 réis ao mascateiro<sup>278</sup>. Visto que pôde ir à rua fazer compras.

Em 1835, um senhor anunciava no *Jornal do Commercio* que precisava alugar “um preto inteligente e reforçado, para fazer compras, carregar água, e o mais serviço de casa”, pagaria 10\$000 mensais, e apenas exigia que tivesse bons costumes.<sup>279</sup>

Estes são exemplos de escravos domésticos, mas que faziam trabalhos nas ruas, como comprar ou buscar água, por exemplo. Escravos de casa, trabalhadores em fogos urbanos, ou mesmo cativos que trabalhassem ao lado de seus senhores em tarefas especializadas, mesmo que fossem escravos dos pequenos senhores da Corte teriam suas próprias idéias acerca do tratamento que recebiam de seu senhor, não existia uma venda que tapasse o burburinho do mundo a sua volta, e aquela relação, em maior ou menor grau, sofreria o impacto da proximidade de relações mais abertas, quais sejam, escravos vivendo por si, e outros com maiores margens de autonomia.

Este é um terreno melindroso, a hipótese da maior severidade pela proximidade pode, ainda no caminho da hipótese, dar lugar a escravos domésticos ou artesãos, que pela proximidade com os senhores conseguiram atribuir para si próprios maiores ganhos futuros, a alforria, ou até mesmo uma vaga no testamento, por exemplo. E se alguns escravos conseguiram estes ganhos, um domingo livre para a formação de um pecúlio ou qualquer outro tipo de autonomia deve ter vindo antes.

Em suma, se a escravidão foi uma via de mão dupla, onde senhores e escravos tiveram direitos e obrigações, é preciso reconhecer as estratégias dos dois agentes sociais. Senhores mais

---

<sup>277</sup> Biblioteca Nacional, Seção de obras raras. *Jornal do Commercio*, N.83, Rio de Janeiro, Sabbado, 12 de Janeiro de 1828. Grifo meu.

<sup>278</sup> CHALHOUB, 1990, p.217.

<sup>279</sup> Biblioteca Nacional, Seção de obras raras. *Jornal do Commercio*, N.1, Rio de Janeiro, Sexta-feira, 2 de Janeiro de 1835.

pobres, segundo nossa abordagem, tiveram escravos com maiores recursos para barganhar, e por isso abriram mão de parte de seu domínio para manter sua propriedade em produção satisfatória, pondo em prática, outras estratégias para dominar. Deve-se atentar também, para o fato de que estes senhores, apesar de serem a maioria dos senhores de escravos na sociedade, controlavam uma pequena parte dos mancípios. Em 1820, por exemplo, eram cativos de senhores donos de até 4 escravos, apenas 6,4% dos cativos inventariados da cidade do Rio de Janeiro. Os senhores mais ricos, donos de 10 ou mais escravos, controlavam 85,1% dos escravos em 1820.<sup>280</sup>

Assim, o resultado que encontramos estabelece que os senhores não formavam um grupo, ao contrário, eles eram diferentes em quase tudo: nos bens controlados, nos recursos distintos que acumulavam, na negociação com seus escravos.

Pesquisas demonstram que os senhores que controlavam a menor quantidade de escravos eram os que mais alforriavam, proporcionalmente. Na vila rural de Porto Feliz entre 1788 e 1878, segundo a pesquisa de Roberto Guedes Ferreira em registros de testamentos<sup>281</sup>, os pequenos senhores alforriaram 30,4% de seus cativos, enquanto os grandes manumitiram apenas 6,4%.<sup>282</sup>

Segundo Eduardo França Paiva, em duas comarcas mineiras entre os anos de 1716 e 1789, “os menores proprietários é quem mais alforriavam e / ou coartavam mancípios”.<sup>283</sup> Assim é que os donos de 1 até 5 escravos na Comarca do Rio das Velhas entre 1720 e 1784 alforriaram / coartaram 42, 1% dos seus escravos. Para quem possuía mais de 10 e menos de 21 cativos, este índice caía para 21, 8%.<sup>284</sup>

Refinando a idéia que queremos enfatizar, os donos de apenas 1 cativo alforriavam 65,5% dos escravos, enquanto os proprietários de 41 e mais escravos, libertavam somente 1,8% na mesma Comarca pesquisada por Paiva.<sup>285</sup> Para o autor, isto demonstra com clareza que nas pequenas posses havia mais espaço para acordos pelo contato mais intenso entre dono e propriedade.<sup>286</sup>

---

<sup>280</sup> Cf. Tabela 4.

<sup>281</sup> Com o adendo de que, por se tratar de uma área tipicamente rural, o historiador chama de pequena escravaria as posses que iam de 1 até 10 escravos, média, aquelas que iam de 11 até 20 e grande as que eram igual ou maior que 21. Cf. FERREIRA, 2005. op.cit. p.107.

<sup>282</sup> Idem. pp.180-181.

<sup>283</sup> PAIVA, 2001. op.cit. p.173.

<sup>284</sup> Idem. Ver quadro 27, p.175.

<sup>285</sup> Idem, ibidem.

<sup>286</sup> Idem, pp.173-174.

“(...) Com a mesma importância, outros fatores contribuíram para o estabelecimento desses arranjos. Entre eles, a ascendência escrava ou liberta de significativa parcela desses senhores mais modestos, o trabalho conjunto, no dia-a-dia, de donos e propriedades *e a acentuada e mútua dependência.*”<sup>287</sup>

Trocando em miúdos os números apresentados por Guedes e Paiva, temos que para os escravos que serviam aos nomeados pequenos proprietários, o acesso à liberdade era mais próximo. Para os proprietários de apenas um escravo segundo a área e o período abordado por França Paiva, a cada 100 mancipios quase 70 alcançaram liberdade. Já sendo cativo de um grande senhor, apenas 18 a cada 100 foram beneficiados com a alforria.

Não é uma boa idéia, geralmente não é, traçar planos comparativos entre realidades, épocas e locais diferentes, mas certas vezes, caso se respeite alguns parâmetros, este exercício ajuda a cristalizar idéias e a organizar conclusões. Estamos aqui analisando apenas um lado, que é a questão do maior acesso à alforria nos pequenos plantéis. Isso não dá ao historiador a capacidade de medir as condições de vida do escravo, muito menos de pensar se ela era melhor ou pior num pequeno ou grande plantel. O que podemos fazer é recuperar tais dados para nos aproximar de como era reproduzida a relação senhor-escravo, neste ou naquele ambiente, nesta ou naquela estrutura de posse; sendo assim, poder afirmar que existiam diferenças significativas em cada caso, em cada unidade produtiva, demonstrando quais eram e a partir daí discutir a relação senhor-escravo, como fizemos, já é um grande avanço.

Podemos dizer que se focamos com mais vagar a barganha cativa e o desmoronamento de formas mais agressivas de reprodução do poder e autoridade senhorial entre os pequenos senhores na escravidão urbana, estes índices de alforria deveriam ser uma boa carta na manga dos senhores que dependiam demais do trabalho de seus escravos. A ameaça de venda para um plantel maior onde as condições de acesso à manumissão fossem mais dificultadas talvez fosse motivo de terror para alguns escravos. Alguns senhores devem ter usado numa negociação com seus cativos, caso estes abusassem da autonomia concedida faltando com obediência e fidelidade.

Isto demonstra que se os escravos dos senhores mais pobres acumulavam condições que lhes aumentava seu poder de barganha, seus senhores também tiveram seus recursos.

A história sempre tem que ser vista dos dois lados. Se de um lado os escravos contariam com o reconhecimento do senhor pelo trabalho prestado e até por lhe ter sustentado ao longo da

---

<sup>287</sup> Idem, p.174. Grifo meu.

vida – o que lhes favoreceria o acesso a maior autonomia e até a liberdade, como alguns casos e dados expostos ao longo deste trabalho –, do outro esta mesma margem de autonomia que os senhores concediam, criaria no escravo uma relação de fidelidade e obediência. Em contrapartida, o sucesso do escravo em corresponder às expectativas senhoriais criaria o fortalecimento daquele laço. A barganha entraria no rompimento de alguma promessa, de alguma expectativa ou de algum desejo negado. O que deve ser reconhecido é que tanto senhores quanto escravos teriam cartas na manga, certas vezes até trunfos para descartar. Senhores cobriam a autonomia concedida. Escravos poderiam dizer que seu trabalho era a única forma de sustentar aquele fogo. Senhores ameaçariam a venda do cativo para unidades produtivas onde teriam mais dificuldades para alcançar aquela margem de autonomia. Escravos ameaçariam fugir e deixar seu senhor sem seu sustento diário. Tudo seria negociado.

Em suma, cada senhor e cada escravo usaria os recursos que lhe fosse possível acumular ao longo da vida. Aprenderia com seus erros, com seus acertos, com os erros e acertos dos outros.

Chamando atenção para este fato, chegamos as diferentes estratégias de cada senhor, o que geraria uma certa diversidade na relação entre senhores e escravos. Assim, na cidade do Rio de Janeiro da primeira metade do século XIX, a relação senhor-escravo passava necessariamente por uma grande margem de negociação. E esta era particular, dependendo de cada caso. É claro que existia um pano-de-fundo, que era o local onde viviam e o ambiente de trabalho, mas os escravos se adaptariam a cada senhor, a cada realidade. A relação que um sapateiro mantinha com seu senhor em um plantel com 12 escravos, sendo este proprietário dono de sobrados urbanos, investidor em ações e apólices e de outros 11 escravos seria diversa da que um carregador exerceria com seu senhor dono de apenas 1 escravo, sendo ele o único bem rentável daquele proprietário. Ambos eram senhores, poderiam se conhecer e morar lado-a-lado, mas eram diferentes.

Enfim, a vida social era variada, multifacetada.

\* \* \*

As atividades exercidas pelos escravos na cidade ajudaram a definir boa parte de suas vidas: eles teriam maior liberdade de movimentação para trabalhar e pagar o jornal diário. Isto gerava uma certa independência em relação aos senhores. Nas ruas os escravos adquiriram

conhecimentos específicos e, fizeram mais do que deles se esperava. Além de trabalhar formaram grupos, alguns transformados em redes de amparo. Arrumaram companheiros para dividir suas tristezas e alegrias, seus projetos etc. Tudo isso sem o acordo do senhor.

Para controlá-los, os senhores precisaram adaptar-se a esta nova situação, quando politizaram as concessões, talvez sabendo que ela já havia sido politizada pelo escravo, porque, ou a usava para manter o escravo fiel e obediente, ou poderia perdê-lo por meio de fugas reivindicativas, possibilidade aberta a quem conhecia um mundo inteiro fora do ambiente senhorial, sabia de sua importância para sustentar o senhor e dificilmente deixaria família para trás.

Vista desta forma a autonomia escrava era tanto conquista dos escravos, quanto concessão senhorial. Conceder autonomia significava para os senhores permitir que seus escravos tivessem acesso nas ruas a relações desconhecidas por ele, portanto que estes escravos também fossem criados por conjunturas externas ao seu domínio. Ao mesmo tempo, seria uma forma de manter o domínio, posto que autonomia e melhora nas condições de vida, teriam de ser recompensadas ao senhor com trabalho, fidelidade e obediência.

Cada ação de abertura de espaços de um lado ou do outro teria a sua contra-partida. Ao senhor caberia dominar este processo. Ao escravo, responder a altura para melhorar sua vida pessoal e seu regime de trabalho. A barganha seria utilizada de acordo com cada caso, sendo diferente para um senhor abastado e para um com menos recursos.

Os senhores mais pobres, donos de 1 a 4 escravos e que viviam apenas da propriedade escrava teriam de considerar ainda mais estes aspectos, eles não deviam tolher a autonomia de seus escravos. Ao contrário, pequenos senhores deveriam utilizá-la como incentivo à produção e a obediência. O castigo injusto devia ter menor espaço ainda nesta relação, já que numa possível fuga de um escravo que protestava contra maus tratos, pequenos senhores não perderiam apenas um escravo, mas praticamente tudo que ele tinha.

Enfim, restaria aos senhores de escravos da área urbana manter a sua autoridade e poder sob as condições existentes, lhes restava incentivar e negociar.

## Conclusão

Ao encontrar altos índices de não proprietários de escravos na cidade do Rio de Janeiro entre a última década setecentista e as três primeiras do oitocentos<sup>288</sup>, Carlos Lima foi taxativo:

“A implicação (sic) mais provável destes problemas é a de que deverão ser subestimados os donos de escravos. Correlatamente, superestimaremos os domicílios destituídos de cativos.”<sup>289</sup>

Sendo assim, uma faixa específica dos proprietários devia estar subregistrada nos inventários:

“Uma primeira questão prende-se a que a estimativa de fogos sem escravos parece francamente exagerada. Provavelmente, tal se deve a que os inventários *post-mortem* deviam subestimar os plantéis muito pequenos, com um ou dois escravos.”<sup>290</sup>

O número de pequenos senhores de escravos devia ser maior, talvez muito maior do que a pesquisa em inventários *post-mortem* nos permita saber. Assim, de uma média de 31% a 47% dos senhores, como demonstram inventários *post-mortem* da cidade do Rio de Janeiro entre 1790 e 1830, pequenos senhores alcançariam mais que 50%, talvez 60% dentre todos os donos de escravos urbanos, o que faria aumentar também a quantidade de escravos que tais escravistas possuíam.<sup>291</sup>

No entanto, o conjunto de inventários a que tivemos acesso nos contou mais, separando os donos de escravos pela faixa de tamanho de sua escravaria (1-4, 5-9 e 10 ou mais cativos) nos aproximamos das disparidades existentes nos investimentos daqueles senhores. Observando tais números, concluímos que os proprietários menos abastados eram os que mais dependiam do trabalho dos escravos. A imensa maioria dos pequenos senhores possuíam somente escravos como investimento, seus cabedais não lhes dava acesso a outros bens rentáveis, como prédios urbanos e o comércio, bens rentáveis praticamente manipulados pelos senhores que possuíam mais de 5 escravos. Ao comprar mancípios, pequenos senhores formavam unidades produtivas muito

---

<sup>288</sup> LIMA, 1997, op.cit. p.72.

<sup>289</sup> Idem, ibidem.

<sup>290</sup> Idem. p.73.

<sup>291</sup> Ver capítulo I.

particulares. Primeiramente era necessário possuir escravos aptos para trabalhar, por isso possuíam a maioria dos escravos jovens da cidade. Não menos importante era distribuí-los em atividades rentáveis, por isso possuíam o menor número, absoluto e proporcional de cativos domésticos. Mas seus cabedais não lhes proporcionava acesso aos escravos que desejassem, o preço do cativo era considerado na hora da compra e optar por grande quantidade de mulheres africanas também pode ter sido pelo seu baixo preço.<sup>292</sup>

Assim, apresentamos aqui uma certa diversidade no investimento de agentes tão diferentes entre si, mas que tinham em comum, bens aplicados em atividades urbanas. Realmente não se pode colocar no mesmo balaio um pequeno senhor e o português Luiz José de Sá<sup>293</sup>, dono de 62 escravos e 18 casas em 1820. Na Corte do Rio de Janeiro, somente uma de suas propriedades, a casa de sobrado na rua do Sabão da cidade Nova nº14, valia 4:000\$000 (quatro contos de réis), nenhum senhor com menos de 9 escravos neste ano, apresentou uma soma de bens equivalente a este valor, que dirá aos quase 46 contos de réis que Luiz apresentava de monte-bruto.<sup>294</sup>

Por isso, Domázia Romana agia na mesma sociedade de forma diferente de Luiz José de Sá. Não só aspectos simbólicos de suas vidas foram diversos, mas também o foram os práticos. Uns buscavam em suas estratégias, sobreviver naquela sociedade, para o qual a manutenção de *status* devia ser um passo importante, outros pensavam em acumulação de bens de prestígio e rentáveis na busca por mobilidade social ascendente.

Destacamos ainda que as pessoas menos abastadas não deviam ser mais cruéis e/ou menos suscetíveis a concessões para com seus escravos. Estes senhores respeitariam uma questão básica: a atividade cativa em áreas urbanas requeria maior desprendimento e uma tolerável liberdade de movimentação para os escravos. Assim, os cativos teriam a sua volta um mundo de conhecimentos específicos: a vida alheia lhes podia ser contada em contato com outras pessoas livres, libertas e escravas, pois nas ruas, faziam mais que vender e servir, traçavam alianças, conversavam sobre o comportamento e a vida de senhores, e, desta forma o escravo era criado também por conjunturas externas ao domínio senhorial. Isto lhes dava algum poder de barganha, assunto que precisa ser mais estudado.

Por outro lado, os papéis nunca foram modificados, escravos continuavam a ser escravos, e senhores ainda eram os senhores, o que se alterava de acordo com cada realidade era o processo de

---

<sup>292</sup> Ver capítulo II.

<sup>293</sup> Inventário *post-mortem*. Luiz José de Sá, 1820, ANRJ.

<sup>294</sup> Segundo os inventários *post-mortem* consultados sobre o ano de 1820.

negociação, pois o fato dos escravos dos pequenos senhores serem praticamente tudo o que eles tinham com capacidade de lhes prover renda, aumentariam a dependência destes senhores em relação aos escravos. Isto faria com que os senhores mais dependentes do trabalho escravo refinassem a negociação e traçassem estratégias menos agressivas no controle dos seus mancipios. Uma chicotada injustificável teria um espaço ínfimo naquela relação. Era mais factível confirmar seu poder com pequenas concessões, quando certamente poderia cobrar trabalho, fidelidade e obediência, que tolher a autonomia daqueles cativos. Era, assim, mais vantajoso ao senhor incentivar e negociar.

Esperamos, ter contribuído para os aspectos aqui abordados, trata-se de tema rico que pode ser comparado a outras áreas escravistas onde os cativos foram utilizados como mão-de-obra na cidade. Nosso fim foi tratar da relação senhor-escravo. Nossas conclusões, que chamaram atenção para relações diferenciadas entre escravos e senhores de acordo com cada realidade, pode ser um bom exercício para que novas pesquisas surjam e utilizem semelhante metodologia a partir dos inventários para que sejam reavaliadas as diferenças entre os diversos senhores. Tais comparações devem levar em conta que o que apresentamos aqui não deve ser tomado como um padrão, mas sim uma aproximação, dado que o conjunto documental utilizado foca apenas uma área fotografando três anos específicos e o de 1820, com mais vagar. Houve inclusive, uma certa agressividade estatística com os números, posto que vez ou outra utilizamos números reais baixos em relação à porcentagem. Uma licença matemática para tornar mais clara a apresentação de dados e hipóteses.

Finalizando gostaríamos de ressaltar que nas mais das vezes onde chamamos atenção para as peculiaridades da escravidão urbana e procuramos estabelecer quais eram as características deste escravismo, nunca procuramos exaltar sua forma em detrimento de outras. A escravidão urbana na cidade do Rio de Janeiro não foi mais nem menos que a escravidão urbana em Minas Gerais, em Salvador ou em Havana. Teve sim, suas peculiaridades, assim como as realidades locais de cada área, em cada época também tiveram as suas. Destarte, não foi o escravismo urbano e o escravo que dele surgiu mais inteligente, mais importante ou mais qualquer coisa que o rural. Cada agente social em regime escravista lutou com as armas que pôde, a partir dos recursos que conseguiu acumular ou não. Como afirmou Esopo, o suposto escravo que vivera na Grécia Antiga por volta do século VI. A mensagem de suas fábulas assegura que ainda na escravidão antiga:

“(...) os fracos por natureza ou cultura nem sempre precisam ser explorados pelos natural e culturalmente fortes. Usando esperteza e astúcia, os fracos conseguem pelo menos reduzir o seu sofrimento a um nível tolerável ou até, em circunstâncias favoráveis, virar a mesa contra os opressores. (...)”<sup>295</sup>.

Ainda que não exista em nossa visão o fraco ou forte natural, a idéia de um agente social que tenta lutar contra uma situação social desfavorável e de acordo com as armas que possui procura melhorar a sua vida é correspondente com a idéia que empregamos ao longo deste trabalho.

Os escravos foram agentes de sua história, e muitos deles viraram a tal mesa de que fala Cartledge. Como foi o caso do negro Joze, que deixara a África escravizado entrando em um tumbeiro ali pelas últimas décadas do século XVIII. Em 1795 Joze receberia sua licença para praticar o ofício de barbeiro. Na labuta durante anos, com habilidade e inteligência Joze formara uma boa clientela. Juntou um pecúlio sólido e acordou sua liberdade com sua proprietária, Dona Brittes Quitéria. Pagaria-a com dinheiro de seu trabalho. Joze morreria em 1802 com “bens equivalentes a 1:062\$935, dentre os quais 11 escravos, no valor de 934\$000.”<sup>296</sup> Ele era um grande senhor na cidade do Rio de Janeiro. Joze conseguiu bem mais que uma carta de alforria.

---

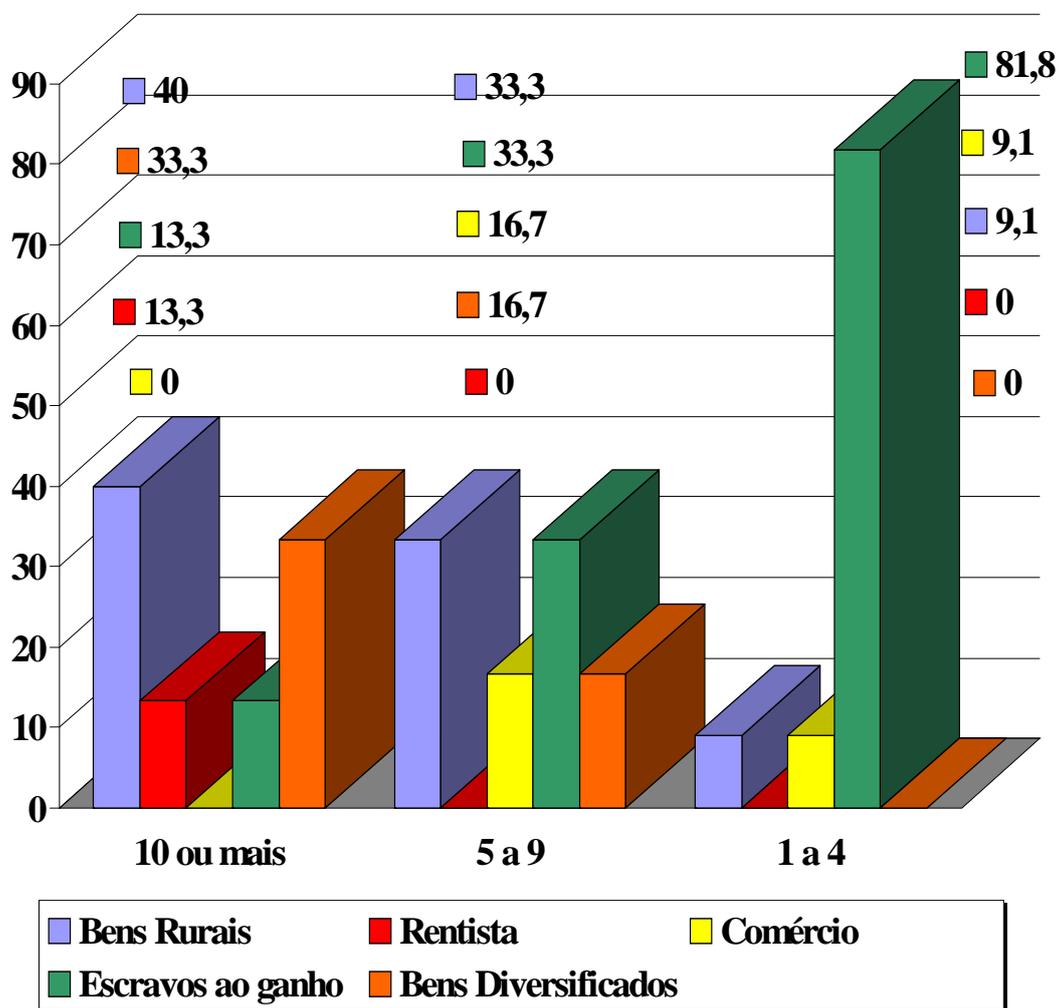
<sup>295</sup> Segundo a interpretação de Paul Cartledge. Ver: CARTLEDGE, Paul. *História e Tradição*. In: CARTLEDGE, Paul (Org.) *História Ilustrada da Grécia Antiga*. Rio de Janeiro, Ediouro, 2002. Capítulo 1. p.37.

<sup>296</sup> "Joze dos Santos Martins (...) barbeiro. Era natural da Costa da Mina baptizado na freguesia da candelaria desta cidade efui Escravo de Dona Brittes Quiteria eesta me deu liberdade por dinheiro". Em 1795, Joze recebeu licença para sua loja de barbeiro, veio a falecer em 1802 com bens equivalentes a 1:062\$935, dentre os quais 11 escravos, no valor de 934\$000. Documento citado por: LIMA, 1993. op. cit. p.245 Fonte: Inventário de Joze dos Santos Martins, ANRJ, Juízo de Orfãos, caixa 628, n. 7129. Sua licença está em "licenças", cód. 59-2-22, fl.151v. Grifo meu.

## Anexo 1

### Composição dos bens em relação à posse escrava em 1820

Bens rentáveis em relação ao tamanho da unidade produtiva na cidade do Rio de Janeiro em 1820.



## **FONTES:**

### **VIAJANTES**

DEBRET, Jean Baptiste. *Viagem Pitoresca e Histórica ao Brasil*. Belo Horizonte, Editora Itatiaia, 1989. 3 volumes, tomo 2º.

EXPILLY, Charles. *Mulheres e Costumes do Brasil*. 2ª. ed., São Paulo: Editora Nacional; Brasília: INL. 1977.

LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil*. V21, Belo Horizonte, Itatiaia, 1975.

SPIX, J. B. & MARTIUS C. F. P., *Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. Rio de Janeiro, Edições Melhoramentos, 1938.

### **PERIÓDICOS**

#### ***BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO***

- Seção de Periódicos

Jornal do Commercio. Século XIX.

- Seção de Obras Raras

Jornal Gazeta do Rio de Janeiro. Século XIX.

### **DICIONÁRIOS**

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa*. 6ed. rev. atualiz. – Curitiba, Posigraf, 2004.

SILVA, Antônio de Moraes. *Diccionario da Língua portuguesa*. Lisboa: Typografia Lacerdina.

## MANUSCRITAS

### *ARQUIVO GERAL DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO*

- Códices

50-1-12. Sapateiros, documentos sobre officios de juises e escrivães de sapateiros separados por ordem chronologica 1813-1827.

16-2-27, . “Livro de Registro e provisões”.

40-3-93. Autos dos officiaes das bandeiras, de Carpinteiros e pedreiros e officiaes dos ditos officios, 1805.

6-1-23. Officio sobre exercerem escravos o officio de sangrador e tirar dentes, 1820.

AGCRJ. Códice. 6-1-23, Documentos sobre escravidão.

### *ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO*

Inventários *post-mortem*: 1820, 1840 e 1860.

Apelação Cível, Cx 3683, n° 4975. Izabel, 1852.

Apelação criminal, 1843, caixa 3678. n° 1140, ANRJ.

Cristina (de nação rebola) e suas duas filhas Emilia e Josina, por seu curador; execução, n° 3838, maço 856, galeria A.

Jerônimo, réu; processo criminal, caixa 3669, apelação n° 6930, 1869, AN.

Serafim, réu; processo criminal, n° 1077, maço 153, galeria C, 1884.

Regimento do Governo Econômico da Bandeira e Ofício de Sapateiro desta Cidade do Rio de Janeiro. Arquivo Nacional. Códice 773.

## IMPRESSAS

MALHEIRO, Perdigão. *A escravidão no Brasil: ensaio histórico, jurídico, social*. Petrópolis, Vozes/INL, 1976. 2v.

NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Petrópolis, Vozes, 1977. 4ª edição. p.110

Memórias sobre a escravidão / João Severino Maciel da Costa... [et.al]; introdução de Graça Salgado – Rio de Janeiro; Arquivo Nacional; [Brasília]: Fundação Petrônio. Portella, ministério da justiça, 1988.

SILVA, José Bonifácio de Andrada e. *Notar detalhadamente as vantagens que tem o serviço de homens livres sobre o que podem prestar braços cativos forçados ao trabalho*.pp.151-174. in: Memórias sobre a escravidão / João Severino Maciel da Costa... [et.al]; introdução de Graça Salgado – Rio de Janeiro; Arquivo Nacional; [Brasília]: Fundação Petrônio. Portella, ministério da justiça, 1988. p.169.

## BIBLIOGRAFIA

ALGRANTI, Leila Mezan. *O Feitor ausente. Estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro 1808-1822*. Petrópolis, Vozes, 1988.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

BICALHO, Maria Fernanda. *A cidade e o Império: O Rio de Janeiro no século XVIII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

BOXER, Charles R. *A Idade de ouro do Brasil. Dores de crescimento de uma Sociedade Colonial*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000. 3ª edição.

Carlos Eugênio Líbano Soares e Flávio dos Santos Gomes. “*Dizem as quitandeiras...*” *Ocupações urbanas e identidades étnicas numa cidade escravista: Rio de Janeiro, século XIX*. pp. 3-16. In: Acervo. Revista do Arquivo Nacional. v. 15, nº 2, Jul/Dez 2002: Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2002.

CARTLEDGE, Paul. *História e Tradição*. In: CARTLEDGE, Paul (Org.) *História Ilustrada da Grécia Antiga*. Rio de Janeiro, Ediouro, 2002.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no sudeste escravista*. Rio de Janeiro: AN, 1995.

CASTRO, \_\_\_\_\_. *Laços de família e direitos no final da escravidão*. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de, (org.), *História da vida privada no Brasil. Império: a Corte e a modernidade nacional*, São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

COSTA, Emilia Viotti da. *Da senzala à Colônia*. 4ª ed. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1998.

CURTIN, Philip D. *The Atlantic Slave Trade: a census*. Madison: The University of Wisconsin Press.

EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910*. Rio de Janeiro, Paz e Terra; Campinas, Universidade Estadual de Campinas. 1977.

\_\_\_\_\_. *Homens Esquecidos: escravos e trabalhadores livres no Brasil. Século XVIII e XIX*. Campinas, Editora da Unicamp, 1989.

FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.

\_\_\_\_\_. *Sinhás Pretas: Damas Mercadoras: As pretas minas nas cidades do Rio de Janeiro e de São João Del Rey (1700-1850)*. Tese apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Concurso para Professor Titular em História do Brasil. Niterói, 2004.

FERREIRA, Roberto Guedes. *Na Pia Batismal: Família e Compadrio entre Escravos na Freguesia de São José do Rio de Janeiro. (Primeira Metade do Século XIX)*. Dissertação de Mestrado, UFF, 2000.

\_\_\_\_\_. *Pardos: trabalho, família, aliança e mobilidade social. Porto Feliz, São Paulo, c. 1798 – c. 1850*. Tese de doutorado inédita. Programa de Pós-graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

FINLEY, Moses. *Escravidão Antiga e Ideologia Moderna*. Rio de Janeiro, Graal. 1995.

FLEXOR, Maria Helena Occhi. *Oficiais Mecânicos na Cidade do Salvador*. Salvador, Departamento de Cultura, 1974.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas Negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1997.

\_\_\_\_\_ e GÓES, José Roberto. *A paz das senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico, 1790 – 1830*. Civilização Brasileira, 1997.

\_\_\_\_\_. *Alforrias e etnicidade no Rio de Janeiro oitocentista: notas de pesquisa*. in: Topoi. Revista de História. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ / 7 Letras, set.2002, n.5, 404p.pp.9-39.

FRAGOSO, João e FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma sociedade colonial tardia.*, Civilização brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. A noção da economia colonial tardia no Rio de Janeiro e as conexões econômicas do império português. In: *O Antigo regime nos trópicos: A dinâmica Imperial portuguesa (sec. XVI-XVIII)* / João Fragoso, Maria Fernanda Baptista Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa, organizadores - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992.

GENOVESE, Eugene D. *A terra prometida: o mundo que os escravos criaram*. Rio de Janeiro: Paz e Terra / Brasília: CNPq, 1988.

GERSON, Brasil. *História das Ruas do Rio*. 5ª ed., Rio de Janeiro, Lacerda, 2000.

GINZBURG, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1991. Trad. de António Narino.

GÓES, José Roberto. *O Cativo Imperfeito. Um estudo sobre a escravidão no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX*. (Vitória – ES): Lineart, 1993.

\_\_\_\_\_. *Escravos da paciência. Estudo sobre a obediência escrava no Rio de Janeiro (1790-1850)*. Tese de Doutorado, UFF, 1998.

GORENDER, Jacob. *O Escravismo Colonial*. 4ª Ed., São Paulo: Ática. 1985.

\_\_\_\_\_. *A escravidão Reabilitada*. Rio de Janeiro: Ática. 1991.

\_\_\_\_\_. *O Escravismo Colonial*. 6ª ed. São Paulo, Editora Ática, 1992.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *As Bases Institucionais da Construção da Unidade. Administração e governabilidade no período joanino (1808-1821)*. Texto inédito, UFF, Departamento de história, 2003.

GRINBERG, Keila. *Liberata, a lei da ambigüidade. As ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro no século XIX*. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 1994.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

LARA, Silvia Hunold. *Campos da violência: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

LEVI, Giovanni. *A Herança Imaterial: trajetória de um exorcista do Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. “Sobre a micro-história” in BURKE, Peter. *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

\_\_\_\_\_. Comportamentos, recursos, processos antes da “revolução” do consumo. In REVEL, Jacques. *Jogos de Escalas*. Rio de Janeiro, FGV, 1998.

LEWIS, Frank D. *The Transition from Slavery to Freedom through Manumission: A Life-Cycle Approach Applied to the United States and Guadeloupe*. In: *Slavery in the Development of the Americas*. Edited by David Eltis and others. Cambridge University Press. 2004.

LIMA, Carlos Alberto Medeiros. *Trabalho, Negócios e Escravidão: Artífices na cidade do Rio de Janeiro (1790-1808)*. Dissertação de mestrado IFCS/UFRJ, 1993. IFCS/UFRJ, Dissertação de mestrado, 1993.

\_\_\_\_\_. *Pequenos Patriarcas: Pequena produção e comércio miúdo, domicílio e aliança na cidade do Rio de Janeiro (1786-1844)*. Tese de Doutorado inédita, 1997.

MALERBA, Jurandir. *A Corte no exílio. Civilização e poder no Brasil as vésperas da independência (1808-1821)*. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

MARTINHO, Lenira M. & GORESTEIN, Riva. *Negociantes e caixeiros na sociedade da independência*. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, 1993.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema. A Formação do Estado Imperial*. São Paulo, Hucitec, 1990.

PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na Colônia. Minas Gerais, 1716-1789*. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2001.

PETRAUSKAS, Maria Evilmardes. *As Relações de Trabalho dos escravos de ganho e de aluguel na cidade de Salvador (1800-1822)*. São Paulo, 1987. PUC, Dissertação de Mestrado.

POLANYI, Karl. *A Grande Transformação. As origens da nossa época*. 4ª ed., Rio de Janeiro, Campus, 2000.

REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835*. (Edição revista e ampliada). São Paulo: Companhia das Índias.

\_\_\_\_\_. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no primeiro reinado*. Rio de Janeiro, Relume Dumará: FAPERJ, 2002.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c. 1650- c.1750)*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003.

\_\_\_\_\_. *A produção política da economia: formas não mercantis de acumulação e transmissão de riqueza numa sociedade colonial (Rio de Janeiro, 1650-1750)*. pp.276-312.in: Topoi: Revista de História. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ / 7 Letras, 2004, volume 4, número 7, jul-dez, 2003.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos. Engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. Brasília, Companhia da Letras, 1988.

SCOTT, Rebecca J. *Emancipação escrava em Cuba: a transação para o trabalho livre, 1860-1889*. Rio de Janeiro, Paz e Terra; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1991.

SLENES, Robert W. *Na Senzala uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1999.

\_\_\_\_\_. “*Lares negros, olhares brancos*”. In *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, 8(16), 1988.

\_\_\_\_\_. “*Malungo, Ngoma vem! África coberta e descoberta no Brasil*”, in *Revista USP*, n. 12, 1992.

\_\_\_\_\_. “*Senhores e subalternos no Oeste Paulista*”, in ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.) *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, vol.2.

SOARES, Luiz Carlos. *Os Escravos de Ganho no Rio de Janeiro do século XIX* - *Revista brasileira de História*, São Paulo, ANPUH/ Marco Zero, vol.8, nº16, mar.88/ago.88, pp.107-142.

THOMPSON, E.P. *Tradicion, revuelta y consciencia de classe: estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial*: Barcelona, Editorial Critica, 1979.

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)